

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO -
PPGEC
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ: DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO ENTRE
TRADE TURÍSTICO DE ALTO CAPARAÓ (MG) E A GESTÃO DA UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO

MILENA BEATRIZ SILVA LOUBACH

RIO DE JANEIRO

2025

Milena Beatriz Silva Loubach

Parque Nacional do Caparaó: desafios na integração entre trade turístico de Alto Caparaó (MG) e a gestão da Unidade de Conservação

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2025

Milena Beatriz Silva Loubach

Parque Nacional do Caparaó: desafios na integração entre trade turístico de Alto Caparaó (MG) e a gestão da unidade de conservação

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientadora – Prof. Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)

Membro Interno – Prof. Dr. Dan Gabriel D’Onofre (UNIRIO)

Membro Externo – Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto (UFJF)

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

L

Loubach, Milena Beatriz Silva
Parque Nacional do Caparaó: desafios na integração entre
trade turístico de Alto Caparaó (MG) e a gestão da Unidade
de Conservação / Milena Beatriz Silva Loubach. -- Rio de
Janeiro : UNIRIO, 2025.
125

Orientador: Maria Amália Silva Alves de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e
Conservação, 2025.

1. Parque Nacional do Caparaó. 2. Gestão Ambiental. 3.
Trade turístico. I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves de,
orient. II. Título.

A Deus e a espiritualidade, que por Sua infinita bondade, ajudou-me a persistir na academia, mesmo com todos os desafios, reafirmando minha paixão pelo turismo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela criação divina que me ensina diariamente sobre amor, resiliência e propósito. Suas criações, como o Parque Nacional do Caparaó, é um reflexo do Seu amor por nós e uma fonte inesgotável de inspiração.

À Jesus, exemplo de amor e compaixão, por me ouvir e guiar com sua sabedoria. Sua presença foi constante em cada passo dessa jornada.

À minha mãe, Fabiane, por me ensinar o valor da educação e ser um exemplo de força, dedicação e amor em todos os aspectos da vida.

Ao meu pai, Rodrigo, cuja história é um verdadeiro exemplo de superação e resiliência. Obrigada pelos momentos de lazer no Parque Nacional do Caparaó, que despertaram a motivação para este estudo.

Aos meus irmãos, Helena, Rodrigo, Isabela e Raniely, que sempre me inspiraram a seguir em frente. Vocês são minha fonte de ânimo, e espero ser um exemplo para vocês, como vocês são para mim.

Ao meu marido, Igor, por acreditar em minha capacidade, reforçar minha confiança e apoiar cada uma das minhas decisões. Sua parceria foi essencial para que eu chegasse até aqui.

À minha madrinha e amiga, Pollylian, por ser meu incentivo constante no turismo e na academia. Apenas nós sabemos o quanto essa jornada pode ser desafiadora. Você é mais do que minha turismóloga favorita, é um exemplo de vida, tanto no pessoal quanto no profissional. Sem você, nada disso seria possível.

À minha madrastra, Renata, pelo apoio, pelas palavras amigas e pelo carinho que nunca faltaram.

Aos meus alunos do Curso de Turismo, que foram minha energia e motivação para continuar lutando para contribuir na pesquisa acadêmica do turismo.

À minha orientadora, Maria Amália, pela paciência, compreensão e estímulo constante. Obrigada por não desistir de mim, mesmo diante dos desafios que surgiram ao longo do caminho. Suas conversas reflexivas e diálogos críticos me ajudaram a crescer e a enxergar a academia com novos olhos.

Aos participantes deste trabalho, que gentilmente aceitaram compartilhar suas histórias e percepções, mesmo diante do desafio de uma pesquisadora curiosa tentando entender as dinâmicas de Alto Caparaó.

Aos colegas do PPGEC, que contribuíram direta e indiretamente para meu aprendizado. As aulas, conversas e preocupações compartilhadas transformaram minha vida e ampliaram minha visão acadêmica.

Aos meus amigos, que compreenderam minha ausência e, mesmo sem entender os detalhes dessa pesquisa, me apoiaram e ouviram com paciência.

RESUMO

LOUBACH, Milena Beatriz Silva. **Parque Nacional do Caparaó: desafios na integração entre trade turístico de Alto Caparaó (MG) e a gestão da Unidade de Conservação**. 2025. 125f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2025.

Este estudo analisa as relações entre o trade turístico de Alto Caparaó (MG) e a Gestão do Parque Nacional do Caparaó (PNC), considerando os desafios na comunicação e no envolvimento do trade turístico nos processos de decisão da gestão da Unidade de Conservação. A metodologia adotada inclui a revisão bibliográfica e uso de questionários aplicados aos empreendedores do setor turístico e a gestão do PNC. O objetivo foi compreender as percepções das pessoas envolvidas e identificar possíveis falhas no diálogo entre as partes. Os resultados mostram que, mesmo que o Parque seja bem conhecido como o principal atrativo turístico da região, a comunicação entre a administração e trade turístico apresenta fragilidades. Os empresários relatam dificuldades para acessar informações e participar ativamente nas escolhas que afetam a atividade turística. Conclui-se que um diálogo mais organizado entre a administração do Parque e o trade turístico é importante para a continuidade do turismo na região. Sugere-se que haja reuniões regulares com temas específicos, mais claros nas trocas de comunicação e no uso cuidadoso das redes sociais para aumentar o acesso à informação. Essas ações ajudam na consolidação de uma gestão mais participativa e eficaz, contribuindo no crescimento turístico e a proteção ambiental do Parque.

Palavras-chave: Parque Nacional do Caparaó. Gestão ambiental. Trade turístico.

ABSTRACT

LOUBACH, Milena Beatriz Silva. **Caparaó National Park: challenges in the integration between the tourism trade of Alto Caparaó (MG) and the management of the Protected Area.** 2025. 125 pages. Dissertation (Master's in Ecotourism and Conservation) – Center for Biological and Health Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2025.

This study analyzes the relationship between the tourism trade of Alto Caparaó (MG) and the management of Caparaó National Park (PNC), focusing on challenges related to communication and the involvement of the tourism sector in the decision-making processes of the Protected Area's management. The methodology includes a literature review and the application of questionnaires to both tourism entrepreneurs and PNC management staff. The aim was to understand the perceptions of those involved and to identify possible gaps in the dialogue between the parties. The results show that, although the Park is widely recognized as the main tourist attraction in the region, communication between its administration and the local tourism trade has notable weaknesses. Entrepreneurs report difficulties in accessing information and participating actively in decisions that impact tourism activities. It is concluded that a more structured dialogue between the Park's administration and the tourism trade is essential for the sustainability of tourism in the region. It is suggested that regular meetings with specific topics be held, that communication exchanges be made clearer, and that social media be used more carefully to improve access to information. These actions contribute to the development of more participatory and effective management, fostering tourism growth while promoting the Park's environmental protection.

Keywords: Caparaó National Park. Environmental management. Tourism trade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.2 Técnicas de investigação.....	17
1.2.1 Área de estudo: O Parque Nacional e a cidade de Alto Caparaó.....	17
1.2.2 Levantamento bibliográfico.....	19
1.2.3 Desenvolvimento de Questionários para pesquisa.....	22
1.2.4 Pesquisa de Campo.....	25
1.3 Apresentação e discussão dos capítulos.....	29
2. CAPÍTULO I - O FENÔMENO TURÍSTICO: SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DOS PARQUES NACIONAIS.....	31
2.1 Fenômeno Turístico.....	31
2.2 Turismo Sustentável: Realidade ou Ilusão?.....	40
2.3 Nuances do Turismo Ecológico.....	46
2.4 Turismo em Parques Nacionais.....	50
2.5 Turismo no Parque Nacional do Caparaó.....	55
3. CAPÍTULO II - O INTERESSE PELA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ.....	64
3.1 Implicações da implementação do Parque Nacional do Caparaó.....	64
3.2 A cidade de Alto Caparam o Ó.....	71
3.3 Implementação do Plano de Manejo e Políticas de conservação no Parque Nacional do Caparaó.....	73
4. CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES: RELAÇÕES DA GESTÃO DO PNC COM O TRADE TURÍSTICO DE ALTO CAPARAÓ.....	78
4.1 Questionários aplicados ao trade turístico de Alto Caparaó (MG).....	78
4.2 Questionários aplicados à Gestão do Parque Nacional do Caparaó.....	85
4.3 Entrevistas com o Gestor Público Municipal e o Representante do Setor Hoteleiro.....	87
4.3.1 Gestor Público Municipal.....	87
4.3.2 Representante do setor hoteleiro.....	90

4.4 Discussão dos resultados	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
6. REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE I - Roteiro para entrevista com representante do poder público municipal.....	119
APÊNDICE II - Roteiro para entrevista com representante do setor hoteleiro.....	120
APÊNDICE III - Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) e Termo de Consentimento para uso de imagem e som de voz (TCUISV).....	121
ANEXO I - Autorização para atividades com finalidade científica.....	122
ANEXO II - Programação do 1º Seminário de Turismo e Cultura de Alto Caparaó....	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa hidrográfico do Parque Nacional do Caparaó.....	18
Figura 2. Portal de Entrada Alto Caparaó (MG).....	19
Figura 3. Panorama do PNC no atrativo Mirante do Jacu.....	26
Figura 4 e 5. Trilha para o atrativo Gruta do Jacu.....	26
Figura 6. Apresentação da palestra no seminário.....	28
Figura 7. Mapa e atrativos do Parque Nacional do Caparaó.....	56
Figura 8. Histórico da Economia Formal do Turismo em Alto Caparaó.....	58
Figura 9. Visitação nas portarias do Parque Nacional do Caparaó (2000-2008).....	59
Figura 10. Visitação nas portarias do Parque Nacional do Caparaó (2010-2015).....	60
Figura 11 Café especial Ninho da Águia premiado no <i>Coffee of The Year</i> nos anos de 2014 e 2015 em primeiro lugar como o melhor café do Brasil.....	61
Figura 12. Café especial Recanto dos Tucanos premiado no <i>Coffee of The Year</i> no ano de 2019 em primeiro lugar como o melhor café do Brasil.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comunicação entre gestão e o PNC.....	79
Gráfico 2. Participação dos empreendedores nas decisões da UC.....	79
Gráfico 3. Frequência de chamadas públicas ou participação nas decisões da UC.....	80
Gráfico 4. Canais de comunicação.....	80
Gráfico 5. Percepção sobre políticas públicas.....	82
Gráfico 6. Sentimento no processo de conservação.....	82
Gráfico 7. Convite para reuniões da UC.....	83

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR – Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo
ABETA – Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABGTUR – Associação Brasileira de Guias de Turismo
ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRESI – Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo
ABRACORP – Associação Brasileira das Agências de Viagens Corporativas
ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
AMPS – Associação de Moços de Presidente Soares
BRASEL – Associação brasileira de Bares e Restaurantes
BRAZTOA – Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPES – Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CNPT – Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FAB – Força Aérea Brasileira
GTAC - Grupo de Operadores de Turismo de Alto Caparaó e região
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MNR – Movimento Nacional Revolucionário
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Plano de Manejo
PNC – Parque Nacional do Caparaó
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo
QR CODE - Código de Resposta Rápida
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SIC – Semana Internacional do Café
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCUISV - Termo de Consentimento para uso de imagem e som de voz
UC – Unidade de Conservação
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização Não Governamental

1. INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Caparaó (PNC) é uma Unidade de Conservação que fica no limite entre Minas Gerais e Espírito Santo. Fundado em 24 de maio de 1961, o Parque cobre aproximadamente 31.800 hectares, possui uma rica biodiversidade, paisagens deslumbrantes e um valor cultural. O Parque tem uma variedade grande de espécies de plantas e animais, muitos dos quais são únicos daquela região, sua vegetação inclui vários tipos de florestas, campos rupestres e áreas altas, que mantêm uma diversidade especial da fauna e flora. É famoso entre visitantes e apaixonados pela natureza como uma área com montanhas altas, incluindo o Pico da Bandeira, que é o terceiro lugar mais alto do Brasil, com cerca de 2.892 metros de altura, com picos de pedra, formações naturais interessantes e vistas gerais impressionantes.

O Parque Nacional do Caparaó possui extrema importância do ponto de vista da conservação internacional, por abrigar um remanescente de um dos ecossistemas mais ameaçados mundialmente e alvo de ações de proteção e conservação. Trata-se da Mata Atlântica (ICMBIO, 2015, p.07).

O Parque é feito por campos altos e matas, com muita parte das plantas sendo naturais ou em processo de recuperação, o que ajuda uma rica vida de animais típica da Mata Atlântica. Isso é mostrado pela presença de espécies raras e em perigo de extinção, como a suçuarana, a jaguatirica, a anta, a preguiça e o miqui, todas vistas no PNC. Além disso, a vegetação natural ao redor do Parque tem um papel muito importante na manutenção das populações que vivem no PNC, pois permitem ligação funcional com outras áreas importantes de Mata Atlântica na região. Assim, é importante preservar esses fragmentos para diminuir o risco de isolamento genético das populações (ICMBIO, 2015 p.138). Com esforços constantes de gestão e conscientização, essa área pode ser preservada para as pessoas que virão, mantendo o seu papel como abrigo de vida e beleza natural, junto com as populações que habitam no entorno. Além de seu valor ecológico, o Parque tem significado cultural para as comunidades locais e oferece oportunidades para o turismo em áreas naturais, atraindo os visitantes em suas trilhas e caminhadas que buscam experiências ao ar livre e contato com a natureza.

Nosso campo de estudo é uma Unidade de Conservação, e de acordo com seu decreto um Parque Nacional, além de reconhecer sua importância na conservação e preservação da Mata Atlântica e seus componentes, nosso objetivo é analisar as relações

de diálogo entre a gestão do Parque Nacional e o trade¹ turístico de Alto Caparaó. Especificamente, apresentar em perspectiva histórica o processo de criação do PNC; examinar os mecanismos de comunicação e cooperação entre o Parque Nacional e o trade turístico local e; Identificar a percepção dos atores envolvidos (trade turístico e gestão do PNC) sobre os benefícios e desafios das relações comunicativas estabelecidas entre o Parque e o setor turístico.

A pesquisa tem seu campo de estudo em Alto Caparaó (MG), mesmo existindo outros municípios ao redor do Parque Nacional nos dois estados, por diversos fatores. Em primeiro lugar, do lado mineiro, as pesquisas tendem a ser menores, devido a quantidade territorial aproximada em 20% da área total do Parque, o que abre uma oportunidade única de explorar áreas menos estudadas. Isso torna a pesquisa em Alto Caparaó particularmente valiosa, pois pode contribuir com informações complementares sobre as atividades turísticas e aspectos socioambientais da região. Além disso, a escolha de Alto Caparaó como foco do estudo está ligada ao valor e à conexão pessoal da pesquisadora com a localidade. O histórico sentimental que ela tem com a região influencia na motivação e no comprometimento com o trabalho de campo. Esse vínculo profundo ajuda a garantir que a pesquisa seja realizada com um olhar mais atento e cuidadoso, o que pode resultar em descobertas mais significativas e em uma abordagem mais empática e contextualizada em relação às questões locais.

Alto Caparaó é uma pequena comunidade, analisando sobre o espaço geográfico dos centros urbanos no Brasil, interiorana e situada no estado de Minas Gerais e possui a primeira e única portaria² do Parque Nacional do Caparaó do estado. A localidade está inserida em uma região montanhosa e está estrategicamente localizada próximo ao acesso ao Pico da Bandeira. O terceiro ponto mais alto do país, foi nomeado em torno do ano de 1859, D. Pedro II ordenou que fosse posto uma bandeira do Império no pico mais elevado da Serra do Caparaó, por isso o nome “Pico da Bandeira”. Além do Pico da Bandeira, a

¹ O trade turístico refere-se ao conjunto de empresas associadas a cadeia produtiva do turismo. Podem ser elas: Agências e Operadoras de Viagens, Meios de Hospedagem, Bares e Restaurantes, Empresas de Transporte, Guias de Turismo, Comércio Local, Organizações Públicas e Privadas, entre outras.

² Nomenclatura utilizada pelos nativos para descrever a estrutura de concreto que delimita a entrada do parque. A estrutura possui estacionamento, guarda-parques que controlam a entrada e saída de veículos. O parque possui duas portarias, uma localizada na cidade de Alto Caparaó (MG) onde é a sede administrativa do ICMBIO e outra no distrito de Pedra Menina, Dolores do Rio Preto que é localizada no estado do Espírito Santo.

Serra possui mais dois picos importantes como o Pico do Cristal (2.770m) e o Pico do Calçado (2.849m) (ICMBIO)³.

A proximidade com o Parque oferece à comunidade uma base em cenários semelhantes recorrentes no Brasil com a implementação do turismo e atividades relacionadas à natureza, gerando uma economia local centrada no turismo em áreas naturais, incluindo hospedagem, alimentação e serviços relacionados, mesmo que a sua primeira renda seja proveniente do café, o turismo é uma atividade adjacente.

O setor de serviços emerge como a principal força impulsionadora da formação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Por outro lado, a presença da indústria não apresenta uma influência significativa no âmbito local. Vale a pena refletir sobre o notável vigor da característica produtiva rural que Alto Caparaó apresenta, com perspectivas de desenvolvimento de atividades centradas no aproveitamento do campo como matéria-prima. No entanto, observações analisadas na dissertação de Amarante (2016, p.78) indicam que o setor primário está cedendo gradativamente espaço ao setor terciário, ou seja, à prestação de serviços. Ao traçarmos uma comparação entre as taxas de crescimento do PIB do Município e do Estado, percebemos nuances importantes. Destacam-se, por exemplo, os setores terciário e primário como líderes na contribuição para o PIB, o que nos leva a considerar a realidade em que as atividades do campo e a oferta de serviços coexistem, enraizando-se também na atividade turística. De maneira mais imediata, identificamos setores que possivelmente serão influenciados pelo turismo, como proprietários de meios de hospedagem, restaurantes, estabelecimentos comerciais, supermercados, postos de combustível, padarias, farmácias e serviços de transporte, entre outros (Amarante, 2016, p.78).

Além do turismo, a comunidade também se dedica à produção agrícola, principalmente de café. A agricultura de subsistência e a produção alimentar tradicional são importantes para a subsistência local e para a preservação das práticas agrícolas adaptadas ao ambiente montanhoso. Tal como muitas comunidades rurais, o Alto Caparaó enfrenta desafios em matéria de infraestruturas, acesso a serviços e procura de alternativas de geração de rendimentos. Promover o turismo sustentável e os aspectos culturais da comunidade oferece oportunidades ao desenvolvimento da economia e vida das pessoas.

Um equilíbrio entre desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade e promoção cultural deve-se manter para garantir que tanta comunidade continue a

³ ICMBIO. Parque Nacional do Caparaó. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos/historia.html#:~:text=Por%20volta%20de%201859%2C%20D,se%20deva%20a%20esse%20fato.> Acesso em: 27/02/2025.

prosperar, contribuindo ao mesmo tempo para a proteção do patrimônio natural e cultural em todo território. Uma boa relação entre o Parque Nacional do Caparaó, comunidade local e empreendimentos turísticos é essencial para promover o turismo sustentável e a conservação ambiental, ainda mais quando o principal produto está dentro de uma Unidade de Conservação. Quando há uma comunicação eficaz e colaboração entre as partes, pode-se alinhar práticas com os objetivos de preservação do Parque, oferecendo aos visitantes experiências que respeitam o meio ambiente e incentivam o cuidado com o patrimônio natural. Adicionalmente, uma relação equilibrada gera políticas de desenvolvimento harmonioso entre o fluxo do turismo e a capacidade de suporte do Parque, o que, além disso, favorece condutas econômicas para a comunidade local sem danificar os ecossistemas protegidos.

Neste estudo, escolhemos uma parte específica da comunidade de Alto Caparaó como foco: o trade turístico. É essencial evidenciar que o trade turístico de Alto Caparaó não deve ser visto como um elemento externo, mas como parte integrante da comunidade local. A presença de trade contribui para que a economia local seja reforçada, gere empregos ao mesmo tempo em que valoriza tradição cultural e identidade da comunidade em questão. Sendo assim, pensar que trade é parte da própria comunidade é fundamental para a construção de estratégias que equilibrem o turismo e o bem-estar da população de Alto Caparaó.

Os trechos de nosso texto em que a linguagem local for aplicada serão complementados por notas de rodapé, que fornecerão definições mais apresentáveis e esclarecedoras de termos e expressões específicas. Assim, este enfoque servirá à criação do entendimento adequado do texto, principalmente a quem pode não ter uma alusão diretamente às gírias, termos técnicos ou jargão da população. Assim, de modo que as notas seriam uma explicação adicional apenas, com o objetivo de tornar leitura até mais abrangente.

Nesse contexto, é importante dizer que a comunidade local não se caracteriza como uma comunidade tradicional segundo o Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), pela Portaria n.º 22 de 16 fevereiro 1992. Mas ela tem laços fortes com a unidade de conservação, mesmo não tendo um estilo de vida ancestral ou cultural diferente, os moradores têm papel crucial na interação diária com a área de conservação.

1.2 Técnicas de Investigação

1.2.1 Área de estudo: O Parque Nacional e a cidade de Alto Caparaó

O PNC foi criado pelo Decreto Federal nº 50.646, de 24 de maio de 1961, redefinido pelo Decreto de 20 de novembro de 1997, que estabeleceu a área do parque em 31.800 hectares, equivalente a 318 Km², distribuídos pelos municípios Alto Caparaó, Caparaó, Espera Feliz e Alto Jequitibá, no estado de Minas Gerais, e Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Ibitirama, Iúna e Irupí, no estado do Espírito Santo (ICMBIO, 2015). Aproximadamente 80% da área do PNC está localizada no estado do Espírito Santo e 20%, no estado de Minas Gerais. O Parque possui o terceiro pico mais alto do país, o Pico da Bandeira. Devido a estas características representa um atrativo a nível nacional, recebendo um grande número de turistas na maior parte do ano, principalmente no mês de abril a outubro pois há um menor índice de chuva, quando é indicada a subida no pico. Possui diversos atrativos naturais em função de sua beleza paisagística natural, entretanto nesse período (abril-outubro) as cachoeiras estão geladas e com menos água. Também possui uma grande importância para sua conservação internacional, por hospedar um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, alvo de ações de proteção e conservação, a Mata Atlântica (Massini; Bedim; Fonseca-Filho, 2014, p.16).

O Parque possui uma amostra única de áreas de altitude, patrimônio geológico associado, e protege nascentes em três importantes bacias hidrológicas (Itabapoana, Itapemirim e Doce), além de várias espécies endêmicas e ameaçadas de flora e fauna. Tem importância internacional do ponto de vista conservacionista, pois abriga os remanescentes da Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo e alvo de vigorosas ações de proteção e conservação (ICMBIO, 2017, p. 07-08). Ademais, dos 35° pontos mais altos do País, seis estão dentro de Unidades de Conservação: Pico da Bandeira (2.891), Pico do Calçado (2.849), Pico do Cristal (2.769), Pico do Tesouro (2.620), Pico do Tesourinho (2.584), Morro da Cruz do Negro (2.658), Pedra Roxa (2.649) (IBGE, 2019, p.24).

A sua relevância é notória na avifauna exibindo um alto grau de endemismo e possui algumas espécies consideradas altamente ameaçadas de extinção. Com relação à mastofauna, vale ressaltar que o PNC é uma das poucas áreas protegidas para o muriqui-do-norte, espécie criticamente ameaçada de extinção e o maior primata das Américas que necessita de medidas emergenciais de proteção. Observa-se também a relevância da hidrografia do entorno que é totalmente dependente da presença do PNC, sem o qual as

Caparaó, que juntas formam parte essencial da geografia local. A história desta localidade está profundamente entrelaçada com o desenvolvimento da região da Zona da Mata Mineira e também do estado do Espírito Santo⁴.

Figura 2 – Portal de Entrada Alto Caparaó (MG)



Fonte: Luciana de Paula, 2016⁵

1.2.2 Levantamento bibliográfico

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotaremos uma abordagem metodológica que compreende diferentes etapas. Inicialmente, empregaremos o método de revisão de literatura, o qual consiste em uma análise sistemática e crítica das fontes bibliográficas pertinentes ao tema em questão. Esta fase nos permitirá aprofundar o embasamento

⁴Alto Caparaó. História da Cidade. Disponível em: <https://turismoaltocaparao.com.br/alto-caparao/historia-da-cidade>. Acesso em: 20/02/2025.

⁵ Blog Minha viagem Perfeita. Escalada ao Pico da Bandeira, em Alto Caparaó – MG Disponível em: <https://www.mvperfeita.com/index.php/2016/05/28/escalada-ao-pico-da-bandeira-em-alto-caparao-mg/>. Acesso em: 25/02/2025.

teórico e conceitual necessário para a compreensão abrangente do contexto estudado. Em seguida, complementaremos nossa investigação por meio de pesquisa bibliográfica, visando obter informações adicionais para reflexão que vai conduzir o processo de enquadramento científico. Nessa etapa, faremos uso de diversas fontes, tais como revistas especializadas, livros, artigos acadêmicos, bem como documentos institucionais de organizações e entidades relevantes para o objeto de estudo. Utilizou-se a plataforma serviços online e software Google e sua ferramenta Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para pesquisas de artigo, dissertações e teses que colaborassem com o tema escolhido. Além do mais, buscou-se em pesquisa interna de livros, e-books e artigos adquiridos pela autora e orientadora deste trabalho com os seguintes temas:

- Gestão de Unidades de Conservação e Populações Tradicionais: Abreu e Pinheiro (2012), Arruda (2000), Brito (2008), Benatti (2008).
- Patrimônio, Memória e Antropologia: Abreu (2005), Anastassakis (2012), Chagas (2007), Gonçalves (1996), Pollak (1989 e 1992), Tamaso e Lima Filho (2012), Tardy e Dodebei (2015), Tomaz (2010), Vieira (2013), Mercadante (1990 e 1973), Oliveira e da Cunha (2020), Moresco e Ribeiro (2015), Oliveira *et al.* (2012).
- Ecoturismo e Meio ambiente: Antunes e Rabinovici (2010), Batista (2010), Ferreira e Oliveira (2019), De Jesus (2004), Dinis (2005), Marujo e Carvalho (2010), Mesquita (2006), Oliveira e Manso (2010), Matheus e Raimundo (2017), Nelson e Pereira (2012), Medeiros (2006), Neiman (2002), Oliveira *et al.* (2008), Nelson e Pereira (2012), Padoan (2015), Padua (2012), Torres e Cosenza (2017), Rylands e Brandon (2005), Vilani (2018).
- Planejamento Turístico e Desenvolvimento Local: Barbosa (2005), Ashton (2005), Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009), Frederico e Neiman (2010), Geerdink e Neiman (2010), Campos *et al.* (2011), Ferreira (2014), Miranda (2012), Moreno e De Oliveira (2022).
- História e Memória no Parque Nacional do Caparaó: Almeida (2014), Guimarães (2006), Domelas *et al.* (2011), Santos (2004), Amarante (2016).
- Conflitos Ambientais e Sustentabilidade: Schwartzman (2000), Zhouri e Zucarelli (2008), Zhouri (2004), Zhouri e Laschefski (2010), Organização Mundial de Turismo (2001), Ruscchmann (1999), Poles e Rabinovici (2010), Ramos (2007).

Os autores referenciados foram determinantes para análises em contextos históricos e sociais, a fim de compreender as relações entre os profissionais do turismo⁶ de Alto Caparaó e a gestão de Unidades de Conservação. Considera-se que as disciplinas do Programa de Pós-Graduação tiveram importância na elaboração dessa pesquisa, quando assuntos de amplo conhecimento de professores, alunos e colaboradores estimularam o pensar crítico da pesquisadora enquanto profissional de turismo e também professora do ensino superior. Ao introduzir temas como sustentabilidade, ecoturismo, comunidade local, descolonização, fez-se uso da percepção de diferentes campos, que dialogam entre pesquisa acadêmica e a prática com o propósito de compreensão e planejamento deste fenômeno chamado Turismo.

O levantamento bibliográfico foi constituído por estudos acadêmicos com os temas acima especificados. Entretanto, neste processo cognitivo e de escrita obteve-se além das leituras individuais, também nas conversas em salas de aulas, debates de panoramas variáveis, estudos de casos, reuniões e reflexões mediante orientação, seminários, ponderações entre colegas de trabalho de profissão, com o intuito de introduzir conhecimentos e escoar o caso singular do trade turístico de Alto Caparaó.

Este trabalho possui Autorização para atividades com finalidade científica conforme o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) (anexo I). A licença número 86818-1, dada em 16 de janeiro de 2023 e renovada em 20 de setembro de 2024, fala sobre um estudo social e ambiental em uma Unidade de Conservação Federal, especificamente no Parque Nacional do Caparaó que situado no bioma de mata da Mata Atlântica. Essa permissão mostra que o estudo atende as regras e leis ambientais do Brasil garantindo que todos os atos sejam conduzidos em conformidade as regras da Unidade de Conservação. O trabalho com a permissão certa promove uma abordagem ética e responsável em relação às pessoas locais e ao meio ambiente ajudando para melhorar as práticas de conservação. A autorização não só mostra e válida o trabalho, mas reafirma o compromisso com o cuidado do meio ambiente e a honestidade do estudo científico.

Esse estudo usa um método misto, juntando maneiras de medir e observar para uma análise mais ampla. A parte qualitativa é feita por questionários de dados aos negócios ligados ao turismo em Alto Caparaó, coletando dados organizados. Ao mesmo

⁶ Entende-se como profissional de turismo, o indivíduo com experiência que ocupa um cargo no trade turístico diretamente, como a hotelaria, agenciamento, etc., podendo ter ou não formação em instituições de ensino. Apesar disso, existem também os turismólogos reconhecidos pela Lei Federal 12.591/2012, que são profissionais formados por instituições de Ensino Superior em Turismo, seja ele Bacharelado, Licenciatura ou Tecnólogo.

tempo, a pesquisa busca opiniões realizadas por entrevistas presenciais com pessoas importantes pro negócio de turismo, trazendo uma ideia mais profunda e que se ajusta ao contexto das perguntas que são estudadas.

1.2.3 Desenvolvimento de Questionários para Pesquisa

Ao traçar a importância da entrevista na pesquisa, pensou-se nos agentes envolvidos com o turismo na Unidade de Conservação estudada, a fim de responder a problemática do trabalho. Definiu-se primeiramente qual comunidade seria entrevistada, de acordo com os temas específicos do trabalho para investigação dos conflitos existentes na UC em análise qualitativa. Assim, escolheu-se entrevistar o trade turístico registrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur)⁷, pois promove a formalização dos prestadores de serviços turísticos, garantindo que as empresas e profissionais atuem de acordo com a legislação. O total de prestadores de serviços turísticos cadastrados foi de 58, incluindo aqueles que contribuem direta e indiretamente para o turismo. Na pesquisa pelo Cadastur: 25 empresas são do ramo de Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares; 17 Meios de Hospedagem; 02 Agências de Turismo; 04 Prestadores Especializados em Segmentos Turísticos; 01 Acampamento Turístico; 03 Transportadoras Turísticas; 06 Guias de Turismo. Na oportunidade de abrangência ao trade, foi encaminhado o questionário também ao Grupo de Operadores de Turismo de Alto Caparaó (GTAC).

O questionário foi estruturado de forma fluida, com um número pequeno de perguntas, mas objetivo, realizada na Plataforma Online Google Forms⁸, pela facilidade do alcance dos profissionais. Para melhor compreensão, seguiremos o conceito de trade turístico segundo Knupp (2015, p.76), que compreende um conjunto de atividades que compõem a oferta do setor, incluindo serviços de transporte e hospitalidade, como hospedagem, alimentação e eventos, além da distribuição, por meio de agências de viagens, operadoras turísticas e internet, e do entretenimento, que envolve atrativos e recreação.

⁷ Cadastur - sistema implementado pelo Ministério do Turismo do Brasil, com o objetivo de regulamentar e organizar os prestadores de serviços turísticos.

⁸ Google Forms. Entrevista com Empresários Turísticos de Alto Caparaó – MG. Disponível em: <https://forms.gle/zeXo3BkF8ZpdmJi27>

Depois, foi desenvolvido um questionário de entrevista para o gestor público da Unidade de Conservação por meio do Google Forms⁹, com o intuito de entender melhor os processos das relações entre essa comunidade específica e o Parque. A realização de entrevistas com ambos os lados - gestão pública e empresários - é fundamental para assegurar que as estratégias de desenvolvimento turístico sejam justas, inclusivas e eficazes. O propósito dessas entrevistas é aprofundar nas diferentes visões e experiências referentes ao Parque Nacional, reconhecendo possíveis impactos e interações com a comunidade local.

Diante do interesse em estabelecer uma comunicação entre o Gestor Público Municipal e a autora sobre questões relacionadas ao setor do turismo, foi iniciado um Estudo de Demanda Turística para o município de Alto Caparaó, realizado pelo Curso de Turismo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), onde a autora exerceu a função de docente. Esse contato foi utilizado para organizar um encontro presencial, com o objetivo de entender as relações existentes com a comunidade local. Assim, após a aceitação do gestor para a entrevista, foi desenvolvido um roteiro (Apêndice I) para identificar as atividades desempenhadas pela gestão municipal, o planejamento desejado para o setor de turismo e a percepção dos gestores sobre a relação entre o trade turístico e o Parque Nacional. Na mesma ocasião, a autora se reuniu também com um representante do setor hoteleiro, utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice II) para investigar a história do parque nacional e ouvir perspectivas e experiências relacionadas a ele, além de mapear as interações com o Parque Nacional.

A escolha do Formulários Google, justifica-se pelo grande número de prestadores de serviços cadastrados, que torna inviável a realização de entrevistas presenciais ou remotas. As perguntas foram feitas para obter respostas específicas e objetivas, respeitando as tarefas de rotina dos empresários. O propósito foi coletar uma quantidade significativa de percepções, sem prejudicar ou desmotivar as respostas das pessoas, levando em conta suas obrigações pessoais. Já na aplicação do questionário para o Gestor da UC, justifica-se pela inviabilidade de deslocamento ao PNC da pesquisadora e o tempo necessário para a entrevista, seja remota ou presencial. Por outro lado, as conversas com a administração municipal e o empreendedor do ramo hoteleiro foram feitas presencialmente, sendo o contato inicial no ano de 2023. A escolha do empreendedor do ramo hoteleiro deve-se à importância desse setor nas ações do município e do gestor

⁹Google Forms. Entrevista com a gestão do Parque Nacional do Caparaó. Disponível em: <https://forms.gle/YuTLAMRG2ovwowH56>

público, por sua função na Secretária de Turismo como fator intermediário entre o trade e a gestão do Parque Nacional do Caparaó.

Segundo Marujo (2013, p.13) o turismo é um fenômeno complexo, o que permite que seja analisado de diversas perspectivas. No campo dos estudos turísticos, a escolha da metodologia deve ser feita de acordo com os objetivos da pesquisa e o tipo de análise desejado pelo pesquisador. As abordagens qualitativa e quantitativa podem ser aplicadas em diferentes fases da pesquisa em turismo, sendo que ambas envolvem métodos distintos, mas podem se complementar, uma vez que cada uma contribui com informações que enriquecem o conjunto da investigação.

Nos momentos em que a fala dos entrevistados aparecem no texto, adota-se uma abordagem de numeração sequencial, que utiliza números para identificar os entrevistados e segue a ordem das horas e datas das reuniões. Isso é comum em estudos qualitativos para proteger quem participou, garantindo a segurança e a privacidade das informações coletadas. Nas entrevistas pelo Google Forms, os entrevistados também foram identificados por numeração sequencial por ordem da Plataforma. Essa prática é muito importante para garantir a honestidade da pesquisa, guardando a vida privada das pessoas e respeitando princípios de sigilo. Além disso a remoção de nomes por numeração sequencial ajuda a analisar e entender os dados, permitindo traçar padrões e encontrar esclarecimentos úteis sem revelar a identidade das pessoas entrevistadas.

Para proteger a segurança e os direitos das pessoas entrevistadas foi criado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um Termo de Consentimento para o uso de imagem e som de voz (TCUISV) (apêndice III), que foi assinado por ambas as partes. Esse texto formaliza o acordo, garantindo que os participantes saibam do motivo da pesquisa, das regras para usar as informações dadas e da sua privacidade durante todo o trabalho. O Termo de Consentimento foi apresentado e lido aos entrevistados durante diálogos presenciais realizados em 2023, esclarecendo detalhadamente os direitos tanto dos participantes quanto da pesquisadora. Além disso, o título da dissertação passou por mudanças ao longo de sua elaboração, sendo ajustado conforme as pesquisas e ações desenvolvidas, de forma a refletir melhor os objetivos e o direcionamento do estudo. O Termo de Uso de Imagem e Som de Voz foi elaborado com o objetivo de uso exclusivo para a pesquisa interna da autora, sem a intenção de utilizar divulgar essas gravações neste trabalho, somente a transcrição das falas referenciadas ao longo do texto. Esse termo garante que as imagens e sons captados durante as entrevistas

serão preservados apenas para consulta pessoal e análise interna, respeitando a privacidade dos participantes.

A transcrição das entrevistas realizadas seguiu um método de fidelidade discursiva, que implica na manutenção das pausas, repetições e erros de fala, preservando os padrões de pensamento e emoção dos entrevistados, ajudando a entender a intenção comunicativa. A decisão metodológica de manter a transcrição original baseia-se na premissa de que qualquer modificação textual pode alterar o significado pretendido. Essa metodologia foi aplicada em todos os conteúdos transcritos nas entrevistas realizadas pela autora e citações de outros autores, garantindo a coerência com a abordagem teórica escolhida e permitindo que futuras análises mantenham a integridade dos dados originais da população de Alto Caparaó.

Estas aproximações com as Gestões Públicas do Parque e do município ocorreram de forma simultânea, com o interesse de ambos os lados, para o diálogo da pesquisa e demais parcerias com a instituição que a autora exercia um cargo de professora. Assim, a convite da gestão do município, participou-se de palestras no seminário direcionados aos empreendedores do trade turístico com a participação da Secretária Adjunta de Turismo do Estado de Minas Gerais, ocasião essencial para dialogar e principalmente entender como estes agentes planejam e desenvolvem o turismo, suas necessidades de apoio e organização com PNC e a gestão pública do município.

1.2.4 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo no Parque Nacional do Caparaó teve como objetivo realizar um reconhecimento do local, com foco na análise da interação entre o trade turístico e a gestão pública do território. A pesquisadora já frequentava o parque com o intuito de lazer, o que proporcionou uma primeira aproximação com o espaço. Posteriormente, enquanto discente da graduação em Turismo, a pesquisa ganhou novos contornos, à medida que se aprofundava nas questões relacionadas ao ecoturismo e à conservação da natureza. Essa trajetória foi acompanhada de visitas ao parque, que evoluíram para uma prática acadêmica durante a atuação como docente, onde o local passou a ser visto não apenas como um destino turístico, mas também como um objeto de estudo que envolve as dinâmicas de gestão pública.

O processo de pesquisa se deu ao longo de diversas visitas, algumas delas em caráter acadêmico, e outras realizadas de forma mais espontânea, mas todas de grande

importância para a construção do entendimento sobre a realidade local. Em determinado momento, as dificuldades de realizar observações e entrevistas de campo se tornaram evidentes. A logística de transporte e a imprevisibilidade do clima dificultaram o acesso a algumas áreas, mas essas dificuldades acabaram por ser reflexões importantes sobre as limitações enfrentadas pela gestão pública na implementação de políticas de uso público e conservação no Parque.

A primeira visita realizada no mês de fevereiro de dois mil e vinte e três foi com os alunos do Curso de Turismo e docentes da disciplina “Uso Público em Unidades de Conservação”, tendo como objetivo principal a conversa com o gestor de uso público do Parque Nacional do Caparaó. A visita foi preparada e personalizada pelos professores, e fui convidada a participar, aproveitando o deslocamento e a chance de uma conversa com o gestor sobre assuntos ligados ao uso público e à administração do parque. Na visita, os alunos participaram de trilhas no PNC, proporcionando uma experiência no cenário real e uma oportunidade prática de observar a ligação dos visitantes com o local.

Figura 3 - Panorama do PNC no atrativo Mirante do Jacú



Fonte: autoria própria

Figura 4 e 5 - Trilha para o atrativo Gruta do Jacú



Fonte: autoria própria

Tive a chance de fazer entrevistas também em fevereiro de dois mil e vinte e três com um empreendedor da hotelaria local e com o gestor público municipal. Essas conversas foram muito úteis para enriquecer minha pesquisa e entender com mais clareza as visões do setor privado e do poder público sobre o turismo na região. O objetivo das entrevistas foi reunir informações que ajudassem a criar um contexto para o cenário turístico de Alto Caparaó, compreender as dificuldades que os empresários lidam no setor, além de saber quais táticas eles usam para atrair turistas e atender às exigências dos visitantes. A conversa com o gestor público foi igualmente importante porque permitiu entender as políticas públicas feitas para o turismo na cidade, os projetos em curso e as ações agregadas para futuro.

Em outro momento oportuno, em meados do mês de maio de dois mil e vinte e três desloquei-me para o 1º Seminário de Turismo e Cultura de Alto Caparaó (anexo II), onde tive a oportunidade de ministrar uma palestra com o tema “A pesquisa científica no turismo: em busca de resultados satisfatórios para o planejamento”. Fui convidada pelo gestor municipal da Secretaria de Turismo, que teve a iniciativa de organizar o evento com o objetivo de promover a troca de conhecimentos entre os profissionais da área. O convite foi uma grande chance para mostrar a minha pesquisa, e as contribuições que ela poderia dar para o planejamento turístico do Alto Caparaó.

A palestra foi um momento de compartilhar com o público da região, formado por líderes, donos de negócios e pessoas que trabalham no turismo, do porque a pesquisa é importante para fazer bons planos e ações em turismo. Além de apresentar a pesquisa, o seminário também teve o objetivo de conversar com o trade turístico, ouvir as necessidades e dúvidas dos profissionais da área. Esse encontro com o trade da área trouxe

uma troca de experiências, que ajudou sobre a concepção do lugar e também as chances de usar os resultados da pesquisa no contexto prático do turismo local.

A participação da discente em eventos de acadêmicos e técnicos atraiu sua presença em campo e sua conversa com os atores da pesquisa. Esses eventos têm chances de aumentar o saber teórico e prático, permitindo uma forma mais comprometida de fazer a pesquisa. Além disso, possibilitam o contato com cientistas, gestores e trabalhadores do setor de turismo, ajudando a ter um entendimento maior das rotinas do turismo em locais protegidos. Assim, a presença do discente em eventos potencializou a condução da pesquisa, apoiando a aprovação de seu trabalho no campo e a criação de laços de confiança com as pessoas no estudo.

Figura 6 - Apresentação da palestra no seminário



Fonte: autoria própria

Esses momentos de campo trouxeram reflexões sobre o papel do trade turístico que habita o território. Inicialmente, o foco da pesquisa estava em aspectos ambientais e de gestão pública. No entanto, a imersão mais profunda no campo levou à mudança de perspectiva, fazendo com que a pesquisadora percebesse a importância do trade como parte essencial da gestão do Parque Nacional do Caparaó. Essa transformação na abordagem de pesquisa, surge como um novo objetivo: compreender as relações entre o trade turístico e os gestores do parque, considerando as necessidades e os desafios enfrentados por todos os envolvidos.

1.3 Apresentação e discussão dos capítulos

Esta dissertação está organizada em três capítulos principais que abordam de forma estruturada a relação entre o fenômeno turístico, a criação de Unidades de Conservação e os aspectos históricos e sociais do Parque Nacional do Caparaó. O Capítulo I - O Fenômeno Turístico: Sustentabilidade no Contexto dos Parques Nacionais, introduz o conceito de turismo, abordando sua evolução e aplicabilidade no Brasil. O objetivo geral deste capítulo é compreender as dimensões econômicas e sociais do turismo, destacando sua relevância tanto como atividade econômica quanto como prática social. A partir disso, a dissertação explora nuances do turismo ecológico, sua conexão com as práticas de conservação ambiental e o impacto da sustentabilidade nas políticas turísticas brasileiras.

No Capítulo I, o conceito de turismo sustentável será abordado de forma distinta daquele comumente estudado na biologia. Enquanto nas ciências biológicas, a sustentabilidade está mais ligada aos aspectos ecológicos e à proteção dos recursos naturais, no turismo, o conceito tem um escopo mais amplo, cobrindo não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o crescimento econômico e a justiça social. A ideia chave aqui é entender o turismo como um ator que pode equilibrar as necessidades do cuidado com o meio ambiente com desenvolvimento regional ajudando no bem-estar das comunidades envolvidas sem afetar os recursos naturais para as futuras gerações. Então a sustentabilidade no turismo abrange tanto a parte ecológica quanto social e econômica em busca do equilíbrio entre conservar ecossistemas, gerar ação de empregos e o respeito às culturas locais.

O Capítulo II aprofunda-se na criação e implementação do Parque Nacional do Caparaó, um dos principais espaços de conservação no Brasil. O objetivo geral deste capítulo é dar foco específico no Parque Nacional do Caparaó, suas implicações históricas e a influência da Ditadura Militar na sua institucionalização. Os objetivos específicos abrangem desde a compreensão do processo de criação do parque, a influência do contexto político da época e das políticas de conservação no Parque.

A partir da análise da criação e implementação do Parque Nacional do Caparaó, torna-se possível identificar o surgimento de novos atores sociais vinculados ao território, entre eles o trade turístico. Esse grupo se estrutura dentro de condições históricas e políticas específicas, influenciadas diretamente pelo contexto autoritário da Ditadura Militar e pelas diretrizes das políticas ambientais da época.

O Capítulo III se dedica a analisar as interações e os diálogos entre a gestão do Parque Nacional do Caparaó e o trade turístico da região de Alto Caparaó (MG), focando especialmente nos questionários aplicados para a gestão do PNC, o trade e as entrevistas com o gestor público municipal e um representante do trade turístico, especificamente do setor hoteleiro. A análise é baseada nos resultados dos questionários aplicados a diversos atores do trade turístico envolvidos diretamente com o fluxo turístico de Alto Caparaó.

O estudo tem como objetivo compreender as relações entre o trade turístico e os gestores do Parque, considerando as exigências e dificuldades enfrentadas pelos envolvidos nesse processo. Os capítulos se complementam ao integrar as discussões sobre as regras de visitação com as ações de preservação, proporcionando uma visão mais ampla de como o turismo pode contribuir para a proteção de áreas naturais.

2. CAPÍTULO I - O FENÔMENO TURÍSTICO: SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DOS PARQUES NACIONAIS

2.1 Fenômeno turístico

Os teóricos do turismo, especialmente aqueles que analisam o turismo a partir de uma perspectiva das ciências sociais, concordam num aspecto: o turismo é um fenômeno extremamente complexo e dinâmico que opera de muitas maneiras e nos mais diversos contextos, tornando difícil a sua compreensão plena através de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência. Portanto, é necessário estudar este fenômeno, distinguir seus diferentes tipos e o contexto em que se manifesta (Ricco, 2011, p.41). Os métodos de diferentes autores dotam-no de normas técnicas, acadêmicas, jurídicas e econômicas, bem como de uma abordagem holística e sistemática, tentando estruturar o fenômeno de uma forma mais completa e próxima da realidade real. Contudo, um aspecto inerente ao turismo é a mudança temporária de local de residência, esta consideração baseia-se no conceito de viagem como um tipo de deslocamento com expectativa de retorno ao local de origem (De Vasconcelos, 2005, p.156).

Numa perspectiva histórica, o turismo tem estado diretamente dependente das condições de circulação das pessoas. As viagens acontecem desde os primórdios do homem, com o propósito de fuga, proteção, sobrevivência, troca de implementos, comércio, guerra ou em busca do desconhecido. As viagens permeiam todas as idades, mas o surgimento do turismo como atividade econômica só foi possível com o fim do sedentarismo, a expansão dramática da dinâmica turística após guerras e a expansão do comércio entre diferentes povos. Outro fator que influencia decisivamente o aumento da atividade turística é o progresso tecnológico, que, entre outras inovações, proporciona formas mais rápidas e cômodas de viajar e comunicar. Mais uma vez, esta atividade foi diretamente afetada por transformações socioeconômicas e métodos de produção, levando mesmo aos moldes que conhecemos (Knupp, 2015, p.32).

Etimologicamente, a palavra turismo se originou da contração de dois termos: *grand* (de origem inglesa) e *tour* (de origem francesa), significando originariamente “o grande circuito”. O “Grand Tour” fazia referência às viagens realizadas no século XVIII por jovens da aristocracia européia motivadas pela necessidade de complementação educacional. Com o passar do tempo, outras concepções e significados foram se configurando ao termo turismo, seguindo as transformações que a sociedade experimentou ao longo do século XX (Ricco, 2011, p.169).

Segundo Dos Santos Filho (2008, p.06), é responsabilidade dos estudiosos e pesquisadores do turismo questionar as abordagens positivistas de caráter linear, desafiando a lógica historiográfica fenomenológica predominante. O autor destaca a necessidade de recontar a verdadeira história do turismo, ultrapassando a visão funcionalista e descritiva que frequentemente prende Thomas Cook¹⁰ a uma literatura padronizada, cujas transcrições se repetem em grande parte da produção acadêmica em língua portuguesa sobre o tema.

Thomas Cook foi responsável por estabelecer as bases do turismo ao criar as agências de viagens, possibilitando o deslocamento de um grande número de pessoas para diversos destinos. Esse processo foi movido pelo surgimento das estradas de ferro, aumentado com a Revolução Industrial, que foi um evento importante para a sociedade, ao trazer melhorias em muitos lugares, mesmo no turismo. O nascimento de uma nova classe média, que são trabalhadores que foram do campo para cidades, juntamente com melhores condições de vida e trabalho ajudaram no crescimento das atividades de lazer. Além disso, fatores como a evolução dos transportes ferroviários e marítimos, com o uso do aço e da energia a vapor, favoreceram o crescimento do turismo no século XIX. Nos Estados Unidos, as companhias ferroviárias passaram a fabricar vagões especializados, como os destinados a fumantes, restaurantes e dormitórios, proporcionando maior conforto e luxo. Um exemplo marcante foi o Expresso do Oriente, que conectava Londres e Paris a Viena, Atenas e Istambul, oferecendo aos passageiros serviços diferenciados, incluindo vagões decorados ao estilo turco, carpetes, banheiros com água quente e alimentação internacional (Rejowski, 2002, p.58 *apud* Panazzolo, 2002, p.03).

Dos Santos Filho (2008) questiona a visão tradicional da historiografia turística que muitas vezes mostra Thomas Cook de um jeito dominante e sem ligação com o desenvolvimento do capitalismo. O autor disse que a criação histórica do turismo no mundo foi afetada pelas relações de produção e pelo controle imperialista do saber,

¹⁰ Conforme Santos (2016, p. 12), Thomas Cook, conhecido como o pai das agências de viagens, organizou em 1841 a primeira excursão registrada, transportando 578 pessoas de Loughborough a Leicester para um congresso antialcoolismo. Esse evento evidenciou que, além do meio de transporte, outros elementos eram essenciais para a experiência turística, como hospedagem, alimentação e visitas a pontos turísticos. Atividades de lazer, como jogos e dança ao som de uma banda, também foram incorporadas à viagem. A partir desse marco, Cook percebeu o potencial comercial do transporte e da organização de viagens, o que o levou a fundar, em 1845, a agência Thomas Cook & Son em parceria com seu filho James. Foi ele o pioneiro na criação do conceito de pacote turístico, incluindo preço fixo, passagem, traslados, refeições e hospedagem.

ajudando a Inglaterra a ser um dos principais atuantes desse evento. Além disso, ele destaca que os textos sobre Cook, no Brasil em especial, tendem a ser funcional e limitada repetindo uma visão eurocêntrica desconsiderando as contribuições latino-americanas para história do turismo.

Segundo Quevedo (2007, p.21), embora o turismo seja um fenômeno presente na história da humanidade há séculos, foi apenas no século XX que deixou de ser uma atividade restrita a uma elite privilegiada. Já no limiar do século XXI, passou a ser reconhecido como um fator capaz de provocar profundas transformações na configuração espaço-territorial dos destinos onde se desenvolve.

Observa-se que o aumento do tempo livre, fruto da redução da jornada de trabalho, usufruído pelos cidadãos dos países do primeiro mundo, que passaram a viajar para os países de terceiro e segundo mundo, os quais começaram a organizar os mais diversos lugares turísticos, devido ao elevado potencial cultural e natural que possuem, gerando novos campos de trabalho, principalmente no setor terciário social (Faria, 2008, p.33).

Seguindo o conceito da Organização Mundial do Turismo e reproduzido pelo Ministério do Turismo (1994, 2001, 2016), atualizado de tempos em tempos, o turismo é uma atividade econômica, onde o turista precisa permanecer mais de 24h e menos de 1 ano em uma localidade que sai do seu cotidiano, com a finalidade de lazer, negócios entre outros. Mesmo sendo bem mais abrangente do que isso, esse conceito delimitado permite que os profissionais e turismólogos parem para analisar e refletir sobre a atividade. Outros autores, como Beni (1998) já contrapõe a ideologia do turismo ser somente como uma atividade econômica, e analisa que o turismo também é um fenômeno social. Em destaque colocaremos como o conceito ideal, na nossa percepção, o turismo na seguinte descrição:

O turismo é um fenômeno social de crescimento constante, considerado como uma importante fonte de riqueza econômica e como oportunidade para impulsionar determinadas localidades nos aspectos econômico e social (Almeida, 2012, p. 258).

Além de ser um fenômeno que movimenta bilhões, contribuindo significativamente no PIB e no crescimento econômico brasileiro, não podemos analisar o turismo como fim só lucrativo, arrisco dizer que este não é capaz de ser a primeira motivação para o desenvolvimento da atividade. Aliás, o direito do lazer está na constituição de 1988, mas essa discussão entre as áreas de lazer e turismo é ainda promissora. Mesmo que o direito ao lazer e o turismo possa ter ligação, eles não são parecidos. O descanso é um direito básico que se refere ao tempo livre e às atividades de diversão, mas as viagens pedem trocas de espaços que não são cotidianas. É evidente que

para se fazer turismo, precisa-se de alguma quantia em dinheiro, em contrapartida a atividade não é motivada por conquistar riquezas e sim de ter experiências, vivências, sentimentos que irão de alguma forma realizar o descanso de algum indivíduo, que utiliza seu direito trabalhista ao tirar férias. Saindo dessa concepção romântica sobre o turismo ser uma atividade mais social do que econômica, sabemos que a realidade é outra. Mas não justifica nos empenharmos a discutir seus conceitos que estão mudando com o passar dos anos. Barbosa (2005, p.107) expressa:

O turismo não possui apenas um grande significado econômico em muitos casos, sendo fonte de renda e de divisas, mas também exerce impactos relevantes sobre a cultura e o espaço (natural e social) da área receptora dos turistas.

O debate sobre a definição de turismo busca também formas mais práticas de medir suas componentes e expressá-las em termos estatísticos. A crescente relevância do turismo na sociedade, assim como seu caráter universal, o torna um fenômeno complexo, envolvendo diversas atividades econômicas e implicando uma considerável movimentação de pessoas para diferentes destinos (Dinis, 2005, p.16). Beni (2000) relata “A conceituação do turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento e verificado em contextos vários da realidade social”.

Sob a ótica do capitalismo, o turismo transformou-se em uma atividade mercadológica altamente rentável. No entanto, sua interpretação é frequentemente limitada por referenciais teóricos mercantilistas, que tratam o turismo apenas como uma atividade econômica. O uso do termo “atividade turística” foca exclusivamente no aspecto econômico desse fenômeno, deixando de lado abordagens mais holísticas que poderiam proporcionar uma compreensão mais ampla e profunda do turismo. Esse enfoque reducionista acaba por oferecer uma visão simplificada e marcada por verdades superficiais. Ao destacar essas questões, o termo "atividade turística" continua a ser empregado para a compreensão do turismo dentro do setor econômico (Mesquita, 2006, p.06).

Ao considerar o turismo sob a perspectiva temporal, percebe-se que sua complexidade aumentou ao longo dos anos devido à crescente demanda, à segmentação do mercado e à maior atenção dos governos ao setor. No entanto, seu fundamento permanece o mesmo, baseado no deslocamento humano e na experiência de viagem, agora permeados por relações comerciais. Esse fenômeno impulsiona diversas atividades pertencentes à indústria terciária, voltada para serviços, e envolve setores que, direta ou

indiretamente, contribuem para a dinâmica do turismo contemporâneo, aspecto que será aprofundado nos capítulos seguintes (Knupp, 2015, p. 56).

Ao examinar o conceito inicial de Turismo, claro advindo das ideologias europeias, acreditamos que a popularização do turismo visto nos dias de hoje, deu-se a partir do século XX. As leis trabalhistas, a constituição de 1988 impulsionou a atividade dando ao brasileiro direito ao lazer e as novas tecnologias de pagamento, fez com que a população média tivesse acesso ao turismo, claro que com muita dificuldade e todos os seus esforços para ter o mínimo de descanso anual. O turismo no Brasil passou por um processo único de construção do conhecimento e organização, moldando-se de acordo com as particularidades sociais, culturais e econômicas do país. Um dos fenômenos turísticos que exemplifica esse desenvolvimento é o turismo de sol e praia, que se consolidou como um dos principais atrativos nacionais devido à extensa faixa litorânea e ao clima tropical. A partir da segunda metade do século XX, investimentos em infraestrutura, promoção internacional e políticas públicas impulsionaram o crescimento desse segmento. Assim, o turismo brasileiro desenvolveu sua própria trajetória, alinhando a construção do saber turístico à organização estratégica do setor para fomentar o desenvolvimento econômico e social.

Stefani e Oliveira (2025, p.25) afirmam que o turismo no Brasil teve início com o descobrimento e a colonização, evoluindo ao longo dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, ouro e café. Com o advento do século XX e os novos padrões de consumo, surgiram as residências secundárias, especialmente no litoral, destinadas a residentes temporários. O processo de industrialização também foi crucial para o desenvolvimento dos meios de transporte e, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, gerou mais tempo livre e melhor qualidade de vida para os trabalhadores, o que impactou positivamente o turismo. Além disso, eventos como a Copa do Mundo de 1950 contribuíram para o aumento do fluxo de turistas para o Brasil.

Podemos delimitar algumas formas de planejamento do turismo, mas que se complementam e trabalham juntas nas diversas formas de se posicionar, discutir e efetuar seus conceitos e práticas. Uma é de esfera pública e outra mercadológica, o que chamamos de trade turístico. Ao estudarmos o trade turístico neste trabalho, podemos discursar como o mercado turístico se desenvolveu ao longo dos anos. Entretanto, a esfera pública também se movimentava de acordo com seus interesses capitalistas e de pressão social desse mercado que buscava a melhoria de seus serviços e a garantia de seus direitos institucionais.

Segundo Knupp (2015, p.120-121), o turismo no Brasil começou a ser oficialmente mencionado em 1938, com o Decreto-Lei n. 406, que abordava a entrada de estrangeiros no país. Contudo, nessa época, o país ainda não possuía um órgão governamental específico para a área. Entre 1937 e 1945, o governo brasileiro não demonstrava grande empenho no desenvolvimento do turismo, o que resultava em poucas políticas voltadas para o setor, sem resultados significativos para o planejamento da atividade. Apenas em 1946 e 1947, o Ministério da Justiça e Negócios passou a assumir responsabilidades sobre o turismo, embora ainda sem muitos recursos diretos para a gestão da atividade. Em 1958, por meio do Decreto n. 44.863, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), considerada o primeiro órgão governamental dedicado exclusivamente ao turismo no país.

O trabalho de Stefani e Oliveira (2025) deixa claro as decisões estratégicas tomadas tanto na esfera pública, que foram essenciais para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Para destacar esses marcos e tornar mais evidente o impacto dessas ações, apresentamos uma síntese dos principais aspectos que contribuíram para o crescimento do setor turístico no país apresentadas no livro. As autoras destacam em tópicos (p.26-27) principais marcos no desenvolvimento do turismo no Brasil, que incluem a criação da Embratur em 1966, a promulgação de leis e decretos nas décadas subsequentes, e o avanço da profissionalização do setor. Nos anos 1970, o dinamismo econômico e a criação do primeiro curso de Turismo foram fundamentais, seguidos pela promulgação de leis importantes, como a Lei n. 6.505/77 que dispunha sobre atividades e serviços turísticos. Já na década de 1980, apesar das crises econômicas, o setor continuou a evoluir com novas regulamentações. A década de 1990 foi marcada pela globalização e pela implementação de programas como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Plano Nacional de Turismo (PNT). Nos anos 2000, o turismo enfrentou desafios, como o terrorismo, mas também passou por avanços significativos, como a criação do Ministério do Turismo (2003), Instituição do Programa de Regionalização do Turismo (2004), a promulgação da Lei Geral do Turismo (2008) e a Lei de Reconhecimento da profissão de turismólogo (2012).

Cabe destacar que em meio a decisões tomadas pelo Brasil na gestão pública e privada, em 1975 foi fundada a Organização Mundial do Turismo (OMT) que é uma das principais entidades que regula e orienta as atividades turísticas no mundo. Ela desempenha um papel crucial no repasse de conhecimento e na promoção do turismo sustentável, especialmente para os países em desenvolvimento que estão iniciando suas

atividades turísticas (Knupp, 2015, p.84-85). A partir de sua criação e em destaque seguinte a criação do Ministério do Turismo em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, consolidou o turismo como uma instância federal, permitindo que a atividade passasse a contar com as prerrogativas ministeriais e ganhasse maior visibilidade e apoio dentro da estrutura do governo (Da Silva, p.247).

O trade turístico brasileiro se organizou ao longo do tempo por meio da criação de diversas entidades e associações com o objetivo de defender os interesses do setor, além de buscar soluções para os problemas enfrentados pelos profissionais e empresas da área. Em 1936, a iniciativa privada já iniciava sua organização de classe no setor turístico, com a realização do I Congresso Nacional de Hoteleiros e a fundação da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a mais antiga do país. Com a missão de estudar e resolver questões do setor hoteleiro, a ABIH tem como objetivo principal amparar e defender os interesses dos meios de hospedagem, atuando como um órgão técnico e consultivo e colaborando com os poderes públicos para a solução dos problemas da classe. Posteriormente, em 1953, foi fundada a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), que desempenhou papel semelhante, focando em interagir com o poder público e no estudo de soluções para os desafios do setor de agências de viagens. Ambas as associações, junto a outras entidades do setor, têm como principal função representar e apoiar seus associados, promovendo o fortalecimento do trade turístico no Brasil. Essas entidades têm sido fundamentais na busca por melhorias nas condições de trabalho, regulamentações e no incentivo ao desenvolvimento e à competitividade do turismo nacional (Knupp, 2015, p. 95).

Citaremos¹¹ também outras associações como a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (BRAZTOA), fundada em 1986, tendo como objetivo reunir as operadoras de turismo para promover a capacitação, defesa dos interesses do setor e desenvolvimento de boas práticas comerciais. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (BRASEL), fundada também em 1986, tem como objetivo promover o desenvolvimento, a sustentabilidade e a competitividade desse setor. A Associação Brasileira de Guias de Turismo (ABGTUR) é uma entidade de classe que representa e defende os interesses dos guias de turismo no Brasil, fundada em 1993. Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (ABRESI) é uma entidade de classe que representa os interesses de empresas e profissionais nos segmentos de gastronomia,

¹¹ Empreendedor do Turismo. Organizações e Associações do Turismo para Conhecer e Seguir. Disponível em: <https://empreendedoroturismo.com/organizacoes-e-associacoes-do-turismo/>. Acesso em: 18/02/2025.

hospedagem e turismo no Brasil, fundada em 1997. A Associação Brasileira das Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP), fundada em 1991, representa as agências de viagens especializadas no mercado corporativo, buscando otimizar os serviços e aumentar a competitividade do setor. A Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), fundada em 2004, por sua vez, foca na promoção e no crescimento do ecoturismo e do turismo de aventura no Brasil, contribuindo para a implementação de práticas sustentáveis e de conservação ambiental (Site Empreendedor do Turismo, 2020).

Outras associações marcantes, mas que propõe interesses da classe de profissionais do turismo é a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR) fundada em 1983, tem como missão representar e valorizar os turismólogos e demais profissionais do turismo, defendendo seus direitos e buscando o aprimoramento da formação e atuação profissional no setor. E a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) é uma entidade dedicada à promoção e ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica e científica na área de turismo no Brasil, fundada em 1997 (Site Empreendedor do Turismo, 2020).

Destacamos também a Revista Panrotas¹² que surgiu em 1974 como um veículo de comunicação especializado no setor de turismo no Brasil, com o objetivo de divulgar e promover o desenvolvimento do trade turístico nacional. A Panrotas, completou 50 anos de atuação em 2024, se consolidou como líder no Brasil na produção e distribuição de informações e conteúdo especializado para o profissional de turismo. A editora oferece conhecimento por meio de diversas plataformas, incluindo o Portal Panrotas, redes sociais e publicações impressas, como a Revista Panrotas e diversos anuários temáticos. Além disso, promove o Fórum Panrotas, o maior evento de debates e inovações do setor no Brasil, que anualmente reúne líderes nacionais e internacionais para discutir as principais tendências e inovações do turismo (Panrotas, 2025). A Panrotas também foi importante no processo de organização do setor de turismo no Brasil, ajudando a fortalecer a comunicação entre os diversos segmentos do trade turístico e o público, além de contribuir com debates sobre o planejamento e desenvolvimento do turismo no país.

Podemos perceber como a atividade turística no Brasil se estruturou para o efetivo desenvolvimento do mercado. Com o advento de regulamentações públicas e a criação de órgãos responsáveis pela área, os empreendimentos passaram a conquistar direitos institucionais essenciais para a promoção e comercialização estratégica dos produtos

¹² Panrotas. Líder no Brasil na produção de informações e conteúdo para o profissional de turismo do Brasil. Disponível em: <https://midiakit.panrotas.com.br/>. Acesso em: 18/02/2025.

turísticos. Esse processo possibilitou uma atuação mais direcionada e eficiente, permitindo que as expectativas dos turistas fossem atendidas de forma mais assertiva. Ao longo dos anos, a organização do setor também permitiu um maior alinhamento entre oferta e demanda, consolidando o turismo como uma atividade estruturada, com instrumentos e instituições que garantem sua evolução e crescimento contínuo.

Os elementos fundamentais do mercado turístico não se limitam apenas à demanda, oferta e produto. Para que a representação do mercado seja mais completa, é necessário incluir também os operadores de mercado. Estes são instituições ou empresas responsáveis por facilitar o encontro entre a demanda e a oferta no setor turístico. Exemplos de operadores de mercado incluem agências de viagens, operadores de turismo, empresas de transporte e órgãos públicos ou privados que fornecem os serviços relacionados à atividade turística (Stefani; Oliveira, 2025. p.69). O avanço do fenômeno turístico, devido à sua utilidade, possibilita que os economistas ampliem as taxas de desenvolvimento das diversas regiões. O turismo é visto como uma atividade com grande apelo econômico, pois, à medida que suas atividades se expandem, surgem novas demandas, como a necessidade de hotéis, estradas, sistemas de comunicação, restaurantes, artesanato e opções de entretenimento. Esse crescimento cria uma espiral de bens e serviços que, para atender aos turistas, requerem o emprego de mais mão de obra (Beni, 2000).

De acordo com Knupp (2015, p.76), o conjunto de atividades que forma a oferta do setor turístico é denominado trade turístico e inclui serviços relacionados ao transporte e hospitalidade (como hospedagem, alimentação e eventos), distribuição (como agências de viagens, operadoras turísticas e plataformas online) e entretenimento (atrativos e recreação). O autor também destaca que o turismo é composto por redes interorganizacionais nos destinos, com elementos que funcionam como grupos independentes de fornecedores, unidos para oferecer um produto global. O setor turístico é altamente interdependente, e o sucesso de uma organização está diretamente ligado ao sucesso de outras.

O turismo está profundamente interligado à economia, ao meio ambiente, à sociedade, à política e à cultura. Embora seja uma das experiências prazerosas que a vida oferece no vasto campo do lazer e do hedonismo, o turismo depende dessa interação complexa para se desenvolver de maneira sustentável. No entanto, assim como qualquer política econômica ou social, o turismo também deve garantir que a justiça social não seja

apenas uma retórica vazia de governos ou instituições, mas uma prática real e eficaz em seu desenvolvimento (Trigo, 2020, p.11).

Segundo Ricco (2011, p.170), a atividade turística deve ser analisada com base em três pilares fundamentais: o econômico, que assegura que a atividade seja rentável para a comunidade; o social, que destaca a importância de uma convivência respeitosa entre visitantes e moradores, baseada no reconhecimento da alteridade; e o ambiental, que visa integrar o uso dos recursos naturais à conservação, evitando custos ambientais para a região.

Acreditamos que fortalecer tradições e culturas, sensibilizar e valorizar as pessoas, países e comunidades sobre as suas identidades nacionais e culturais, e planejar adequadamente as realidades culturais e territoriais do lugar pode prevenir ou maximizar a redução dos efeitos adversos do turismo. Influenciado por outras culturas e economias de mercado. Diante disso, o ecoturismo pode ser uma alternativa sustentável viável, com potencial de trazer benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas, e também como ferramenta de valorização cultural por meio de um processo socioeducativo (Faria, 2008, p.58).

No próximo tópico, abordaremos o conceito de turismo sustentável, que está intrinsecamente ligado às dinâmicas do mercado turístico. Embora a prática do turismo sustentável busque minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios sociais, econômicos e ambientais, as discussões em torno do desenvolvimento sustentável são frequentemente mais complexas e desafiadoras. Essa complexidade vem da necessidade de encontrar um meio termo entre o critério do crescimento econômico com a proteção dos recursos naturais e culturais, exigindo uma noção clara das ligações entre vários setores de estudos e a execução de planos que ajudem no convívio pacífico entre turismo e cuidado com o meio ambiente.

2.2 Turismo Sustentável: Realidade ou Ilusão?

Desenvolvimento é um conceito intrinsecamente ligado à aspiração de ajudar as nações em situação de pobreza a superar suas dificuldades econômicas e sociais. Esse ideal está presente nas políticas nacionais de diversos países desde a Segunda Guerra Mundial e durante os processos de descolonização. Quando discutimos desenvolvimento, o termo ganha diferentes significados e interpretações, sendo geralmente associado a um progresso positivo que aponta para um futuro melhor. Assim, falar sobre

desenvolvimento é, na maioria das vezes, imaginar o mundo que desejamos construir, em vez de refletir sobre a realidade que vivemos atualmente. A maioria das teorias de desenvolvimento tende a negligenciar as contradições e as bases do processo produtivo, além de não considerar adequadamente suas implicações sociais. Existe uma diversidade de abordagens, cada uma buscando explicar o fenômeno do desenvolvimento ou subdesenvolvimento a partir de contextos históricos, geográficos e das perspectivas individuais dos teóricos. Essa pluralidade de teorias reflete a complexidade do desenvolvimento, revelando que não há uma única maneira de compreendê-lo (Coriolano, 2003, p.162).

Já o desenvolvimento agrupado a sustentabilidade surge como uma proposta inovadora e ampliada, oferecendo uma alternativa viável ao desenvolvimento tradicional, em vez de ser apenas uma utopia inalcançável. Ele se fundamenta nas condições atuais da sociedade, que clama por um novo paradigma que equilibre progresso econômico com responsabilidade ambiental e justiça social. Essa abordagem visa promover um futuro em que o crescimento não comprometa os recursos naturais nem as necessidades das gerações futuras (Hanai, 2012, p.223-224).

Também deve-se considerar diferentes realidades, como as descritas por Diegues (1992, p.28) sobre sociedades sustentáveis considerando mais apropriado do que o de desenvolvimento sustentável, pois permite que cada sociedade estabeleça seus próprios padrões de produção, consumo e bem-estar com base em sua cultura, história e ambiente natural. Além disso, essa abordagem se distancia do modelo das sociedades industrializadas, enfatizando a diversidade de sociedades sustentáveis, desde que fundamentadas nos princípios da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.

O debate sobre desenvolvimento sustentável acirrou as discussões sobre conservação no cenário internacional. As preocupações envolviam a ameaça iminente à sobrevivência humana devido à degradação dos recursos naturais, a extinção de espécies de fauna e flora, e o aumento da temperatura global em consequência da emissão de gases poluentes. Essas questões colocaram a agenda ambiental em destaque nas discussões globais. A realização de várias Conferências Internacionais sobre o tema trouxe à tona a urgência de preservar áreas protegidas para garantir a biodiversidade e a continuidade dos serviços ecossistêmicos. No Brasil, a relevância do assunto ficou evidente a partir da participação oficial do país na Conferência de Estocolmo, em 1972 (Guedes, 2019, p.20).

Na década de 1990, consagrou o termo “desenvolvimento sustentável” emergindo como uma resposta à crescente “crise ambiental” global, reconhecendo essa realidade

como um desafio objetivo. Esse conceito busca conciliar os conflitos gerados pela crítica ambiental à sociedade industrial. No entanto, a natureza é frequentemente vista apenas como uma variável a ser gerida dentro da tradicional abordagem racionalista e burocrática, sem questionar a visão hegemônica de desenvolvimento que muitas vezes ignora a necessidade de um equilíbrio mais profundo entre crescimento econômico e preservação ambiental (Zhou, 2004, p.211-212).

O conceito fundamental de desenvolvimento sustentável que surgiu na Conferência de 1972, inicialmente conhecido como *ecodesenvolvimento*, sendo posteriormente renomeado para sua forma atual. De acordo com o secretário-geral da conferência, o desenvolvimento sustentável será atingido se três critérios essenciais forem seguidos simultaneamente: equidade social, responsabilidade ecológica e eficiência econômica. O relatório da Comissão Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, trouxe pela primeira vez uma definição mais detalhada do conceito de Desenvolvimento Sustentável. O documento buscou promover uma relação equilibrada entre o ser humano e a natureza, colocando as necessidades e aspirações humanas no centro do processo de desenvolvimento. Além disso, destacou que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável, e defendeu que a política ambiental deve ser integrada ao processo de desenvolvimento, em vez de tratada como uma responsabilidade fragmentada e setorial (Dias, 2003, p.20).

As diferentes interpretações e significados do conceito de desenvolvimento sustentável, junto com as discussões sobre sustentabilidade, tornaram-se temas centrais na atualidade. Essas questões trazem uma série de implicações e princípios éticos que estão sendo incorporados e aplicados em contextos acadêmicos, segmentos sociais e em planos e processos de desenvolvimento, incluindo o fenômeno do turismo. Essa integração busca promover um crescimento responsável que respeite tanto o meio ambiente quanto às necessidades das comunidades, contribuindo para um futuro mais equilibrado e justo (Hanai, 2012, p.200-201).

É fundamental realizar um aprofundamento crítico sobre o que realmente significa o desenvolvimento sustentável e como ele pode ser aplicado ao contexto da atividade turística. Enquanto essas noções forem abordadas de maneira acrítica, sem uma análise detalhada das diferentes dimensões social, cultural, ambiental e política, e sem considerar como os paradigmas dominantes influenciam as construções teóricas, os profissionais e estudiosos do turismo continuarão presos a concepções equivocadas sobre a verdadeira essência da sustentabilidade. Além disso, é crucial desvincular a percepção do turismo de

uma lógica exclusivamente econômica. Reduzir o turismo a meramente uma atividade econômica marginaliza os debates sobre sua natureza como fenômeno social. Assim como nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade, focar apenas no aspecto econômico pode esvaziar o significado e a efetividade dessas práticas. É necessário superar a ideia de que a dimensão econômica deve ser priorizada, ampliando a compreensão de que o desenvolvimento sustentável deve integrar o ser humano e a natureza (Corbari; Ferreira, 2019, p.436).

Neste contexto, a noção de desenvolvimento do turismo tende a se restringir a uma perspectiva meramente comercial, focando apenas na quantidade de equipamentos turísticos e ignorando outros impactos não econômicos. Para mitigar esses desequilíbrios, o capitalismo, através de uma mentalidade dominante, introduz novos conceitos, incluindo o de turismo sustentável. Embora essa terminologia pareça eficaz na correção incoerente no desenvolvimento turístico, na prática, ela oferece à ideologia neoliberal novas bases para atingir seus objetivos. Isso ocorre porque prioriza a eficiência econômica, frequentemente sem considerar os impactos sociais e ambientais resultantes da atividade turística (Mesquita, 2006, p.07).

A fim de esclarecer as concepções do Turismo Sustentável explorado neste trabalho, evidencia-se definições essenciais para compreensão do tema estudado. O conceito envolve práticas que garantem a conservação dos recursos naturais e culturais, ao mesmo tempo em que proporcionam uma experiência autêntica e enriquecedora para os turistas. Os ideais se modificam conforme os temas estudados pelos pesquisadores de diversas áreas, tal como as ciências biológicas que irão retratar o tema sustentável com mais profundidade do que o próprio setor de turismo exemplifica. Assim, podemos analisar que “conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável permeiam as reflexões feitas no turismo, porém sua prática ainda é incipiente e os bons resultados são quase inexistentes” (Ramalho; Silva; Rabinovici; 2010, p.30).

A afirmação Ramalho, Silva e Rabinovici (2010) mostra um paradoxo normal no turismo: mesmo a sustentabilidade estar nos diálogos e planos, seu uso real ainda é pequeno. Isso pode acontecer por vários motivos. Primeiro o “turismo verde” exige um equilíbrio entre cuidados com a natureza, crescimento econômico e bem-estar social, mas na prática o interesse econômico muitas vezes ganha. Muito lugares preferem o crescimento do turismo grande impulsionado pelo lucro, logo não considerando efeitos do meio ambiente e sociais. Outro fator importante é a dificuldade de negócios e turistas a mudanças, que podem reduzir o uso de recursos da natureza ou tornar produtos

mais caros. O turismo ecológico muitas vezes pede investimentos grandes no começo e planejamento longo que pode desmotivar a adoção de práticas responsáveis.

Os diferentes fatores e critérios associados ao conceito de sustentabilidade trazem implicações e princípios éticos que devem ser integrados nos contextos e planos de desenvolvimento, incluindo o turismo. As aspirações de sustentabilidade na atividade turística promovem uma nova maneira de abordar esse fenômeno complexo, incorporando princípios éticos e objetivos do desenvolvimento sustentável em suas práticas. Essa integração não apenas enriquece a experiência turística, mas também garante que a atividade respeite e beneficie as comunidades e o meio ambiente, criando um modelo mais responsável e consciente de turismo (Hanai, 2012, p.224).

A sustentabilidade do turismo foi profundamente influenciada pela origem e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. No contexto do turismo, o desenvolvimento sustentável não se limita apenas à adaptação da perspectiva ecológica a um processo social, trata-se de uma estratégia multidimensional que deve considerar tanto a viabilidade ambiental quanto a econômica. Essa abordagem integrada visa criar um equilíbrio que permita o crescimento do setor turístico de forma responsável, assegurando a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais (Oliveira; Manso, 2010, p.251).

Na década de 1980, o Brasil começou a direcionar suas políticas públicas de turismo para focar na preservação da natureza, na sustentabilidade e, mais tarde, no conceito de ecoturismo. Esse enfoque ganhou força na década seguinte, com a implementação de políticas de regionalização e segmentação das atividades turísticas, ampliando a importância do ecoturismo no cenário nacional (Paula; Rabinovici, 2010, p.175). Para Ferreira (2014, p.363)

Um dos aspectos importantes da noção de desenvolvimento sustentável do turismo, mas que por muito tempo não ocupou a centralidade nas discussões e nas ações empreendidas é justamente o que diz respeito às interações sociais relativas a esta atividade.

O objetivo é garantir que as gerações futuras possam continuar a desfrutar dos mesmos destinos sem comprometer o ecossistema ou a identidade cultural dos locais visitados, deste modo:

A própria definição de turismo sustentável deixa bem claro que uma das condições fundamentais para sua configuração é o bem-estar das populações envolvidas. A sustentabilidade da atividade depende de práticas e vivências de um turismo de valores e atitudes (Pessoa; Rabinovici, 2010, p.105).

Embora reflitam a complexidade do conceito, essas definições podem dificultar sua clara e adequada compreensão, especialmente para aqueles que atuam no setor de turismo. Essa situação ameaça a eficácia dos agentes turísticos na aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável, pois a imprecisão pode resultar em seu uso meramente retórico (Dias, 2003, p.27).

As diferentes compreensões do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade geram uma série de implicações e princípios éticos, que têm sido aplicados em contextos acadêmicos, sociais e no planejamento do desenvolvimento local, incluindo o turismo. Os referenciais da complexidade, racionalidade ambiental, democracia participativa e uma visão integrada e interdisciplinar são fundamentais para elaborar estratégias eficazes e implementar as propostas de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável no turismo não apenas provoca, mas também incentiva o desafio de sua aplicação em um modelo mais responsável, orientando o planejamento futuro por meio de esforços sistemáticos e operativos que consolidam os princípios e aspirações da sustentabilidade (Hanai, 2012, p.198). Ainda assim, a busca pela sustentabilidade orienta os esforços de agentes do turismo e ecoturismo de acordo com as várias diretrizes e princípios estabelecidos para o setor. Entre esses princípios estão a promoção da diversidade, a integração harmônica entre diferentes povos e a sustentabilidade ambiental (Ramalho; Silva; Rabinovici, 2010, p.30).

O retorno financeiro do turismo não deve excluir práticas sustentáveis. A atividade precisa seguir princípios que reconheçam que a natureza não é um mero recurso turístico e, portanto, não deve ser explorada como tal. O turismo sustentável pode não apenas ser uma alternativa para o desenvolvimento do setor no país, mas também, se implementado corretamente, causar menor impacto negativo, contribuir para a educação ambiental da população e valorizar a cultura e o trabalho das comunidades locais (Vernalha; Neiman, 2010, p.281). Mesmo que o turismo ofereça muitos benefícios para o setor ele também contribui para a degradação ambiental, mesmo em modalidades menos agressivas, como o ecoturismo e o turismo de lazer em áreas naturais. Restringir a exploração turística de uma localidade é, no entanto, objetivamente inviável devido ao seu potencial econômico, ao aumento do tempo de lazer das pessoas, aos valores comportamentais promovidos pela mídia e pela publicidade, e às facilidades da era contemporânea que incentivam deslocamentos. Esses fatores estimulam a ocupação e a utilização turística de diferentes regiões (Provinciali; Saraiva, 2009, p.249).

O turismo ecológico, ou ecoturismo, nasceu a partir do movimento ambientalista, motivado pela necessidade de integrar respeito e conservação da natureza nas atividades turísticas. A prática do turismo sustentável contribui para a preservação do patrimônio natural para as futuras gerações, ao mesmo tempo que promove o respeito e o engajamento com as comunidades locais (Vanço *et. al.*, 2018, p.18). Entretanto, é importante ressaltar que “ecoturismo não é sinônimo de turismo sustentável, é só um de seus segmentos” (Dias, 2003, p.39).

O ecoturismo tem se destacado como uma opção sustentável ao turismo de massas, agindo como um mecanismo para a conservação da natureza e melhoria do bem-estar das comunidades locais. Ainda que projetos de ecoturismo sejam implementados em muitas regiões do mundo, sua utilização se foca especialmente nos países subdesenvolvidos ricos de áreas naturais e variedade de vida. O cuidado dessas áreas é apoiado pelas receitas geradas pelo ecoturismo, fazendo com que os ecoturistas sintam que estão ajudando para sustentabilidade. Além disso, a participação da comunidade local é crucial para o sucesso do ecoturismo, trazendo significativos benefícios para o desenvolvimento comunitário e fortalecendo a economia local (Dinis, 2005, p.03).

2.3 Nuances do Turismo Ecológico

Segundo a Embratur, no documento das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, a atividade ecoturística no Brasil, é discutido desde 1985. A primeira iniciativa governamental para ordenar a atividade surgiu em 1987, com a criação da Comissão Técnica Nacional. Essa comissão, formada por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), foi responsável por monitorar o Projeto Turismo Ecológico. A medida visava melhorar as práticas turísticas da época, que eram pouco organizadas e sustentáveis (Brasil, 1994, p.09). As Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo definem que o Ecoturismo são atividades turísticas que utilizem o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, estimulem sua proteção, e busquem interpretar o meio ambiente para formar a consciência ambiental e promover o bem-estar da população em questão (Brasil, 1994, p.19).

O ecoturismo, como uma prática social e econômica que busca o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades anfitriãs, ainda está em estágio inicial. Seu desenvolvimento e expansão enfrentam desafios, pois se

opõem à lógica de mercado e à racionalidade econômica dominantes, controladas por grandes monopólios que governam o setor globalmente (Dias, 2003, p.38). De acordo com Vilani (2018), o ecoturismo é na sua origem, transformação e incompatibilidade com a comercialização da natureza e do patrimônio cultural e deve ser estudada, incentivada e praticada como fenômeno de ruptura e resistência, e sua essência é respeitar os tempos e os ciclos naturais, assim como as pessoas e comunidades tradicionais. No entanto, sua aplicação enfrenta desafios como a pressão do turismo de massa, conflitos com populações locais, falta de regulamentação, baixa conscientização e dificuldades econômicas. Padoan (2015, p.12) diz que

O ecoturismo, apesar de múltiplos conceitos e enfoques possíveis, absorve a relação existente entre turismo-ambiente e promove um caldeirão de ideias que vai muito além da responsabilidade e contemplação ambiental.

Com o crescente interesse gerado pelas ações de conscientização sobre a responsabilidade humana em relação à conservação e preservação do meio ambiente para as futuras gerações, o ecoturismo passou a ser reconhecido não apenas como uma atividade lucrativa, mas também como uma ferramenta essencial para a conservação ambiental. A presença de áreas preservadas é um pré-requisito fundamental para a prática de atividades relacionadas ao ecoturismo, destacando sua importância na proteção do meio ambiente (Sá e Silva; Rabinovici, 2010, p.193).

Como uma forma de fazer turismo com baixo impacto ambiental, o ecoturismo visa o contato e a experiência entre seres humanos e a natureza para lazer, esporte ou descanso. Ele pode ser um instrumento eficaz para a educação ambiental. A prática do ecoturismo promove a imersão na natureza, permitindo a observação da beleza, grandiosidade e importância do meio ambiente, o que estimula reflexões sobre o papel de cada pessoa na sua conservação. A experiência de estar em meio ao mundo natural ajuda a refletir sobre comportamentos individuais e a desenvolver um pensamento crítico em relação à sociedade e sua lógica de consumo e desperdício (Geerdink, 2010, p.68). Com o crescimento do turismo e o aumento do consumo acelerado, a atividade passou a representar um status social. No entanto, o ecoturismo não deve ser visto como uma forma de compensar excessos ou de remediar práticas insustentáveis. Os impactos negativos causados pelo turismo em áreas naturais podem resultar em danos ambientais e culturais, especialmente quando a educação ambiental é tratada apenas como uma estratégia de marketing, em vez de ser um verdadeiro instrumento de conservação.

De acordo com as ideias de Ecoturismo, é através da educação ambiental, auxiliada pelo contato das pessoas com os lugares naturais, que se consegue criar uma

noção ambiental de cuidado. Então a base do Ecoturismo é uma ação de cuidado com o meio ambiente. A principal crítica ao ecoturismo é baseada na diferença entre ideias e atos. Na verdade, a busca por dinheiro e a pressão do turismo em massa muitas vezes ganham, causando efeitos ruinosos como danos ao meio ambiente e ao uso cultural. Essa diferença entre ideia e prática mostra um grande desafio: mudar o ecoturismo de um conceito idealizado para uma realidade de sustentabilidade.

A ausência de um planejamento certo pode, na verdade, ser um dos grandes problemas que o ecoturismo tem, levando à ideia errada de que seria uma solução só. Isso é mais nítido quando as “regras” de mercado não tomam em conta a dificuldade e a necessidade de uma gestão integrada e sustentável. Embora muitos idealizem o ecoturismo como um turismo de natureza com enfoque na educação ambiental, ele vai além disso. O verdadeiro ecoturismo envolve as comunidades locais participando diretamente, dividindo benefícios entre visitantes e as pessoas e uma preocupação com os efeitos feitos pela atividade. Em outros termos, não se faz apenas ensinar aos visitantes sobre a natureza, mas criar um modo que ajude a sustentabilidade usando uma ligação justa entre proteção, união da sociedade e crescimento econômico.

Podemos questionar que hoje nos destinos nomeados ecoturísticos, onde a principal atividade gira em torno do meio ambiente é que, não há prioridade quando se trata do próprio meio ambiente. A prioridade está se tornando o conforto do ecoturista e não a preservação da natureza. O que é de fato necessidade, conforto e segurança em uma atividade que o turista se desloca para a natureza? Em sua lógica o visitante tem que respeitar aquele que o hospeda. O turista que deverá se integrar aos hábitos locais, está realmente com o intuito de conhecer algo diferente e estarem abertos às experiências que o ecoturismo possa proporcionar. É necessário que o destino deixe de preparar os atrativos para receber o turista e passe a prepará-los para conhecer as localidades. O incrível crescimento desta atividade não atende às prioridades mínimas de conservação da natureza e da cultura local. Na experiência prática, o potencial de transformação proporcionado pelo contato direto com a natureza é desperdiçado (Neiman, 2002, p.04).

Nesse cenário, onde ideias e regras de cuidado com o meio ambiente, crescimento e comunidades que respeitam a natureza estão em atos e falas de muitos grupos sociais e políticos, o turismo aparece como uma resposta. Ele é visto como uma atividade que pode unir o avanço da economia com o cuidado do meio ambiente. Além disso, o turismo tem o potencial de promover ambientes naturais, valorizando-os e atraindo a atenção pública para a importância da conservação ambiental. Quando praticado de maneira adequada, o

turismo pode transformar atitudes, comportamentos e, conseqüentemente, a realidade de quem o pratica (Poles; Rabinovici, 2010, p.21-22).

A busca por experiências imersivas na natureza, característica essencial do turismo ecológico, encontra nas Unidades de Conservação (UCs). Essas áreas protegidas, além de guardar ecossistemas únicos, dão um cenário ideal para a colocação das nuances do turismo ecológico, como a educação ambiental, o envolvimento da comunidade e uso sustentável dos recursos naturais. Então, entender o contexto das UCs no Brasil é preciso planejar e promover atividades turísticas que estão em linha com os ideais de sustentabilidade e ajudem na preservação da biodiversidade.

A visita em Unidades de Conservação não precisa estar ligada ao ecoturismo. O ecoturismo vai além do turismo simples na natureza, pois tem regras de cuidado do meio ambiente, proteção e engajamento das comunidades locais. Há diferenciações entre as ideias de Ecoturismo e Turismo de Natureza na segmentação do mercado e nos estudos específicos da atividade.

O ecoturismo envolve os princípios conservacionistas, preocupando-se com a sustentabilidade (e, nesse sentido, com os aspectos ambientais, sociais e econômicos), deve incluir aspectos relacionados à educação ou interpretação ambiental e deve contribuir para a conservação ou preservação das áreas naturais em que ocorre. O conceito de Turismo de Natureza está relacionado às características do local, ao perfil do indivíduo e ao mercado, que é o grande indutor na formatação de produtos relacionados a esse segmento. Sabe-se ainda que, em certos momentos — sobretudo condicionados pela prática do trade turístico — há o sobreposição de alguns locais e atividades que ficam entre Ecoturismo e Turismo de Natureza (Mello, 2013, p.501).

O turismo de natureza é quando envolve visitas em lugares naturais para ter uma experiência de lazer ou contemplação, mas não necessariamente precisa envolver ações sustentáveis ou de valorização de cuidado do meio ambiente. Já o ecoturismo é uma atividade mais específica e estruturada que busca promover a educação sobre o meio ambiente, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Além de ser um turismo em ambientes naturais, o ecoturismo traz uma forma mais cuidadosa com valores morais com as comunidades locais, contribuindo nos processos de gestão e busca por uma mínima intervenção no ambiente.

2.4 Turismo em Parques Nacionais no Brasil

Este item inicia-se na concepção do conceito de Parque Nacional, traçando sua evolução ao longo do tempo e destacando os princípios que norteiam sua criação. Considerado um marco na história das áreas protegidas por ser precursor na criação de Parques Nacionais, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos da América em 1872, exemplificou as razões e motivações que cercam a criação de áreas protegidas que variam de acordo com as diferentes percepções da natureza e a importância de sua conservação. Essas visões, por sua vez, refletem o contexto cultural, social, político e científico de cada situação e época. O parque é referência para iniciativas modernas de delimitação de áreas protegidas, isso porque é o trabalho e as ações de pensadores, escritores e defensores da vida selvagem norte-americanos que inflamam o clima intelectual propício à criação de parques. O modelo de parque nacional concebido para a região de Yellowstone foi replicado em vários outros países (Franco; Schittini; Braz, 2015, p. 234-235).

Embora Yellowstone seja uma referência, suas falas não mostram as realidades e prioridades do Brasil, que envolvem vários desafios, como a proteção de biomas tropicais e a valorização de comunidades locais. Escolher Yellowstone como marco para as discussões sobre parques nacionais no Brasil é certo por causa de sua importância histórica e ao simbolismo como precursor das áreas protegidas. No entanto, é essencial contextualizar suas limitações e diferenças em relação ao cenário brasileiro. O Brasil precisa de abordagens que valorizem sua biodiversidade única e as especificidades culturais e sociais de sua população. O modo de divisão entre sociedade e natureza, que vem de Yellowstone, tem obstáculos por várias razões. Primeiro, ele não liga a forte conexão das comunidades locais com a natureza, muitas foram retiradas de áreas protegidas sem consulta, gerando conflitos. Além disso, a diversidade cultural e social do país pede maneiras que unam as comunidades na gestão dos recursos naturais levando em conta seus conhecimentos e necessidades.

Outra corrente centrou sua análise nas críticas à inadequação do modelo de Yellowstone, utilizando uma abordagem socioambiental, fruto da politização do movimento ambientalista, que passou a se relacionar mais estreitamente com outras bandeiras de diferentes grupos sociais em suas lutas, como direito à terra, crítica aos modelos de desenvolvimento, fome, miséria e degradação ambiental. Considerando o conhecimento adquirido e transmitido ao longo das gerações sobre flora, fauna e recursos

hídricos locais, esta corrente vê a existência de populações tradicionais como um fato que beneficia as unidades de conservação, permitindo o manejo dos recursos naturais, com pouco impacto nessas áreas, possibilitando assim para que desempenhem um papel real na defesa de unidades de conservação como parques nacionais, contra agressões ambientais (Brito, 2007, p.09).

É importante abordar inicialmente o conceito e a relevância das Unidades de Conservação e turismo, antes de entrar na história do Parque Nacional do Caparaó. Quando se fala amplamente sobre as UCs no começo de uma apresentação, é possível estabelecer um entendimento em comum sobre a importância dessas áreas para proteger a natureza e para o turismo. Esse primeiro contexto, dá aos leitores uma base firme para compreender essas regiões e a necessidade de proteger determinadas ecossistemas.

Devido a essas preocupações e à sensibilidade às questões ambientais e às mudanças no uso dos recursos naturais ao longo do século XX, áreas territoriais precisaram ser criadas para preservar o ambiente natural, preservar a biodiversidade, o patrimônio genético e os ecossistemas naturais, ou pelo menos preservar amostras deles. Esses espaços passaram a ser conhecidos como “unidades de conservação” e ganharam importância crescente, principalmente a partir da década de 1990, época em que as questões ambientais se tornaram mais globais e receberam maior atenção (Hassler, 2005, p.81). O autor cita “unidades de conservação”, entretanto esse termo foi institucionalizado após o estabelecimento da Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Os regulamentos e iniciativas que já existiam voltados para a criação e gestão de áreas protegidas são exemplos: Decreto nº 24.643/1934 (Criação de Parques Nacionais); Lei nº 4.771/1965 (Código Florestal); Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e; Lei nº 7.735/1989 (Lei do Sistema de Áreas Protegidas).

Durante as décadas de 1970 e 1980 foi estabelecida a maioria das áreas legalmente protegidas até hoje existentes, tendo como foco principal a preservação de espécies da fauna e da flora brasileiras (Ferreira; Oliveira, 2019, p.171).

Na década de 1990, o Brasil tinha uma categoria diversificada de áreas protegidas, refletindo tanto discursos internos diversos e grupos de interesse, quanto um foco global crescente na proteção da biodiversidade. Como resultado de anos de debate sobre a construção do direito ambiental brasileiro, diálogo e negociação entre diferentes setores da sociedade e esses grupos foram sistematizadas em uma lei que abrange a diversidade de categorias e ao mesmo tempo aumenta sua eficácia: Lei 9.985/2000 que institui o SNUC. O SNUC consolidou-se então com a formalização de um sistema com variados

graus de acesso, uso e intervenção humana para preservação da biodiversidade (Bradford *et al.*, 2020, p.43). Segundo as autoras Fonseca e Kasecker (2010, p.20):

As UCs são divididas em duas categorias principais, de acordo com os usos que lhes são permitidos: as de proteção integral e as de uso sustentável. As unidades de proteção integral têm como objetivo primordial preservar a Natureza e admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já as de uso sustentável têm por finalidade compatibilizar a conservação da Natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais. O SNUC prevê a existência de 12 tipos de UCs, que se enquadram nas categorias de proteção integral ou de uso sustentável. São cinco de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Sete categorias compõem o grupo de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As áreas protegidas e as unidades de conservação podem ter múltiplas categorias ou múltiplos usos, mas existem basicamente porque a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais da terra está sob enorme pressão e ameaça. As estimativas científicas do número de espécies extintas diretamente relacionadas às mudanças causadas pelo homem atingem números muito altos. A partir da relação entre o número estimado de espécies em uma determinada área e a taxa de desmatamento, com base no registro fóssil, foram gerados modelos matemáticos que tentaram se aproximar da realidade (Pádua; Chiaravalloti, 2012, p.142). Se as unidades de conservação incluem a proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção, então a definição de ecossistemas pode proteger a biodiversidade e manter funções biológicas vitais para o equilíbrio do planeta. Por outro lado, a população tradicional representa grupos étnicos, que são grupos sociais que estabelecem territórios em um determinado ambiente, portanto, é importante considerar as formas singulares de propriedade dessas populações e seus métodos especiais de uso, garantindo assim seu estilo de vida e sua identidade cultural (Benatti, 2008, p.05).

É importante destacar que a visitação para atividades ecoturísticas não é permitida em todas as unidades de conservação divididas nas duas categorias do SNUC. Neste trabalho, daremos a atenção à categoria das áreas de proteção integral que envolve o Parque Nacional do Caparaó. Sendo assim, o leitor deverá analisar sobre esta perspectiva, que de acordo com a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 no seu artigo 11 retrata que:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento

de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (sublimação da autora).

Os Parques Nacionais são de posse e domínio público, e as áreas privadas dentro de seus limites devem ser desapropriadas conforme a legislação vigente. A visitação pública nessas áreas está sujeita a normas e restrições, que são determinadas de acordo com o plano de manejo da unidade. Além disso, a pesquisa científica nessas regiões depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração do parque, que impõe condições e restrições específicas para a realização de tais atividades (Meneguel; Etchebehere, 2011, p.87). O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade enfrenta o desafio de gerir e proteger as áreas naturais dos parques nacionais (áreas públicas), necessitando de condições mínimas para tal. Por outro lado, a iniciativa privada possui os recursos e a habilidade necessários para atender às demandas dos consumidores, além de poder desenvolver novos produtos que não só aumentem os recursos para a manutenção de seus próprios negócios, mas também para a preservação e sustentação financeira dos próprios parques (Gomes; Almeida, 2018, p.84).

O uso público UCs, especialmente por meio da visitação, pode trazer benefícios tanto diretos quanto indiretos para a sociedade. Os Parques, em particular, são áreas muito adequadas para a visitação, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer, compreender e valorizar os recursos naturais e culturais presentes nessas áreas, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico local. Compreender o contexto da visitação nos parques brasileiros, bem como a gestão da condução de visitantes, uma atividade crucial para o ordenamento dessa visitação, é essencial para a gestão do uso público crescente nessas áreas e para avaliar o impacto da atividade nas comunidades locais (Canto-Silva; Silva, 2017, p.365).

A visitação nas UCs apresenta uma série de desafios para a gestão desses territórios, pois, apesar de seu potencial para gerar impactos positivos em nível local, também intensifica as pressões sobre a biodiversidade, tanto dentro quanto nas áreas de amortecimento dos parques. Por isso, é necessário ter uma abordagem crítica sobre o processo de implementação e gestão da visitação. Um dos principais desafios nesse cenário é a criação de métodos que permitam medir os impactos do turismo nas áreas dos parques, tanto em termos econômicos quanto ambientais e socioculturais. Essas informações são fundamentais para o planejamento estratégico das UCs e para o desenvolvimento de políticas e programas voltados à conservação, turismo e desenvolvimento socioambiental. Nesse contexto, a principal questão é equilibrar os objetivos de conservação ambiental com a visitação turística. O ecoturismo surge como

uma alternativa de desenvolvimento turístico que busca minimizar os impactos e promover benefícios para as comunidades locais, além de oferecer experiências mais enriquecedoras para os visitantes (Sancho; Alves, 2017, p.22-23). Segundo Santos e Carvalho (2015, p.105) Incentivar a visitação nos parques nacionais implica no fomento e na consolidação de uma cultura de responsabilidade pela conservação das áreas protegidas, iniciando com a sensibilização interna no próprio país. A ideia central é que só se conserva aquilo que se conhece. A expansão da atividade turística no contexto dos parques nacionais surge como uma opção viável, pois envolve a participação democrática de todos os setores envolvidos – público e privado, além da sociedade civil – respeitando as responsabilidades e os interesses de cada parte.

Os autores Meneguel e Etchebehere (2011, p.80) em seu artigo relata que “Atualmente, os meios naturais e as áreas preservadas ainda são os destinos de muitas pessoas. São exatamente esses destinos turísticos que merecem mais atenção em relação ao seu planejamento, manejo, infraestrutura e conservação”. Ao adentrarmos nesse universo, será possível compreender não apenas os aspectos técnicos e ambientais inerentes à formação de um Parque Nacional, mas também as complexidades sociais e culturais envolvidas. A interação entre a preservação da biodiversidade, a visitação da UC e o bem-estar das comunidades locais demanda uma análise aprofundada das estratégias de gestão adotadas para conciliar esses interesses muitas vezes aparentemente conflitantes.

O turismo possui diversas segmentações para atender aos diferentes perfis de turistas, sendo o turismo de natureza um dos que mais têm crescido. Esse segmento está intrinsecamente ligado às UCs, especialmente aos parques nacionais, onde sua prática precisa ser compatibilizada com os objetivos de conservação. Embora a criação de uma UC seja um processo relativamente simples, sua manutenção e operação demandam altos investimentos e enfrentam desafios significativos. Apesar do avanço da proteção legislativa e da maior conscientização sobre a preservação ambiental, a busca por um desenvolvimento socioeconômico sustentável dentro desses espaços ainda é frágil. Os parques nacionais, que permitem visitação pública, representam uma parte considerável do território brasileiro, mas ainda carecem de melhorias em gestão e planejamento para garantir seu uso sustentável (Santos; Carvalho, 2015, p.105).

É através da conservação ambiental sustentável, é que se gera a igualdade social, obtendo como resultado a eficiência econômica sustentável. E a atividade turística pode estar diretamente vinculada a estes fatores, trazendo, desta forma, para as comunidades, um bem comum, maximizando os impactos

positivos e minimizando os negativos. Portanto, o turismo em áreas naturais, pode gerar benefícios socioeconômicos devido à geração de empregos, e de divisas através da diversificação da economia local, estímulo e aperfeiçoamento de infraestrutura local e regional, conscientização e educação ambiental para a comunidade e visitantes, e a própria manutenção e conservação da unidade (Meneguel; Etchebehere, 2011, p.92)

A relação entre turismo e parques nacionais sempre esteve presente desde as primeiras iniciativas de criação dessas áreas protegidas. Isso se deve ao seu potencial de oferecer experiências de contato com a natureza, lazer e recreação para a sociedade. Nas últimas décadas, essa vocação para a visitação consolidou os parques como instrumentos estratégicos para a geração de renda e a dinamização das economias locais. No entanto, o crescimento do turismo nessas áreas pode acarretar desafios significativos para a conservação da biodiversidade e a gestão territorial, visto que a intensificação da visitação pode exercer pressões sobre o patrimônio natural e impactar os modos de vida das populações locais. Dessa forma, torna-se fundamental um planejamento equilibrado que busque conciliar o uso turístico com a proteção ambiental (Sancho, 2017, p.25).

A ligação entre turismo e parques nacionais ficou mais forte com o passar do tempo, juntando essas áreas como lugares de lazer, recreação e crescimento social e econômico. A maior apreço por essas áreas protegidas como lugares para turistas impulsionou políticas e planos para cuidar da visitação de forma sustentável. Mas os problemas ligados a proteção e à participação das comunidades ao entorno precisam de métodos planejados para garantir que o turismo se desenvolva de maneira equilibrada. A seguir, foi abordado o histórico e os procedimentos adotados para a criação do Parque Nacional do Caparaó, destacando os desafios e oportunidades associados a esse processo.

2.5 Turismo no Parque Nacional do Caparaó

O Brasil, amplamente reconhecido por sua vasta diversidade biológica, passou por profundas mudanças em sua paisagem natural a partir da década de 1940. As transformações mais marcantes foram relacionadas à urbanização e à expansão de áreas para atividades agropastoris. Diante desse cenário de alteração paisagística, foram estabelecidas Unidades de Conservação em diversas regiões do país. Essas UCs têm como objetivo não apenas proteger a biodiversidade, mas também equilibrar as necessidades de desenvolvimento humano, educação e preservação ambiental (Vanço, *et. al.* 2018, p.10). Manter o equilíbrio das áreas naturais é essencial para o sucesso do turismo, e um planejamento adequado é crucial para garantir sua prática efetiva. É necessário planejar

cuidadosamente os locais, atitudes e atividades, além de definir como será a interação com a comunidade local e a contribuição para o crescimento pessoal de cada ecoturista. Esses aspectos são decisões fundamentais para a implementação eficaz do turismo sustentável (Giraldella; Neiman, 2010, p.126).

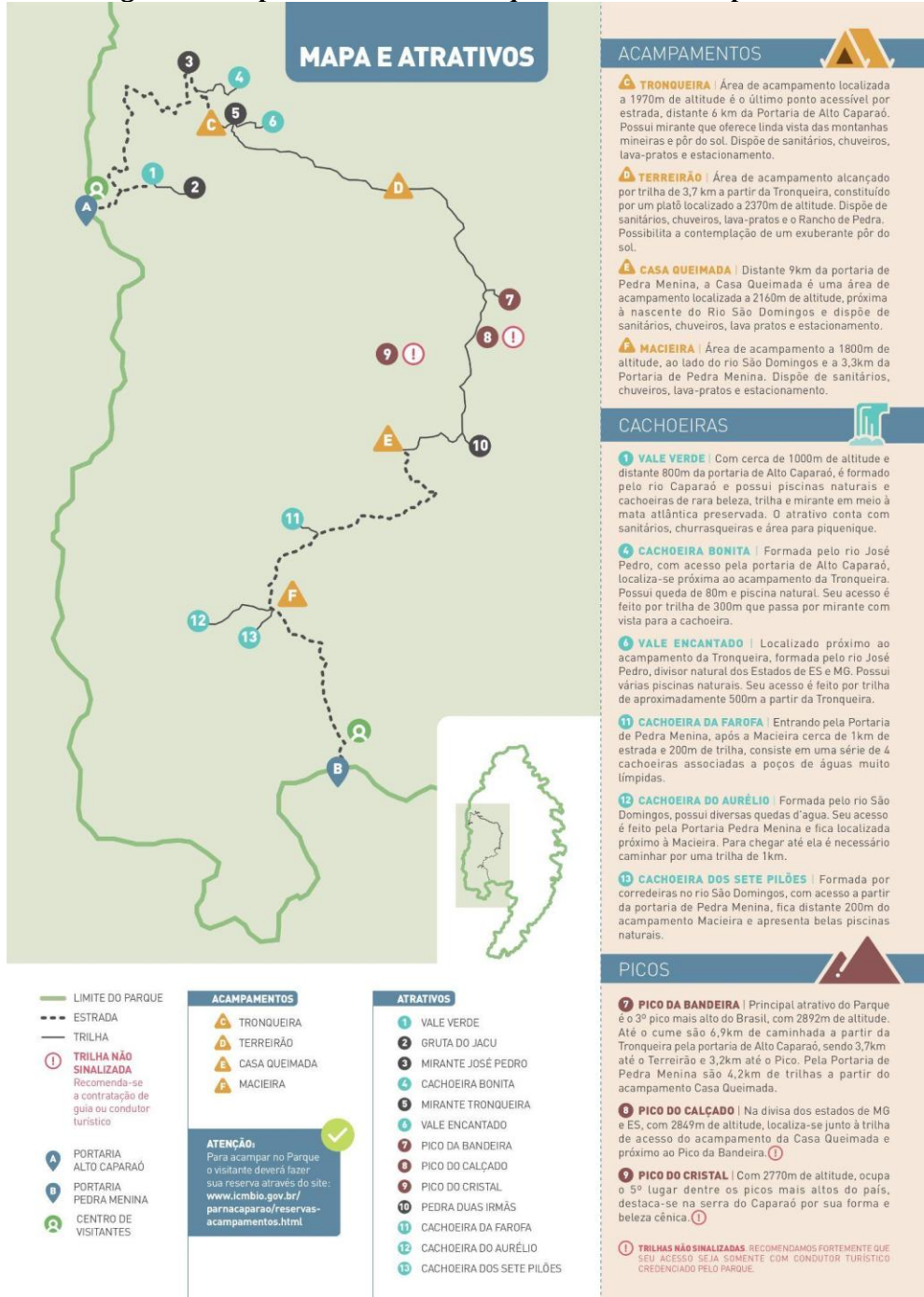
Portanto, é impossível falar em planejamento ambiental sustentável sem considerar o futuro do turismo. Por outro lado, a exploração do turismo não deve acontecer sem uma compreensão adequada dos diversos tipos de sustentabilidade: ambiental, econômica e social. O planejamento das áreas deve sempre buscar equilibrar os recursos físicos, culturais e sociais das regiões que recebem o parque e o desenvolvimento turístico que ele promove, para evitar que o turismo comprometa as bases que sustentam sua própria existência (Vieira, 2013, p.90-91).

Dentro do perímetro interno do PNC, as atividades são restritas e ocorrem apenas em áreas específicas, conforme definido pelo zoneamento do parque. A visitação turística e a infraestrutura associada a essa atividade representam o uso e a ocupação antrópica mais significativa. Já nas áreas externas e ao redor do PNC, o uso da terra é predominantemente voltado para a agricultura, com uma variedade de atividades relacionadas sendo desenvolvidas (Massini; Do Vale; Fonseca Filho, 2021, p.20).

Descrito no Plano de Manejo (ICMBIO, 2015, p.04) a visitação no Parque é bastante diversificada, com atividades intensas em várias áreas, incluindo caminhadas, acampamentos, fotografia, contemplação, banhos, piqueniques, e observações noturnas e ao amanhecer. Entre essas, a caminhada até o Pico da Bandeira é a mais popular entre os visitantes. Também são bastante apreciadas as atividades relacionadas à observação da lua cheia, do nascer do sol e do pôr do sol. O Parque é um renomado destino para o turismo de natureza conservada. O destaque vai para as trilhas que conduzem ao Pico da Bandeira, o principal atrativo do parque. Existem duas trilhas principais para chegar ao pico: uma a partir do Espírito Santo, com entrada pela portaria de Pedra Menina, e outra de Minas Gerais, com entrada pela portaria de Alto Caparaó. Essas trilhas se encontram no último trecho de subida ao pico. Os visitantes têm a opção de retornar pelo mesmo percurso ou fazer uma travessia, entrando por uma portaria e saindo pela outra, ou seja, podendo entrar pelo ES e sair por MG, ou vice-versa. Além das trilhas, há quatro áreas de acampamento disponíveis para os visitantes: i) Macieira; ii) Casa Queimada; iii) Terreirão; e iv) Tronqueira. As duas primeiras áreas são facilmente acessíveis pelo ES,

enquanto as duas últimas estão localizadas em MG (ICMBIO, 2015, p.249). No site¹³ oficial do Parque estão descritos os seguintes atrativos turísticos:

Figura 7 - Mapa e atrativos do Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Guia do Visitante Parque Nacional do Caparaó

O principal produto turístico está dentro da unidade de conservação, Pico da Bandeira: “o fluxo de visitantes na região iniciou quando houve a descoberta do Pico.

¹³ ICMBIO. Guia do Visitante. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante/28-atrativos.html>. Acesso em: 20/02/2025.

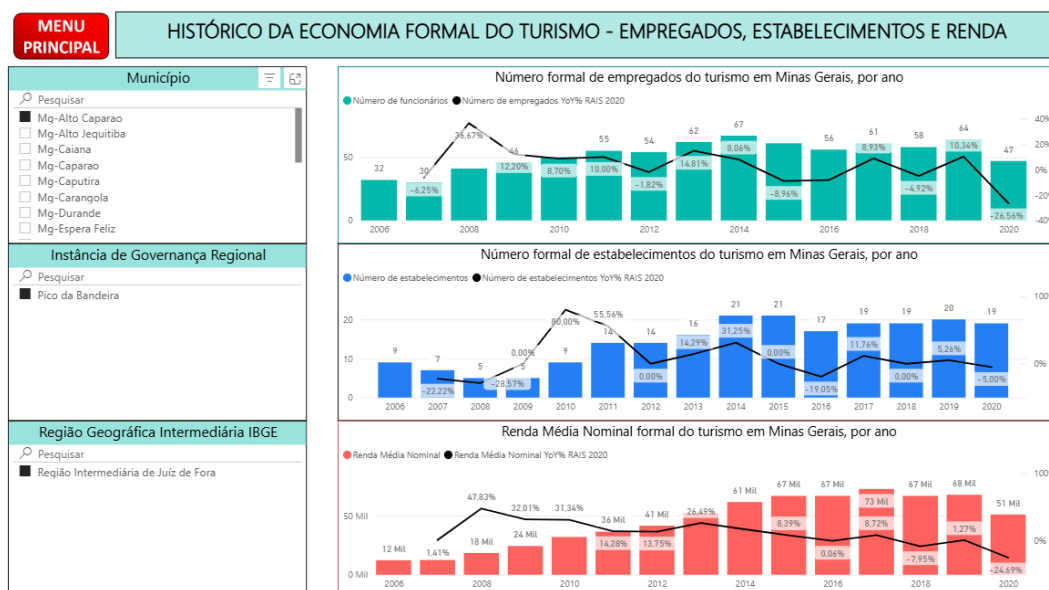
Podemos então considerar esta descoberta como um marco para a localidade, que a partir daquele momento passou a sofrer a influência da atividade turística” (Amarante, 2016, p.136-137).

Com base na pesquisa da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Observatório do Turismo de Minas Gerais¹⁴ realizou uma análise focada nas principais atividades turísticas no Estado de Minas Gerais, investigando o número de estabelecimentos, o total de empregados e a renda média nominal dos trabalhadores. Os dados, descritos no Gráfico realizado pelo Observatório, referentes à economia formal das atividades tipicamente e parcialmente turísticas foram segmentados entre todos os setores do turismo, incluindo comércio e serviços, transporte, alimentação, entretenimento, hospedagem e agências e operadoras. Esses dados foram analisados ao longo do período de 2006 a 2020, abrangendo todos os Territórios de Desenvolvimento do Estado.

Conforme esses dados RAIS específicos para o município de Alto Caparaó o número de empregados formais no setor de turismo apresentou um crescimento contínuo entre 2006 e 2014. No entanto, a partir de 2015, houve uma queda no número de empregos, tendência que se manteve em 2016. No ano de 2020, notou-se uma queda ainda maior, talvez por causa dos efeitos da pandemia do COVID-19 sobre a economia e o setor turístico da região. Os números mostram que o número de estabelecimentos formais no setor de turístico em Alto Caparaó aumentou até o ano 2011. Mas, nos anos depois disso, teve uma diminuição na quantidade de empresas atuantes no setor. Essa tendência é mais problemas econômicos e desafios encontrados pelo turismo na cidade durante os últimos anos. A mudança na renda média dos trabalhadores no setor de turismo em Alto Caparaó, segundo a RAIS, mostra um aumento lento com o passar do tempo. Mas, há oscilações, principalmente em momentos de crise econômica como em 2015 e 2020. Mesmo com essas mudanças, a elevação da renda média ao longo do tempo dá a ideia de que o valor dos trabalhadores desse setor está subindo mesmo com os desafios econômicos enfrentados.

¹⁴ Economia do turismo – Painel RAIS. Disponível em: <https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?p=5318>. Acesso em: 20/02/2025.

Figura 8 – Histórico da Economia Formal do Turismo em Alto Caparaó



Fonte: Observatório de Turismo de Minas Gerais

Sobre a visitação no PNC, não existem dados atuais estatísticos para comparação de crescimento ou diminuição. Os dados encontrados estão no quadro 21 do Plano de Manejo (ICMBIO, 2015, p.174) referentes ao ano de 2000 a 2008. De acordo com os dados do controle de visitação do Parque Nacional do Caparaó, que abrangem as portarias de Alto Caparaó (MG) e Pedra Menina (ES) entre os anos de 2000 e 2008, houve um crescimento no número total de visitantes, passando de 25.744 em 2000 para 32.891 em 2008. O estudo mostra que julho é o mês com mais visitantes todo ano, passando de 5.000 pessoas, com um pico de 6.948 em 2008. Essa alta na procura pode estar ligada com as férias escolares que incentivam o turismo na área. Mais ainda, os meses de junho e setembro também têm números altos mostrando que o frio é uma época boa para os visitantes. Por outro lado, meses como abril maio e novembro têm menos demanda o que pode ser uma regularidade nas visitas.

Figura 9 - Visitação nas portarias do Parque Nacional do Caparaó (2000-2008)

Quadro 21) Controle de visitação, pagantes e não pagantes, no Parque Nacional do Caparaó, nas portarias Alto Caparaó (em Minas Gerais) e Pedra Menina (no Espírito Santo), sudeste do Brasil.

MÊS	ANO								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	2169	3074	1593	1414	1888	2842	3897	1861	2861
Fevereiro	1153	4162	2501	1597	2982	2645	3521	2368	2182
Março	2947	1051	2506	3745	883	1906	1144	1232	2567
Abril	2849	2904	1405	3571	2558	1812	3569	3382	2278
Mai	1520	1086	2220	1434	1564	1715	1360	559	2951
Junho	3176	3465	2001	4051	3542	2202	2944	4444	3598
Julho	5393	6362	5202	6204	6370	6330	6496	6285	6948
Agosto	1265	2180	2017	2690	1979	2103	2374	2657	3948
Setembro	1239	2438	1611	1879	2737	1960	2430	2663	1804
Outubro	1654	1384	1765	1142	1964	1777	1303	2092	1597
Novembro	830	991	1272	1367	2213	879	1294	1968	970
Dezembro	1549	545	1473	1365	1356	1220	1140	2460	1187
TOTAL	25.744	29.642	25.566	30.459	30.036	27.391	31.472	31.971	32.891

Fonte: ICMBIO, 2015

Em dados de anos posteriores, o documento nomeado “Estudo de Viabilidade e Financeira do Parque Nacional do Caparaó” (ICMBIO, 2017) traz outros dados acerca da visitação no Parque no ano de 2010 a 2015. Conforme os dados da Tabela 6, a visitação ao Parque Nacional do Caparaó apresentou um crescimento significativo entre 2010 e 2015, passando de 33.891 para 54.548 visitantes. Esse aumento representou um crescimento médio de 10% ao ano, sendo ainda mais expressivo entre 2013 e 2015, quando a taxa média anual atingiu 19%. A portaria de Alto Caparaó concentrou a maior parte da visitação ao longo do período, recebendo entre 77% e 85% do total de visitantes. Apesar de uma queda de 15% em 2011, a visitação se recuperou nos anos seguintes, atingindo 41.938 visitantes em 2015. A segunda portaria também demonstrou crescimento relevante, passando de 4.973 visitantes em 2010 para 12.610 em 2015, com um aumento expressivo de 66% entre 2014 e 2015. A visitação total ao parque apresentou uma leve queda em 2011 (-14%), mas retomou o crescimento nos anos seguintes, com os maiores aumentos percentuais ocorrendo em 2014 (27%) e 2015 (26%).

Figura 10 - Visitação nas portarias do Parque Nacional do Caparaó (2010-2015)

Tabela 6: VISITAÇÃO PNC

VISITAÇÃO PNC	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portaria Alto Caparaó	28918	24582	27804	28876	35790	41938
Crescimento %		-15%	13%	4%	24%	17%
Visitação por portaria%	85%	85%	83%	84%	83%	77%
Portaria Alto Caparaó	4973	4475	5562	5413	7587	12610
Crescimento %		-10%	24%	-3%	40%	66%
Visitação por portaria%	15%	15%	17%	16%	17%	23%
Total	33891	29057	33366	34289	43377	54548
Crescimento %		-14%	15%	3%	27%	26%
Crescimento médio de 10% ao ano de 2010 a 2015 e de 19% de 2013 a 2015						

Fonte: ICMBIO, 2017

É crucial verificar como a gestão do PNC se manifesta no uso público do Parque. Na sua página oficial¹⁵, o Parque Nacional do Caparaó adota várias formas para ajudar a visitação, garantindo as experiências dos viajantes quanto à proteção da natureza. O local tem portarias para controlar as entradas, áreas para acampar com banheiros e chuveiros, e um Centro de Visitantes que dá informações sobre o local. Para diminuir as consequências negativas meio ambiente, os visitantes devem seguir caminhos marcados e padrões de conformidade como não dar comida para bichos selvagens, não pegar itens da natureza ou fazer fogos. Além disso, o parque mostra a importância de planejar a visita, precisando fazer reservas antes para os acampamentos e sugerindo usar orientação turística específicas em trilhas não marcadas. A segurança também é um aspecto chave levando em conta os riscos naturais como mudanças rápidas no tempo, cabeças d' água e ataques de animais selvagens. Tal forma, a UC busca equilibrar o turismo com proteção ambiental promovendo um modelo sustentável da visitação.

As atividades turísticas no Parque vão além do que a própria UC oferece, abrangendo uma gama de atrativos distribuídos tanto dentro quanto ao redor do parque. Isso inclui a interação com aspectos agro turísticos de base comunitária, que são relevantes para a cultura agrícola do café especial da Serra do Caparaó. Este café, conhecido internacionalmente por sua qualidade premiada, tem atraído a atenção de apreciadores em todo o mundo. O café tornou-se um elemento central da cultura local e está integrado à cadeia turística da região, proporcionando aos visitantes experiências que vão desde o cultivo - com visitas às lavouras - até a colheita, passando pela preparação final e degustação desse símbolo regional. Muitos desses empreendimentos são baseados

¹⁵ICMBIO. Guia do Visitante. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 20/02/2025.

na principal atividade econômica familiar, que é a agricultura cafeeira, e, portanto, configuram a prática do agroturismo (Massini; Do Vale; Fonseca Filho; 2021, p.26-27).

O café do Caparaó ganhou vários prêmios em Minas Gerais e no Espírito Santo, conquistando o título de melhor café do Brasil no *Coffee Of The Year*, na Semana Internacional do Café em Belo Horizonte, nos anos de 2014 e 2015, pela Fazenda Ninho da Águia, de Alto Caparaó-MG, e nos anos de 2016 e 2018 pela Forquilha do Rio em Dorcas do Rio Preto-ES (Gripp, 2022, p.25-26).

Figura 11 - Café especial Ninho da Águia premiado no *Coffee of The Year* nos anos de 2014 e 2015 em primeiro lugar como o melhor café do Brasil



Fonte: Instagram Café Fazenda Ninho da Águia (2018)

Figura 12 - Café especial Recanto dos Tucanos premiado no *Coffee of The Year* no ano de 2019 em primeiro lugar como o melhor café do Brasil



Fonte: Instagram Sítio Recanto dos Tucanos (2020)

A premiação Coffee of The Year¹⁶ é um dos eventos mais importantes do setor de café no Brasil, que acontece todo ano durante a Semana Internacional do Café em Belo Horizonte, Minas Gerais. A região da Serra do Caparaó, que tem municípios como Alto Caparaó, é bem conhecida no cenário cafeeiro nacional e internacional, e já ganhou vários prêmios na competição Coffee of The Year ao longo dos anos. A área é famosa por fazer cafés especiais de grande qualidade graças ao solo único com altitudes elevadas, clima favorável e métodos tradicionais e novos de cultivar e processar. Em 2024, Paulo Roberto Alves do Sítio Campo Azul em Divino de São Lourenço (ES) garantiu o primeiro lugar na categoria arábica. Essas vitórias reafirmam a Serra do Caparaó como uma das regiões principais para café no Brasil com condições perfeitas para produção de grãos.

¹⁶ Semana Internacional do Café (SIC). Reunindo os melhores cafés do Brasil. Disponível em: https://semanainternacionaldocafe.com.br/coffee-of-the-year?locale=pt_BR. Acesso em: 20/02/2025.

3. CAPÍTULO II - O INTERESSE PELA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ

Neste capítulo exploraremos os desafios enfrentados na implementação do Parque Nacional do Caparaó, destacando os momentos cruciais de tomada de decisão, as negociações entre diferentes atores e as políticas públicas que moldam essa interação. Entender como ocorreu a criação do PNC é o foco principal deste capítulo, para que assim possamos compreender a situação atual no relacionamento que o parque tem com o trade turístico nos próximos capítulos. Além das histórias contadas em livros, sobre uma perspectiva colonizadora, ouvir os causos faz com que podemos perceber além de dados em linhas do tempo, mas o envolvimento dessas pessoas com a sua própria identidade.

Ao pesquisar palavras chaves sobre o tema do meu trabalho me deparei com excelentíssimas dissertações de mestrado de duas pesquisadoras. Uma datada em 2004 pela UFMG, Elisângela Santos, historiadora que irá relatar no seu trabalho sobre a história e as políticas ambientais da cidade de Alto Caparaó. Em segundo momento encontro a dissertação da turismóloga Fahrenheit Amarante defendido em 2016 pela UFV, em que posteriormente que tive o prazer imenso de encontrá-la presencialmente no I Seminário Regional de Turismo de Alto Caparaó, e que em seu trabalho irá relacionar da influência da criação do parque com a mudança da paisagem em um contexto turístico. Indico aos leitores desta dissertação a leitura também destas duas dissertações de mestrado, pois além dos mesmos estarem referenciados neste trabalho para entender questões atuais e objetivo deste, daremos o foco direcionado ao trade turístico de Alto Caparaó e como foi/é construída a sua relação com o PNC.

3.1 Implicações da implementação do Parque Nacional do Caparaó

A criação deste parque foi feita por pessoas que, ao verem o valor da área para ser um lugar de conservação, trabalharam muito até a publicação de seu decreto. Mesmo que esse decreto fosse o fim de uma briga, ele também trouxe muitos outros desafios. Naquela época, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ainda não tinha sido criado, e as conversas sobre a preservação ambiental no Brasil estavam só começando. Apenas um pequeno grupo, composto por pessoas com formação acadêmica ou interesse genuíno na temática, tinha acesso a informações sobre a questão ambiental. O primeiro parque nacional do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, foi criado em 1937, seguido pelo

Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos criados em 1939. No entanto, após um longo período sem a criação de novos parques, o Parque Nacional do Caparaó foi estabelecido em 1961, num momento em que o país ainda não tinha uma compreensão clara do papel dessas áreas protegidas, tampouco uma legislação específica que definisse seus objetivos. Inspirados em exemplos como o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, e diante de uma legislação incipiente, a criação desses parques no Brasil levantava uma pergunta crucial: por que, sem estudos aprofundados ou conhecimento pleno de seu destino, havia tanto interesse na criação dessas áreas de preservação? Esses pioneiros estavam, de fato, explorando um território desconhecido.

Cada UC teve seu objetivo, sua história e desdobramentos. Alguns interesses partiam do próprio estado e, como iremos relatar aqui neste capítulo, outros partiam por associações e pessoas que tentavam enxergar um potencial bem além de seu tempo, para um futuro longe da sua realidade. Uma associação de destaque que despertou o interesse para a criação do PNC, foi a Associação de Moços de Presidente Soares (AMPS). Santos (2004) expressa que “Na década de 1950 foi dada a largada para a criação do Parque, através do envolvimento de alguns grupos como a AMPS, Os Excursionistas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além do Sr. Inimá Novaes Campos”. Estes representantes foram os que defendiam a inserção de um Parque Nacional na região da Serra do Caparaó, que se uniam em prol da preservação da área.

Nos anos 50 já existiam grupos de excursionistas/visitantes que iam até o Pico da Bandeira, principal atrativo no parque, fazendo escaladas para chegar até o topo contemplando a vista da Serra. Os fundadores da AMPS eram exemplos destes excursionistas. Os Moços de Presidente Soares eram imigrantes, com o propósito de formação da AMPS na busca pelo decreto de criação do PNC, já que os integrantes visitavam constantemente a localidade a fim de lazer e viam uma potencialidade para o desenvolvimento do turismo na Serra. A nomenclatura Moços de Presidente Soares deriva da cidade de Presidente Soares, hoje conhecida como o município de Alto Jequitibá, cidade vizinha de Alto Caparaó.

Em 1924, o povoado foi elevado a distrito com o nome Presidente Soares, alcançando sua emancipação em 1953. A cidade voltou a ter seu nome de origem (Alto Jequitibá) em 21 de outubro de 1991, após a realização de um plebiscito. A cidade está localizada a oeste do Pico da Bandeira e faz parte do Circuito Turístico do Pico da Bandeira. O município possui a única entrada para Alto Caparaó, local onde localiza-se o Parque Nacional do Caparaó (Lima, 2022, p.14).

A autora Amarante (2016, p.93) explica como foi o processo de criação da AMPS, em 1956 em que “um grupo de pessoas instruídas, de origem imigrante e protestantes, que mantinham relação estreita com o Rio de Janeiro, então capital federal, onde circulavam notícias de todo o Brasil”. Este grupo estava a par do que acontecia no território e buscava refletir sobre assuntos como política, economia e sociedade. Esta facilidade de acesso destes representantes proporcionou a busca por discussões relacionadas à preservação ambiental e a atividade turística. O primeiro diretor do Parque Nacional do Caparaó, Ronald Gripp, em seu livro nomeado “Desafio e Dedicção: a saga de um casal visionário e a implementação do turismo em Alto Caparaó – MG”, destaca como foi o processo de criação da AMPS:

Decidiram então fundar uma entidade voltada especialmente para lutar em prol da criação do Parque Nacional do Caparaó. Em 13 de junho de 1956, foi criada a Associação dos Moços de Presidente Soares (Amps), que, conforme o art. 5º, alínea “e” de seu estatuto, tinha como um dos objetivos “pugnar pela criação do PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ”. Eu, os companheiros Dionei Faria, Guaracy Sathler, Sebastião Fernandes e demais membros da associação, fazíamos reuniões mensais regulares. Tínhamos como meta ampliar o nível cultural da juventude estudantil e lutar por demandas de interesse econômico e social da comunidade, promovendo campanhas em defesa da eletrificação da cidade, exposições de flores e pássaros, reflorestamento, além de eventos como escaladas aos picos, ao redor da cidade, aos quais conferia nomes como Bonanza, Elefante, Pão de Açúcar etc. Coincidentemente, na época, a grande imprensa carioca iniciava campanhas em prol da ecologia e proteção do meio ambiente no país (Gripp, 2022, p.19).

Com a criação de um novo departamento da AMPS, nomeado de excursionismo, rapidamente surgiu a ideia de lutar pela criação de um parque na reserva natural da Serra do Caparaó. Por trás da ideia de conservação está também o interesse turístico de atrair visitantes e assim promover mais uma forma de desenvolvimento na área. Além do lazer dos turistas, o objetivo do turismo é centrado em atividades econômicas. Inclusive em 1958, o Centro Excursionista Pico da Bandeira, que também desejava criar o parque, organizou um evento de clube de *trekking* centralizado para comemorar a primeira subida do Caparaó pelos membros do Centro Excursionista Brasileiro (ICMBIO, 2015, p. 96).

Pensando que a preservação e o incentivo ao turismo pudessem significar desenvolvimento para a região, a AMPS, juntamente com outras associações, principalmente de excursionistas do Espírito Santo e Rio de Janeiro, entrou na luta pelo Parque em meados da década de 1950 (Santos, 2004, p. 100).

A AMPS considerava que a atividade turística poderia contribuir para o desenvolvimento econômico da região e também seria capaz de ajudar a preservar a natureza, pois os turistas vão buscar belas paisagens ao invés de áreas devastadas pelo

fogo, o que acontecia muito naquela época. Porém, o grupo não considerou que haveria impacto aos visitantes e aos possíveis rebaixamentos que daí decorrem. O pensamento da época era principalmente voltado para o ganho econômico, sem considerar o impacto negativo causado pelos turistas (Amarante, 2016, p. 94). De acordo com o plano de manejo (ICMBIO, 2015, p.90-91):

Antes mesmo da criação da AMPS, em 14/06/1948, por meio da Portaria Nº 123, a Diretoria do Serviço Florestal, do serviço público federal, solicitou que fossem realizados levantamentos para a criação do que viria ser o PNC. Em 04/08/1948, o então administrador do 91 PNSO, Gil Sobral Pinto, foi enviado a MG para os primeiros levantamentos, os quais se constituíram nos primeiros passos para a criação do PNC.

Em contrapartida, ir ao encontro das histórias do PNC, percebemos que a AMPS foi uma associação que lutava para a inserção do Parque com os dois objetivos, com o mesmo grau de importância, que são relatados em nossa pesquisa. O primeiro quer dizer sobre o turismo. Por possuir conhecimentos de jornais, rádios e outros meios de comunicação da época, estes estavam concentrados dos movimentos que aconteciam no país. Não podemos deixar de citar a determinação desse grupo em uma época que tudo era incerto no turismo, se supunha que ia dar certo, tinham uma visão futura do desenvolvimento, mas estavam acreditando naquilo que pesquisavam, ouviam e falavam. O segundo é a preocupação com uma determinada área natural, onde ocorriam fogos constantes e desmatamento acelerado causado pela expansão da agropecuária, com a criação de gado e extração de madeira. Seus esforços juntos a representantes do Estado, a busca incessante para que o governo decretasse a criação do parque resultou anos depois um potencial enorme no turismo, quanto na preservação e conservação de espécies da nossa fauna e flora.

O meu pai era estudante de Odontologia em Juiz de Fora, mil novecentos e cinquenta e oito, cinquenta e pouco. Mesmo morando lá ele criou uma ONG na época que chamava AMPS, Associação de Moços de Presidente Soares. Então, qual que era o objetivo? Naquela época tava havendo problema de café, erradicação de café. Então eu qual que era a ideia deles? Era fomentar a nossa região como uma região com capacidade pra produzir outras coisas a não ser o café. Que o meu pai fez um contato com o pessoal no Rio dos jornais na época. Ele escrevia matérias e mandava. Através da AMPS o cara recebia. Então, uma delas que que era? Veio aqui, tirou foto dum senhor com um pé de maçã na porta dele. Então o que que eles faziam? Eles escreviam um texto “ah o Caparaó é uma cidade”, uma região né do Caparaó, por que não tinha cidade ainda que tem condição de produzir isso e isso e isso. Eu tenho foto do meu pai por exemplo naquela época com uma foto assim estimular as pessoas a plantarem árvores, mil novecentos e cinquenta e oito, né? Falando sobre preservação da terra, da água. Quando eles começaram a mexer com esse negócio, outro objetivo

deles que eles faziam na época exposição de pássaros, exposição de orquídeas. E o outro ponto forte que eles faziam era um criar locais que alinhavam o Jequitibá em volta, tinha os morros, onde eles iam, faziam excursão. Morro do Elefante, do Pão de Açúcar. Eh, e meu pai com quinze anos foi ao parque, o Pico. E ele costumava às vezes ir com algumas pessoas depois levando o pessoal de excursionista, essas coisas. Então um dos objetivos era transformar a região em Parque, essa área do parque (entrevistado 2).

Portanto, é importante mencionar que o grupo interessado na criação do parque, juntamente com pessoas como Inimá Novaes¹⁷, era formado por moradores das proximidades que, devido à curta distância até o Parque, não precisavam pernoitar na área. Naquela época, a comunidade de Alto Caparaó ainda era pequena e funcionava como distrito da cidade hoje conhecida como Caparaó. Esses excursionistas, vindos de cidades da região como Alto Jequitibá (antiga Presidente Soares), viam uma grande oportunidade de promover o turismo em áreas naturais, nas montanhas da Serra do Caparaó. A prática, no entanto, ocorria de forma desordenada, o que evidenciou a necessidade de preservar e conservar a região, especialmente diante da ameaça de incêndios e do desmatamento causado pela expansão da agropecuária. Santos (2004, p. 113-114) afirma que esses movimentos é a participação mais substancial de pessoas de outras áreas além do Alto Caparaó. Para entender o porquê, é preciso lembrar que na época Alto Caparaó era apenas um vilarejo com pouca exposição na mídia ou nas novas ideias de conservação da natureza e incentivo ao turismo que circulavam no Rio de Janeiro.

O que pode ser verificado aqui a respeito da criação do PNC é que se tratou de uma iniciativa de pequenos grupos que, como a AMPS, o vereador Inimá Novaes de Campos, pensavam nessa unidade como propulsora da atividade turística na região, a fim de que houvesse uma desvinculação da atividade cafeeira, que era e ainda hoje é a que produz maior renda e empregos para a comunidade. Por outro lado, o grupo de excursionistas Pico da Bandeira visualizava esse Parque como algo importante a ser feito a fim da garantia da preservação da natureza, com permissão para entrada de turistas; no entanto os moradores deveriam ser retirados dentro desse perímetro pois, sob a ótica deste grupo, eles seriam os seus maiores degradadores (Amarante, 2016, p.131).

Consequentemente, a criação do PNC é um resultado do desejo, da mobilização e das ações de diferentes grupos da população, especialmente de MG, ES e RJ. Tais manifestações, em pleno ano de 1961, significaram uma vitória da persistência e da

¹⁷ Inimá Novaes é citado nos textos de Amarante (2016), Santos (2004) e no Plano de Manejo (2015). Carangolense, foi vereador da cidade de Espera Feliz (MG). Um dos líderes para a criação do Parque Nacional do Caparaó e responsável pela abertura de estradas e melhoria da infraestrutura de Alto Caparaó.

vontade de pessoas que viam na região um potencial turístico e um local onde a natureza deveria ser conservada. Tal conservação ocorreria por intermédio da proteção da flora, da fauna e dos demais recursos, pois já naquela época os recursos hídricos recebiam especial atenção (Cunha, 2006 *apud* ICMBIO, 2015, p.93).

NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1950, jovens de Presidente Soares (hoje Alto Jequitibá) subiam anualmente a Serra do Caparaó em excursões para apreciar o nascer do sol visto do Pico da Bandeira, sentir frio e contemplar as belezas cênicas naturais daqueles campos de altitude. Aos 15 anos fui ao Pico da Bandeira pela primeira vez – depois repeti a façanha por mais de 21 vezes. Esses jovens tiveram a nítida percepção da necessidade de proteger a Serra do Caparaó, onde os incêndios eram constantes e agricultores circunvizinhos pastoreavam gado bovino, muares e caprinos naquelas áreas devolutas que eles denominavam de “campo”. Daí surgiu o sonho de futuramente transformar o lugar em Parque Nacional, tal como ocorreu em 1872 nos Estados Unidos, com a criação da primeira reserva mundial destinada à proteção da natureza, o Parque de Yellowstone (Gripp, 2022, p.17).

É importante evidenciar que antes mesmo das visitas turísticas ao Pico da Bandeira começarem, o parque já recebia visitas de pesquisadores em sua área, “Pesquisadores brasileiros e estrangeiros, patrocinados pelo poder público ou por particulares, realizavam pesquisas com interesse biológico e/ou geológico. Os principais estudos focalizavam a flora, a fauna, o clima, o relevo, o solo e a água” (ICMBIO, 2015, p. 88). Como expressa Amarante (2016, p.134)

Foi no início do século XX, que se iniciaram as expedições para pesquisa na região com intuito científico. Posteriormente as visitas para a contemplação da natureza e o turismo se tornaram frequentes, que se fortaleceria a partir da década de 1950.

Tanto Inimá quanto a AMPS utilizavam os jornais cariocas como uma das formas de propagar as suas ideias a respeito da importância do turismo de montanha. Para isso, recheavam esses periódicos com artigos sobre o assunto. De 1958 a 1961, a AMPS, a Associação dos excursionistas de Alegre, a Câmara de Vereadores de Espera Feliz e moradores mais influentes da região polvilharam jornais cariocas e alguns jornais mineiros com uma infinidade de artigos sobre Caparaó. A campanha ficou cada vez mais acirrada. Para conseguir seus objetivos, o vereador Inimá, a AMPS e outros grupos excursionistas resolveram partir para a esfera política, procurando fazer contato com representantes das Assembleias Legislativas estaduais e no Congresso Nacional buscando apoio para seus objetivos. Eles sabiam que não adiantaria toda a sua luta se não tivessem o respaldo pessoal de integrantes das esferas políticas (Santos, 2004, p. 103-104).

A partir de 1960, o movimento em favor da criação do PNC enfraqueceu devido aos maus resultados. Com a aproximação das eleições presidenciais, as atenções do país estão voltadas para o evento, que conta com a participação de Jânio Quadros. Durante uma visita de campanha à cidade de Manhumirim, perto da Serra, o candidato presidencial

encontrou-se com um grupo da AMPS, o qual tentou demonstrar a sua ideia para o Parque Nacional do Caparaó. Segundo testemunhas, Jânio ouviu atentamente a explicação de um jovem, representante da AMPS. Aí ele torcia o bigode e dizia: “escreva em um bilhete”. Jânio pegou o bilhete, amassou e guardou no bolso. Essa atitude efetivamente acabou com as esperanças dos caminhantes que pensavam que o papel enrolado logo seria desperdiçado. Jamais imaginariam que o mesmo homem teria mandado criar o PNC em maio de 1961 (Santos, 2004, p.109-110).

A campanha intensiva da Amps para a criação do Parque Nacional do Caparaó gerou centenas de documentos, envolvendo a imprensa, clubes de serviços, altos funcionários e entidades governamentais e de classe, empresários e numerosos políticos atuantes naquela época (Gripp, 2022, p.21-22).

Mesmo depois da vitória evidenciada com o decreto, as ações não pararam e os conflitos realmente começaram a surgir. Os processos de delimitação da área demoraram cerca de 18 anos (1961 até sua efetivação em 1979), com estudos mais aprofundados para que houvesse uma área concreta, dificultando ações tanto por parte da administração e dos moradores que ali estavam.

A questão fundiária também estava sendo evidenciada. Quando parques nacionais eram criados, a desapropriação de terras muitas vezes ocorria de maneira problemática. Em muitos casos, a população local, composta por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, era removida de suas terras sem o pagamento imediato de indenizações justas. A falta de organização e os poucos recursos do governo atrapalharam a regularização fundiária, fazendo com que muitas famílias ficassem em situações precárias.

Com este intuito de se conhecer o cenário fundiário do Parque, o então gestor do PNC, o IBDF providenciou a Tomada de Preço Nº 03, de 02/10/1975, para que se procedesse ao primeiro 151 levantamento e ao cadastramento da área que constituiria os limites do PNC. A empresa ganhadora foi a SETA Serviços de Engenharia e Topografia, de Belo Horizonte, a qual gerou o primeiro grande levantamento fundiário do PNC (Seta, 1977 *apud* ICMBIO, 2015, p.150-151).

A construção e a criação do Parque trouxeram grandes mudanças para as pessoas do lugar, especialmente para aquelas que viviam na área, as quais perderam seus terrenos. Essa mudança afetou muito seus modos de vida porque muitos dependiam da criação de gado e da agricultura familiar para alimentar suas famílias e manter suas tradições. Esses grupos de turistas e excursionistas que defendiam a criação do parque na região do Caparaó utilizam a narrativa de proteção da natureza como lema para justificar sua criação para o poder público. No entanto, sua natureza implícita é desenvolver o turismo, criar

mais oportunidades de geração de renda, melhorar as relações existentes, preferencialmente se consistentes com a proteção ambiental (Amarante, 2016, p.102). Nesse período do Regime Militar, as políticas de conservação ambiental ficaram em segundo plano, e a criação de parques nacionais e outras unidades de conservação sofreu uma desaceleração. A retomada mais consistente das ações voltadas à criação e consolidação de parques nacionais e à indenização de moradores só ganhou força no final do regime militar.

A partir do ano de 1972, a criação de UCs foi oficialmente retomada. No mesmo ano, o PNC foi efetivamente implantado, e através do pagamento de indenizações, os moradores da principal área de visitação foram realocados, principalmente em terras pertencentes ao município de Alto Caparaó. Como muitos parques brasileiros, o PNC tem alguns problemas com sua infraestrutura: falta de pessoal, são necessárias mais melhorias e melhores condições de trabalho. Pode-se argumentar, no entanto, que a situação do PNC está ficando menos preocupante a cada ano. A construção da sede, do centro de visitantes e várias melhorias no parque melhoraram muito a experiência do visitante no parque. As melhorias são tratadas da melhor forma possível. As trilhas são bem traçadas e os funcionários sempre fazem o possível para manter as trilhas limpas e proteger a vegetação (Santos, 2004, p.48-53).

3.2 A cidade de Alto Caparam o Ó

Alto Caparaó, em seus dados históricos não se difere dos processos ocorridos nos demais municípios da Zona da Mata Mineira. Povoado por colonizadores, fazia parte da Zona Proibida, a qual tem sua nomenclatura por consequência de uma área delimitada para impedir a venda ilegal do ouro, com isso dificultou o povoamento entre essas matas.

Na zona da Mata de Minas, que teve a sua colonização retardada por ser considerada “zona proibida” (caminho para se chegar a Vitória), foram os suíços e alemães vindos de Friburgo que introduziram o plantio do café. Para manter a mão de obra necessária, foi adotado o sistema de meação do café e a terça dos cereais para a manutenção da família e venda do excelente (Gripp, 2022, p.48).

Alto Caparaó começou a ser povoado por volta de 1900. Em 1948, o local já contava com cerca de 600 moradores distribuídos em 80 casas. Os primeiros colonizadores foram alemães, suíços, portugueses e italianos, vindos de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Eles chegaram à região como imigrantes ou fugindo de suas terras de origem, atraídos pelo clima frio, semelhante ao de seus países natais. Seu povoamento seguiu a um

desenvolvimento de origem rústica e autoritária, com coronéis e tenentes no poder que dispunham dos meios de produção. “O Distrito de Alto Caparaó foi criado em 30 de dezembro de 1962” (Prefeitura de Alto Caparaó *apud* Biblioteca Municipal). Santos (2016, p.44-45) apresenta três significados para a origem da palavra Caparaó:

1. Caparaó vem de “Igapara-og”, em que “Caa-apara” é “pau torto” ou “folha torta” e Ig-apara é “o rio torto”. Então, Caparaó significaria “casa do rio torto” (SAMPAIO).
2. Teria sido “criada” pela jornalista Paula Saldanha durante um programa de televisão: Caparaó seria, então, “Águas cristalinas que descem da montanha”.
3. Advindo da tradição oral do município de Alto Caparaó: O nome teria sido dado em homenagem a um boi chamado Ó, muito bonito e bravo, que, antigamente, havia dado muito trabalho aos donos, que, então, resolveram capá-lo.

Em seu site, a prefeitura expressa que a etimologia da palavra significa “O topônimo é formado pelo adjetivo português alto mais o termo de língua indígena kaparaó “águas que rolam das pedras”. Até o presente, não se sabe ao certo o verdadeiro significado da palavra, mas ponderamos busca-se valorizar e destacar as histórias dessa população. Ambos os significados concentram as características da localidade, mas o mais popular é contado nas rodas de conversas e apresentações da cidade, o entrevistado quando perguntado seu significado, diz com muito entusiasmo do famoso boi o Ó:

O boi era um boi que ninguém podia com ele, grande! Eu vi ele, eu conheci muito ele. Andava para o lado dele, ele enfreada e entrava mesmo; precisava dois no pau não cercava ele fácil não. Era dilatado. Muito mais alto do que esse armário. Era um colosso! Era um boi cortado, com uma força, então, ele chamava Ó. Então o dono falou: “-Cadê o Ó? Já trancaram ele? Cadê o Ó, já mataram ele?” Precisou quatro homens pra laçar o boi, aí vem, o boi chamava Ó, então perguntaram assim: “Mataram o Ó? Não, caparam o Ó”, o xente. Então vai ficar Capara o “O”. Aí ficou Caparaó, por causa do boi.” OLB, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 90 anos, 2000 (Santos, 2004, p.45).

Há poucos dados sobre a ocupação do município de Alto Caparaó. A fraca historiografia aponta poucos fatos relevantes para essa trajetória, dificultando a reflexão e a compreensão de sua dinâmica como um todo (Amarante, 2016, p.137). A mesma autora cita que “a história, desde o início de sua ocupação até a atualidade. Vários foram os fatores que contribuíram para a diversificação das estruturas locais que refletiram sobre a sociedade, a economia e a cultura local”. Assim, é importante mencionar um relato de um morador, entrevistado pela autora que expressa:

Alto Caparaó, pelo que eu tenho informação, começou a ser povoado aqui próximo a 1870, 1880, por aí. Por grupos de descendentes suíços

e alemães. Que eles vieram para Nova Friburgo, da Alemanha para Nova Friburgo, não se deram bem lá, depois eles vieram para aqui. Os alemães ficaram em Alto Jequitibá e os suíços vieram para Alto Caparaó e alguns alemães também para Alto Caparaó (Entrevista n° 01 a Amarante, 2016, p.137).

Outras áreas da Zona da Mata Mineira, principalmente localizadas na região leste, permaneceram intactas e interditadas por não produzirem ouro, portanto, essas áreas são chamadas de áreas proibidas. A área restrita atuará como uma barreira de segurança natural contra possíveis fraudes, contrabando e outras atividades ilegais. Os povos indígenas das tribos Puri, Coropó e Coroadó são da família Goitacá e habitam a área que abrange o Vale do Paraíba Sul e se estende até seus afluentes, vale dos rios Preto e Bonito, norte do RJ, margem esquerda do Paraíba e Sertões garimpeiros no território do ES. Com a chegada dos colonos, essas tribos foram empurradas para o interior (ICMBIO, 2015, p.31). Mesmo citando a presença dos Goitacás na Zona da Mata Mineira, o Plano de Manejo destaca que o grupo indígena que ocuparam em determinada época o PNC pertence à etnia Guaraní, não havendo registro histórico da presença indígena dessa etnia na Serra do Caparaó. Desde a criação do parque em 1961, a administração do PNC aumentou sua presença na área, realizando inspeções de várias intervenções indígenas na área, incluindo caça, extração de produtos florestais, desmatamento e uso de fogo (ICMBIO, 2015, p.207).

Posteriormente apropriada, a Serra do Caparaó, tinha condições desfavoráveis, como florestas densas, terreno montanhoso e nativos instáveis em comparação com as regiões “douradas” do estado. A floresta foi gradativamente substituída por plantações de café, mineração de madeira de lei e, posteriormente, pecuária. Por volta da década de 1950, houve um impulso para a promoção do turismo local, que viu uma oportunidade de crescer nessa atividade e passou a depender totalmente da renda da cafeicultura (Amarante, 2016, p.88).

3.3 Implementação do Plano de Manejo e Políticas de Conservação no Parque Nacional do Caparaó

Os decretos e documentos relacionados têm um papel chave na formação e ação de um Parque Nacional. Esses textos legais e administrativos criam como bases para a criação, gestão e conservação desses lugares protegidos, mostrando regras importantes para sua gestão. Neste capítulo vamos olhar para a importância desses decretos e documentos, analisando seu conteúdo e seu efeito na visão e do trade turístico no contexto

do Parque Nacional. Ao compreender o papel e as disposições desses instrumentos legais, podemos avaliar melhor como as políticas que regem o Parque afetam diretamente as comunidades circunvizinhas e as estratégias para garantir uma gestão sustentável e inclusiva dessas áreas protegidas. Não obteve sucesso ao acessar o plano de manejo de 1981 do Parque Nacional do Caparaó, mesmo após realizar contatos via e-mail, redes sociais e com pesquisadores vinculados com algum estudo do Parque. Infelizmente não houve retorno ou acesso ao documento desejado.

O primeiro documento encontrado que é de suma importância para o trade turístico, foi a Portaria IBAMA nº 67, de 7 de dezembro de 2002 que estabelece o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Caparaó, visando contribuir para o planejamento estratégico de suas atividades. Alterada posteriormente pela Portaria 67, de 21 de setembro de 2005 e a atual que está em vigor é a Portaria nº 128, de 4 de dezembro de 2014. De acordo com o documento, no Artigo 2º as representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil são:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
- b) Centro de Ciências Agrárias - CCA/UFES, sendo titular, e Instituto Federal de Ensino Superior - IFES, Campus de Alegre - ES, sendo suplente;
- c) Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu - MG - FACIG, sendo titular, e Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Campus Carangola - MG, sendo suplente;
- d) Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo - IEMA, sendo titular, e Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER - ES, sendo suplente;
- e) Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG, sendo um titular, e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, sendo suplente;
- f) Prefeitura Municipal de Alto Caparaó-MG, sendo titular, e Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá - MG, sendo suplente;
- g) Prefeitura Municipal de Espera Feliz - MG, sendo titular, e Prefeitura Municipal de Caparaó, sendo suplente;
- h) Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto - ES, sendo um titular e um suplente;
- i) Prefeitura Municipal de Divino do São Lourenço - ES, sendo um titular e um suplente;
- j) Prefeitura Municipal de Ibitirama - ES, sendo titular, e Prefeitura Municipal de Irupi-ES, sendo suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Fundação Vida e Meio Ambiente, sendo titular, e Associação de Turismo e Artesanato de Dores do Rio Preto - ES - ATUR, sendo suplente;
- b) ECOBRIGADA - Espera Feliz - MG, sendo titular, e Associação Pró Melhoramento Ambiental da Região de Caparaó - AMAR Caparaó, sendo suplente;

- c) Associação Comunitária Nova Cultural, sendo titular, e Associação Comercial de Caparaó - MG - ACIAC, sendo suplente;
- d) Associação de Moradores de Pedra Menina - ES, sendo titular, e Associação de Moradores de Patrimônio da Penha - ES, sendo suplente;
- e) Associação dos Produtores Rurais de Pedra Menina - ES, sendo titular, e Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas Gerais, sendo suplente;
- f) Associação Comercial de Alto Caparaó - ACITAC, sendo titular, e Associação de Defesa do Meio Ambiente e Turismo - ADEMATUR, sendo suplente;
- g) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região do Caparaó - ES, sendo titular, e Circuito Turístico Caparaó - ES, sendo suplente;
- h) Agência de Desenvolvimento Regional Circuito Turístico Pico da Bandeira - MG, sendo titular, e Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz - ABRALUZ, sendo suplente. Parágrafo único. O Conselho do Parque Nacional de Caparaó é presidido pelo chefe ou responsável institucional, que indicará seu suplente.

Um Conselho Consultivo de um Parque Nacional é um grupo colegiado que tem como tarefa principal ajudar a administração do parque em assuntos que se relacionam à sua gestão, proteção e uso sustentável. Normalmente, ele é formado por pessoas de vários setores da sociedade, incluindo as entidades governamentais, as organizações não lucrativas, as comunidades locais as instituições de estudo, o setor privado e outros interessados no manejo da área protegida. O conselho é, de alguma forma, a porta de entrada para que o trade turístico possa se posicionar em questões alinhadas às suas necessidades e interesses, como a visitação da UC. Nesse contexto, é possível perceber a presença de representantes do trade turístico na estrutura do conselho, o que evidencia a importância desse espaço como canal de diálogo e participação ativa na gestão da UC.

Depois de 20 anos de criação, publicou-se o primeiro plano de manejo no ano de 1981, o qual não encontramos em arquivos online no site da UC, portanto iremos evidenciar PM vigente publicado no ano de 2015. No documento, relata-se que a visitação acarreta, em diversos aspectos, efeitos negativos causados tanto nas trilhas quanto nos acampamentos. Especificamente, a trilha que conduz ao cume do Pico da Bandeira, no trecho entre o topo e a área de acampamento Tronqueira, através da entrada da portaria Alto Caparaó, apresenta um considerável grau de despejo. No topo do Pico da Bandeira, é visível uma matriz de resíduos considerável, juntamente com os destroços de construções antigas e diversos elementos que interferem com o ambiente natural. Entre esses elementos, destacam-se uma escultura circular contendo uma estátua do Cristo Redentor, um cruzeiro e os remanescentes de uma torre metálica de uma antiga emissora de televisão (p.03). Nesses trechos constata-se impactos ambientais que interagem com

as atividades humanas com a natureza, o incêndio como realizado de forma criminosa, e a visitação turística que modifica aspectos ambientais.

A autora ainda (Kinker, 2007 *apud* ICMBIO, 2015, p.202) observa que o sistema de reservas do Parque Nacional do Caparaó é alvo de críticas por parte da comunidade de Alto Caparaó, que argumenta que a medida tem afastado visitantes e limitado o crescimento do turismo, impactando negativamente as atividades econômicas do município. No entanto, Kinker considera essa visão equivocada, especialmente quando adotada por aqueles que não possuem responsabilidade direta ou compartilhada pela conservação da Unidade de Conservação, apesar de utilizarem sua existência como base para suas atividades econômicas. Essa crítica pode ser facilmente contestada, visto que os dados de visitação da UC indicam um crescimento contínuo no número de visitantes. Além disso, há empresários locais que reconhecem que seu sucesso está diretamente ligado à presença do Parque e à consequente expansão do turismo na região. A autora conclui que, embora os dados sejam verídicos, parte dos empresários do turismo e autoridades municipais reluta em aceitá-los, preferindo atribuir os desafios enfrentados no setor à gestão da visitação do PNC, em vez de reconhecer a falta de investimentos e esforços no desenvolvimento turístico local.

No item 19 do PM (ICMBIO, 2015, p.324) diz a respeito de plano para desenvolver um programa de informação e sensibilização voltado para o setor turístico da região, priorizando a preservação dos recursos naturais protegidos pelo Parque. Esse programa deve incentivar os condutores de visitantes a adotarem práticas de mínimo impacto ao realizarem atividades em ambientes naturais. Além disso, recomendou-se a realização periódica de encontros entre ambientalistas e empresários do turismo, a fim de promover harmonia e troca de experiências. Também se destaca a importância da oferta de treinamentos específicos para condutores de visitantes locais e demais profissionais do setor turístico que atuam no Parque e em sua região, com foco na conscientização sobre a relevância dos recursos hídricos e a necessidade de sua preservação. Eventos voltados à governança do Parque Nacional do Caparaó e do setor público em geral devem ser organizados, enfatizando a prevalência do interesse coletivo sobre os individuais, com a participação do Ministério Público Federal (MPF). Além disso, é essencial capacitar os envolvidos acerca dos mitos e verdades sobre a Zona de Amortecimento, bem como sobre o papel do Parque na dinamização da economia local e regional, utilizando ferramentas de valoração ambiental e a metodologia de cálculo da EMBRATUR.

Essas falas específicas analisam diferentes aspectos da relação entre o trade turístico de Alto Caparaó e o Parque Nacional do Caparaó. Inicialmente uma alternativa de sustento, o café tornou-se um problema ambiental devido às práticas convencionais de produção, entretanto com o avanço do fenômeno turístico na região surgiu também uma nova problemática: a gestão da visitação. No caso do café, a solução encontrada no passado gerou um novo problema ambiental, exigindo ajustes no modelo de produção. Da mesma forma, o sistema de reservas na visitação do PNC, visto por alguns como um obstáculo ao turismo, na verdade reflete uma gestão que busca equilibrar preservação e visitação. Entretanto, buscou-se nesse trabalho entender as atuais formas de comunicação deste trade turístico com a gestão, discutidas no próximo capítulo, através da análise dos questionários e entrevistas realizados.

4. CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES: RELAÇÕES DA GESTÃO DO PNC COM O TRADE TURÍSTICO DE ALTO CAPARAÓ

Neste capítulo, realizaremos uma descrição detalhada dos dados obtidos através do questionário (apêndice III) aplicado ao trade do setor de turismo de Alto Caparaó e a gestão do Parque Nacional do Caparaó pela plataforma *Google Forms*. Com o intuito de entender as interações entre a gestão do parque e os prestadores de serviços turísticos registrados no Cadastur, a pesquisa se propõe a investigação nas práticas de comunicação e nas dinâmicas de colaboração que moldam essas relações. Abordaremos as principais temáticas emergentes das respostas, destacando as percepções do trade turístico sobre as políticas de gestão e suas expectativas em relação ao desenvolvimento sustentável do turismo na região. É fundamental ressaltar a importância de fortalecer o conhecimento entre os lados, porque um diálogo útil pode levar a ações que ajudem tanto o cuidado com a natureza quanto o desenvolvimento do econômico na região.

4.1 Questionários Aplicados ao Trade Turístico de Alto Caparaó (MG)

Esse tópico vai olhar para as respostas de pesquisas que foram feitas ao trade turístico, como guias de turismo, donos de hotéis e agências de viagens. A análise vai buscar identificar as ideias e dificuldades que esses agentes passam, abordando temas como promoção turística e a relação com o Parque Nacional do Caparaó. Não foi possível identificar os setores específicos do trade que responderam aos questionários, uma vez que optou-se pelo sigilo dos respondentes neste trabalho. Considera-se que, devido à obrigatoriedade de inserir e-mails para permitir apenas uma resposta por participante, não foi possível determinar a qual setor do trade cada resposta pertence, pois os e-mails fornecidos nem sempre eram específicos das empresas respondentes.

Na divulgação do questionário para o trade turístico, enviou-se em redes sociais, e-mails e canais de comunicação como o WhatsApp, recebemos a proposta de enviar também para o Grupo de Operadores de Turismo de Alto Caparaó e região (GTAC). Este grupo mencionado na entrevista com o gestor público municipal, foi criado no período da pandemia para divulgação e promoção do turismo no município. Inicialmente o grupo criou uma página no Instagram e depois se organizaram a fim de estruturar as empresas turísticas na realização de eventos e ações junto à comunidade com a seguinte frase

descrita na página do Instagram “Unidos para o desenvolvimento turístico local e regional de forma sustentável”. Além disso, o grupo possui um site com informações de meios de hospedagem, pontos turísticos, transporte, operadores que oferecem o turismo rural, tópico sobre os cafés especiais, gastronomia, guias e telefones úteis. Na oportunidade e reconhecendo a devida importância do grupo, a pedido do presidente, foi encaminhado também para estes operadores o questionário para essas empresas que fazem parte do GTAC.

A análise qualitativa com apoio de gráficos tem um trabalho importante na entender dados, trazendo uma visão mais clara e fácil dos resultados. Nessa pesquisa, os gráficos ajudam traduzir ideias e experiências do trade turístico em imagens visuais que facilitam o entender. Isso é muito útil quando um assunto é subjetivo, como opiniões e sentimentos, que podem ser difíceis de transformar em dados numéricos. No entanto, captar aspectos subjetivos em questionários online apresenta uma série de desafios. Um dos principais é a limitação na profundidade das respostas. Em um ambiente online, os participantes podem optar por respostas mais curtas ou diretas, especialmente em formatos de múltipla escolha, o que dificulta a captura completa das nuances de suas opiniões e experiências.

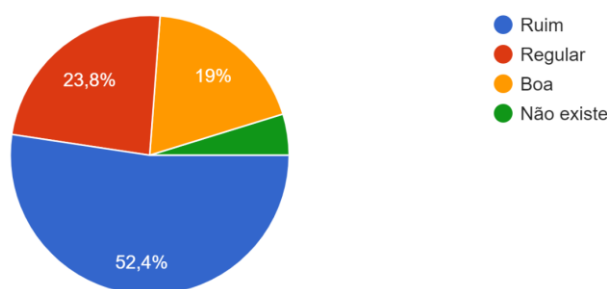
O questionário foi formulado na data de 22/07/2024 e enviado separadamente para os empresários cadastrados no Cadastur, contendo 58 cadastros, bem como para o GTAC, por meio das redes sociais Instagram e Facebook, além de via e-mail e pelo aplicativo de mensagens WhatsApp nos dias subsequentes. Os dados dessas empresas são públicos e estão disponíveis no site do Cadastur, sendo que informações adicionais foram obtidas em sites oficiais. Recebemos um total de 21 respostas. As perguntas de 1 a 7 eram de múltipla escolha, enquanto a pergunta 8 era de resposta aberta. O fechamento deste formulário foi no dia 30/09/2024. Nos textos a seguir, os gráficos gerados a partir das respostas serão analisados estatisticamente, proporcionando uma interpretação mais detalhada e baseada nos dados coletados. Não será evidenciado neste tópico as conclusões das respostas desse questionário e sim a demonstração dessas perguntas, as discussões acerca das respostas serão descritas no último tópico desse capítulo.

Quando questionados sobre a comunicação atual da gestão do PNC em 2024, a maioria dos empreendedores avaliou negativamente, com 52,4% classificando-a como Ruim. Outros 23,8% consideraram a comunicação Regular, enquanto 19% a avaliaram como Boa. Na opção Outros, que permitia a inclusão de comentários adicionais, um empreendedor destacou que, em sua opinião, a comunicação “Não Existe” (4,8%).

Gráfico 1 - Comunicação entre gestão e o PNC.

1. Como você avalia a comunicação atual entre a gestão do Parque Nacional do Caparaó e os empreendedores turísticos locais?

21 respostas



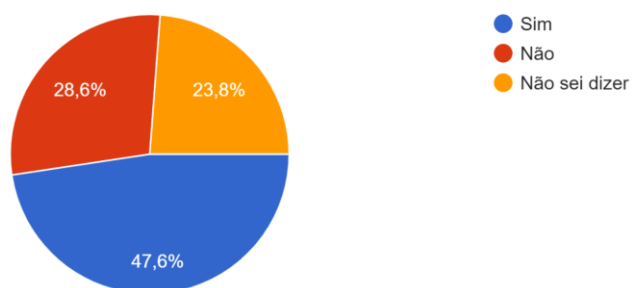
Fonte: Elaboração própria (2024)

Na pergunta número 2, nosso objetivo foi identificar quais formas de comunicação podem existir entre os dois agentes envolvidos. O conselho consultivo foi indicado, considerando a sua existência no PNC e a sua referência no Plano de Manejo. Além disso, mencionamos a possibilidade de outro órgão semelhante que permite a participação do comércio nas decisões acerca da UC. Nos resultados apresentados no gráfico 2, 47,6% dos empreendedores responderam que Sim, existe um conselho consultivo ou órgão de participação, enquanto 28,6% afirmaram que Não há tal entidade. Já 23,8% disseram não saber sobre a existência de um conselho ou órgão.

Gráfico 2 - Participação dos empreendedores nas decisões da UC

2. Existe algum tipo de conselho consultivo ou órgão similar que permite a participação dos empreendedores turísticos nas decisões sobre a gestão da Unidade de Conservação?

21 respostas

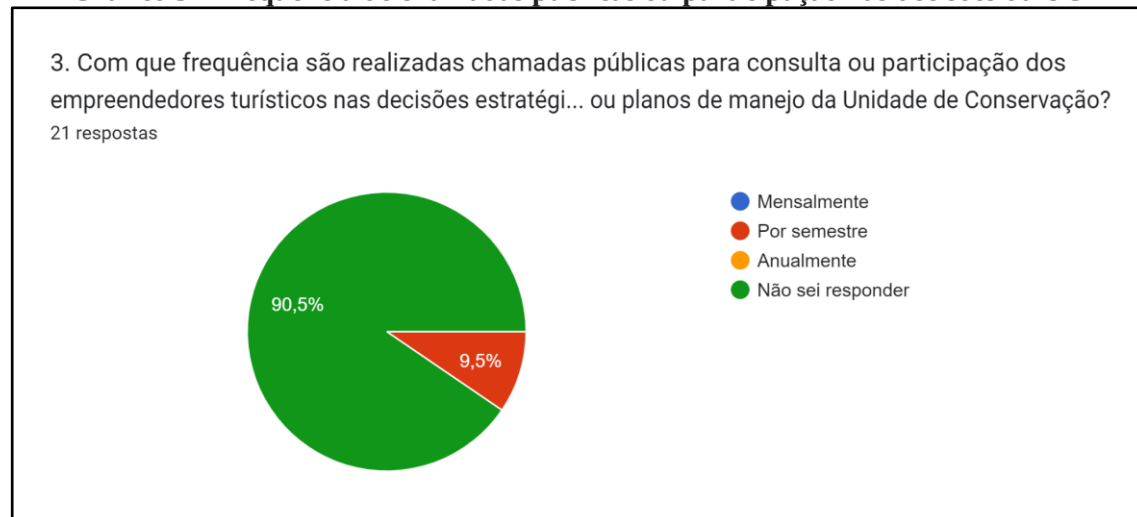


Fonte: Elaboração própria (2024)

Ainda procurando informações sobre a conversa entre os empreendedores e a gestão do PPC, o gráfico 3 olhou quão frequentemente são feitos convites abertos para discussão ou participação dos empresários na tomada das decisões principais. Os

resultados mostraram que 90,5% dos empresários não souberam responder a esta pergunta, mostrando uma possível falta de informação ou clareza no processo. Apenas 9,5% disseram que estas consultas acontecem semestralmente.

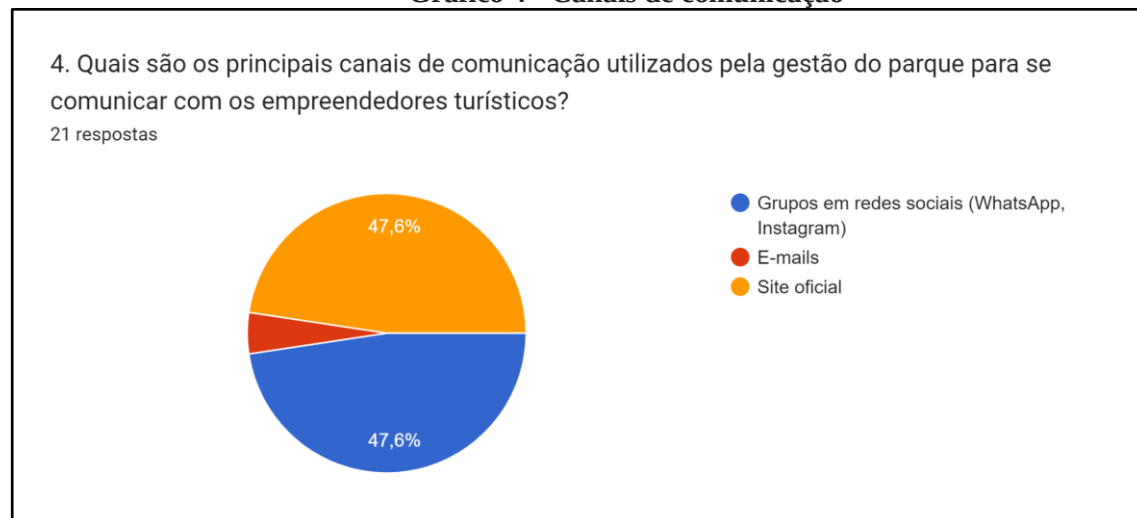
Gráfico 3 - Frequência de chamadas públicas ou participação nas decisões da UC



Fonte: Elaboração própria (2024)

Com o objetivo de identificar os canais de comunicação entre os representantes do trade e o PNC, foi feita a pergunta sobre como o Parque Nacional se comunica com os empreendedores. Os resultados mostraram que 47,6% dos participantes indicaram que essa comunicação ocorre por meio de grupos em redes sociais ou aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Instagram. Uma porcentagem igual, 47,6%, afirmou que a comunicação se dá através do site oficial do Parque. Apenas 4,8% mencionaram que o contato é feito por e-mail.

Gráfico 4 - Canais de comunicação

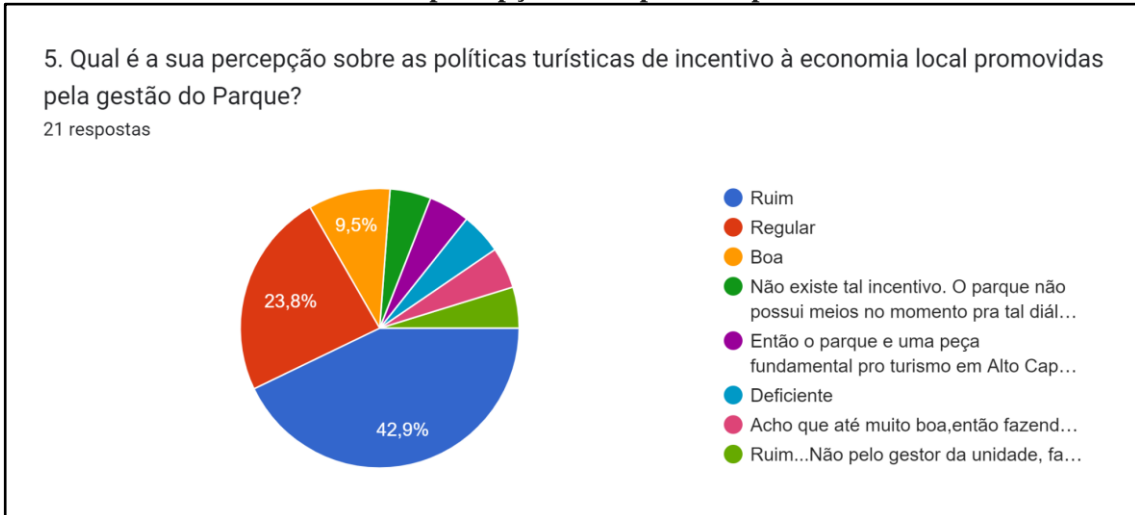


Fonte: Autoria própria (2024)

A pergunta número 5 houve uma imprecisão na forma de perguntar sobre o papel do Parque em fazer promoções de políticas públicas. O foco da pergunta era mostrar que, mesmo que a gestão do PNC não tem função exclusiva de promoção de políticas de turismo ao redor, ela pode e deve ajudar projetos que misturem turismo com a economia local, desde que essas ações ajudem a proteger o meio ambiente e o crescimento sustentável da área. Quando questionados sobre suas percepções em relação às políticas turísticas de incentivo à economia local implementadas de forma integrada, com o apoio e o incentivo do PNC, a opção Outros foi a mais comentada. Os resultados indicaram que 42,9% dos empresários decidiram que essas políticas são Ruins, 23,8% as classificaram como Regulares, 9,5% disseram que são Boas, e 24% preferiram utilizar suas próprias palavras para expressar:

- Não existe tal incentivo. O parque não possui meios no momento para tal diálogo. O PNC nos últimos bons anos só tem o básico pra se manter aberto. Políticas de qualidade e conversação com os setores do turismo só será possível depois dos problemas da unidade serem sanados primeiro. Para ajudar o poder municipal também tem muitas divergências com o parque, o que faz com que não exista muitos acordos de ajuda (respondente 02).
- Então, o parque é uma peça fundamental pro turismo em Alto Caparaó, porém não fazem muito esforço para haver chamada de turismo (respondente 04).
- Acho que até muito boa, estão fazendo o que podem devido ao fato de cada ano o número de funcionários ser menor (respondente 13).
- Ruim... Não pelo gestor da unidade, falta de investimentos nas áreas de visitação e falta de funcionários (respondente 21).

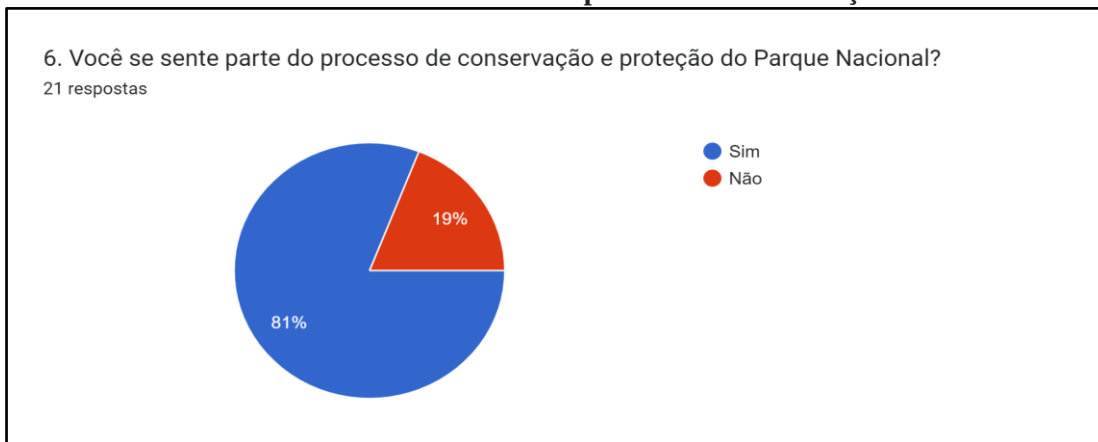
Gráfico 5 - percepção sobre políticas públicas



Fonte: Autoria própria (2024)

Na pergunta número 6, o objetivo era compreender como esses empreendedores se sentem em relação ao processo de conservação e proteção do PNC. Resultados mostram que 81% das pessoas entrevistadas dizem se sentir partes desse processo, ao passo que 19% dizem não se sentirem incluídas.

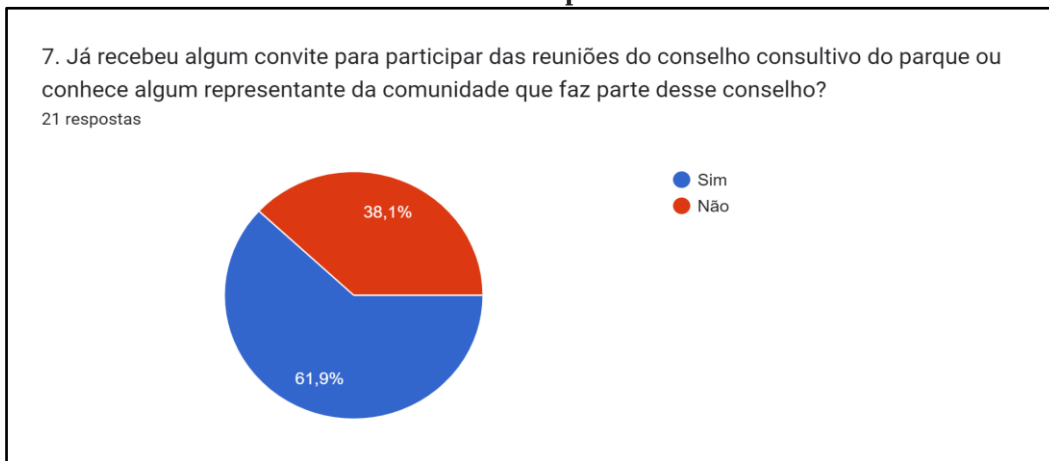
Gráfico 6 - Sentimento no processo de conservação



Fonte: Autoria própria (2024)

Para compreender melhor se os empresários estão cientes dos convites para as reuniões realizadas pelo parque, nas quais participam representantes do trade, foi feita a pergunta número 7. Questionou-se se esses empresários já receberam convites para participar dessas reuniões, especificamente do conselho consultivo, ou se conhecem algum representante que faz parte do conselho. Os resultados mostram que a maioria, 61,9% das pessoas entrevistadas já receberam convites ou conhecem alguém do conselho, ao passo que 38,1% responderam não.

Gráfico 7 - Convite para reuniões da UC



Fonte: Autoria própria (2024)

O propósito da última pergunta (número 8) “Qual a importância do Parque Nacional do Caparaó para você?” neste trabalho foi entender as opiniões das empresas locais sobre o Parque. Os empresários sugerem que a gestão do Parque poderia ser mais eficaz na preservação da fauna e flora, na educação ambiental e na promoção de atividades voltadas ao uso público. Eles concordam que, além de ser um destino turístico, o parque deve ter um papel ativo na preservação e no desenvolvimento sustentável, beneficiando não apenas o Alto Caparaó, mas também as nove municipalidades do Caparaó Mineiro. Destaca-se as falas dos respondentes a seguir:

O Parque Nacional do Caparaó além de uma reserva, é um dos principais motivos do interesse de nossos turistas, normalmente chegam até nós através do Pico da Bandeira e acabam conhecendo outros passeios, então para nós, colaboradores na parte do turismo, o Parque é 100 de extrema importância, porém, nem tudo são flores, ainda há muito no que melhorar, infelizmente somos reféns do governo federal para qualquer melhoria, então ficamos limitados. Em relação ao atual presidente do Parque Nacional, não há nada em que eu possa questionar até o momento (respondente 01).

Hoje é meu meio de vida. Passo boa parte do tempo dentro da unidade. Como Guia, como voluntário e apaixonado pelo parque. Faço o máximo para contribuir, mas infelizmente nem tudo está ao nosso alcance. O PNC está sucateado e necessitando atenção de quem realmente deveria se importar, que é o governo, mas infelizmente não é o que vemos. O setor turístico da cidade até contribui também, mas com todos os problemas da unidade, a gestão nem tem como abrir espaço para tantas ideias, sem ao menos ter funcionários para exercer os trabalhos. Nem brigada de incêndio está tendo, nem uso público e por aí vai. A situação é difícil e no momento não se pode querer criar nada novo, mas sim tentarmos melhorar o que já tem, e com pouco (respondente 02).

Os empresários afirmam que o Parque é fundamental, especialmente devido ao pico da bandeira, que é o principal atrativo da região. No entanto, muitos expressaram desapontamento com a gestão atual, mencionando a negligência e a falta de diálogo por

parte dos representantes do parque. Um dos entrevistados aponta para Alto Caparaó não ser uma cidade turística por si mesma, mas um acesso para o turismo que acontece dentro do Parque, sem ele o turismo na região seria impraticável.

4.2 Questionários Aplicados à Gestão do Parque Nacional do Caparaó

Neste subitem, serão analisadas as respostas dos questionários aplicados ao gestor do Parque Nacional do Caparaó. A análise enfoca as estratégias e políticas de gestão ambiental e de turismo sustentável implementadas no Parque, as percepções sobre o impacto do turismo na conservação e o relacionamento com o trade turístico local. A pesquisadora teve dois contatos presenciais com a gestão de uso público do Parque Nacional do Caparaó: um durante uma atividade de campo com os alunos do curso de Turismo e outro na palestra do seminário realizado na região. Os encontros foram úteis para uma ideia básica sobre as formas de gestão, mas a pesquisadora achou que precisava saber mais sobre a administração do parque. Com esse objetivo, foi feito o questionário presente nesta pesquisa que buscou envolver e refletir os pontos de vista de duas partes; a gestão do parque e o trade turístico local.

O envio do questionário foi feito por diversos meios de comunicação, como e-mail, redes sociais e WhatsApp. Isso assegurou mais alcance e a chance de respostas de forma fácil e acessível. Vale ressaltar que, para a análise da pesquisa, a resposta do Chefe da Unidade foi suficiente, dado que o objetivo era obter uma visão representativa sobre os desafios e as ações da gestão na interação com o trade turístico. O questionário formulado para a gestão buscou assemelhar com o questionário aplicado ao trade, com o intuito de comparação dos dados e as percepções desses dois atores. Os dados obtidos com este questionário oferecem uma visão mais detalhada da realidade local, ajudando a aprimorar a compreensão sobre a relação entre a gestão do Parque Nacional do Caparaó e os empresários turísticos, além de subsidiar possíveis melhorias nas políticas de gestão e no desenvolvimento do turismo sustentável na região.

A primeira questão do questionário buscou identificar a posição ocupada pelos representantes da gestão do Parque Nacional do Caparaó. A resposta obtida indicou que o entrevistado ocupa o cargo de Analista Ambiental, com a função de Chefe da Unidade do Parque. A segunda questão do questionário teve como objetivo avaliar a percepção da gestão do Parque sobre a comunicação com os empreendedores turísticos da região. A resposta obtida foi que a comunicação é Boa.

Quando questionado se existem canais formais de comunicação, a resposta indicou que sim, existem canais formais de comunicação entre a gestão do Parque Nacional do Caparaó e os empreendedores turísticos locais. Na questão de número 4, questionado se a gestão realiza treinamentos, workshops ou outras formas de capacitação para os empreendedores locais, a resposta à questão foi não, indicando que, atualmente, a gestão do Parque Nacional do Caparaó não realiza esse tipo de ações.

A resposta à questão 5, destacou que os maiores desafios enfrentados pela gestão do Parque Nacional do Caparaó são “mitigar os impactos da visitação e definir os números balizadores da visitação nos atrativos”. Quando indagou-se sobre a existência de alguma diretriz ou plano de gestão específico voltado ao desenvolvimento sustentável do turismo, a resposta indicou que “existem iniciativas da organização dos municípios envolvidos com a atividade turística na região, as quais são apoiadas por instituições como o SEBRAE, SENAR, entre outras”.

Para melhor compreensão sobre como a gestão pretende fortalecer a parceria com os empreendedores locais, a resposta à questão 7 indicou que a gestão do Parque Nacional do Caparaó pretende fortalecer a parceria com os empreendedores locais mantendo a representação desse setor no Conselho Consultivo do Parque, além de manter contato direto com as associações e os próprios empreendedores.

Na última questão 9, objetivou-se compreender como a gestão observa a permanência da comunidade de Alto Caparaó no Parque Nacional do Caparaó e se há existências de projetos envolvendo os moradores locais e o trade turístico. A resposta da gestão indicou que o mesmo não compreendeu a pergunta em sua totalidade. No entanto, quando interpretada como a realização de atividades comerciais no interior do parque, a gestão entende que essas atividades são positivas para ambas as partes. As autorizações de transporte e condução de visitantes, por exemplo, são vistas como uma forma de oportunizar a atividade econômica para a sociedade local, ao mesmo tempo em que beneficiam a visitação. Essa colaboração contribui diretamente para uma das missões do Parque, que é permitir à sociedade o lazer em contato com a natureza. Portanto, embora não haja uma menção explícita a projetos específicos envolvendo o trade, a gestão reconhece que as atividades comerciais autorizadas dentro do parque são benéficas para a economia local e para o cumprimento das missões do Parque Nacional do Caparaó.

4.3 Entrevistas com o Gestor Público Municipal e Representante do Setor Hoteleiro

Este subitem detalha os resultados das entrevistas com o gestor público municipal responsável pela política turística e o representante do setor hoteleiro. Focou em como esses representantes percebem as políticas públicas voltadas para o turismo e a gestão do parque, suas estratégias para fomentar o turismo na região, além das interações e desafios existentes entre a gestão pública e o trade turístico local. Evidencia-se, ainda, a relevância das entrevistas presenciais, uma vez que esses dois representantes estão diretamente ligados tanto ao comércio quanto à gestão. O gestor público atua como intermediário entre o trade turístico e a administração do Parque Nacional do Caparaó, enquanto o representante do setor hoteleiro desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística em Alto Caparaó, dada a importância da hotelaria para a dinâmica econômica.

4.3.1 Gestor Público Municipal

A partir do depoimento do representante do poder público, que atua na secretaria de turismo de Alto Caparaó, analisou-se as iniciativas de educação ambiental e valorização da cultura local, promovendo uma reconexão entre os moradores e a natureza que os cerca. Além disso, buscaremos entender os projetos já desenvolvidos sob sua liderança, bem como aqueles que estão planejados para o futuro.

A principal meta do gestor está no desenvolvimento do turismo local, mas com um foco inclusivo. Ele menciona a importância de organizar a “casa”, quebrando a cultura de individualismo que, segundo ele, permeia o turismo da cidade. Para ele, o sucesso do turismo depende da inclusão de toda a cidade, desde as atrações naturais até os comércios locais, como padarias, que também desempenham um papel importante na cadeia turística:

O turismo aqui sempre existiu e meio que a gente tem uma cultura aqui em Alto Caparaó um pouco enraizada, que é a postura do individualismo e eu acredito que o turismo aqui ainda não alavancou de certa forma, justamente por conta disso, dessa questão do individualismo. Então, eu falo que esse ano (2023) está sendo um ano de organizar a casa porque eu to tentando fazer de uma forma que todo mundo participe, que todo mundo se sinta parte do turismo que a gente até a pouco tempo tinha rua de cima e rua de baixo, rua de cima é quem era do turismo, rua de baixo era os esquecidos. Então teve isso e aí agora com esse novo olhar do turismo de também não só enxergar o Parque Nacional como atrativo turístico, Pico da Bandeira, cachoeiras né, mas assim entender um pouco também do que a gente tem na cidade, o que a gente tem no entorno para oferecer também, as coisas tem ficado um

pouco diferente, estão mudando e eu acho que está sendo positivo e ajudando a organizar essas questões. Então a ideia é mesmo é tentar inserir todo mundo dentro do caminho né, do norte, e fazer entender que uma padaria que está lá no início da cidade, mas ela é importante pro turismo (entrevistado 1).

Ele se refere à cultura individualista da cidade, enraizada na cidade, que dificulta o desenvolvimento do turismo de forma mais compartilhada. Em seu raciocínio, há uma divisão histórica entre a “rua de cima” e a “rua de baixo”, que representa aqueles muito envolvidas no turismo, e a outra, que se sentem excluídos. Ele destaca que é fundamental quebrar essa barreira e garantir que haja uma conscientização entre os empresários e a comunidade de que eventos e iniciativas de turismo precisam de apoio coletivo. Já foi dito: “uma pousada sozinha não preenche um evento”, portanto, parcerias e colaboração são os fatores-chave para o sucesso.

O gestor ressalta a importância de criar uma cultura local de turismo inclusivo. Isso inclui a criação de um grupo WhatsApp e a utilização de um panfleto digital em *QR Code* usado para integrar moradores e comerciantes, garantindo que todos se sintam parte do processo turístico. Neste caso, isso faz parte de seu movimento para preencher a lacuna do sentimento de exclusão de que alguns membros da comunidade ainda têm, aqueles que não estão diretamente envolvidos no turismo. Unificar a cidade com o objetivo de promover uma visão em que o turismo não seja apenas para alguns que se beneficiarem, mas retorne o benefício para todos os setores, de padarias a pousadas.

A execução de uma pesquisa sobre demanda turística é um outro aspecto importante mencionado. Ele esclarece que o objetivo da pesquisa é identificar quem são os turistas que vêm ao Alto Caparaó, quais são as suas expectativas e o que eles estão procurando na cidade. Isso deixará que o poder público e os empreendedores locais mudem suas propostas e planejem novas ações com base em dados reais, evitando o “achismos”.

Um ponto que achamos importante no momento de sua fala é que o entrevistado menciona a comparação frequente com o lado capixaba do Parque Nacional do Caparaó, o que ele acredita ser uma armadilha para a cidade. Segundo ele, a realidade e o perfil turístico das duas regiões são diferentes, e tentar replicar modelos de sucesso de outras localidades pode não ser benéfico. Por isso, a pesquisa e a análise da demanda local são tão importantes para que Alto Caparaó possa criar um plano de desenvolvimento turístico mais adequado à sua realidade e às suas particularidades. O gestor admite que existe uma certa rivalidade entre as portarias mineira e capixaba, reflexo de uma mentalidade de

individualismo que ainda persiste. Essa rivalidade, em parte, se manifesta no receio de que turistas escolham visitar uma das portarias em detrimento da outra, o que pode gerar a ideia de que uma está “competindo” pela atenção dos visitantes. No entanto, afirma que é preciso mudar essa mentalidade, enxergando as duas portarias como complementares e que podem, de fato, contribuir mutuamente para o crescimento turístico de toda a região.

Ele fala sobre os esforços colaborativos feitos pela participação conjunta em eventos e trocas de informações entre as duas portarias (Minas Gerais e Espírito Santo) do PNC: esforços para quebrar essa divisão histórica e promover uma visão mais colaborativa. Ele fala da resistência que existe tanto do lado do Espírito Santo quanto de Minas Gerais. No entanto, a nova gestão do Parque buscou integrar essas ações entre as duas regiões para melhorar esse relacionamento.

Uma questão que surge é a possibilidade de expansão do parque, como a criação de uma nova portaria na região de Rio Claro em Iúna (ES), é o medo de que isso possa prejudicar as portarias existentes, o que evidencia novamente a tendência de proteção territorial. No entanto, argumenta que novas portarias trazem mais oportunidades, e que, quando uma região estiver lotada, os turistas acabarão por visitar outras, beneficiando toda a área ao redor do parque. Reforça a importância de quebrar paradigmas e resistências históricas entre as portarias de Minas Gerais e Espírito Santo, destacando que a colaboração entre as duas pode ser benéfica para o turismo em toda a região. A questão da gestão do parque, sendo controlada por concursos públicos e decisões governamentais, parece ser menos problemática do que a possível concessão a uma empresa privada, o que geraria mais preocupação na comunidade.

O secretário discute sobre o surgimento e o funcionamento do GTAC, explicando que o grupo se formou durante a pandemia a partir de uma página no Instagram chamada “Vem pro Caparaó”. Inicialmente, o projeto envolvia a promoção turística de forma informal, mas, devido ao sucesso, o grupo decidiu se formalizar, tornando-se uma organização que unisse empreendedores locais para fortalecer o turismo na região. Ele comenta que o GTAC surgiu da necessidade de enfrentar os desafios trazidos pela pandemia, como o fechamento do Parque Nacional do Caparaó, e que, com uma abordagem coletiva, a força dos empreendedores seria maior para lidar com questões como a reabertura do parque. O grupo oficializou-se e continua a promover reuniões regulares, lideradas por uma diretoria composta por representantes de diferentes setores do turismo, discutindo problemas e demandas que surgem da comunidade.

4.3.2 Representante do setor hoteleiro

A entrevista com um representante do setor hoteleiro de Alto Caparaó, realizada no ano de 2023, revela uma série de desafios e oportunidades que moldam o panorama turístico da região. Ressalta-se que o representante foi citado pelo gestor público como importante empreendedor que possui conhecimentos sobre o PNC e foi promissor no setor hoteleiro em Alto Caparaó. A entrevista foi gravada com autorização do entrevistado e transcrita para melhor análise da pesquisadora, em nenhum momento da pesquisa esse áudio foi compartilhado.

O diálogo enfatiza a necessidade de eventos que permitam a atração de identidade turística e a promoção de uma identidade para Alto Caparaó, que busca se firmar como um destino turístico reconhecido. A percepção externa da área e as condições socioeconômicas também são discutidas, destacando que um turismo mais inclusivo e sustentável, que beneficie a comunidade local. Este empreendedor pertence a uma família que tem raízes em algumas iniciativas locais, com um membro específico ativo em um dos outros grupos de apoio ao AMPS.

Posteriormente, o entrevistado participou, junto a outros empresários, da criação do GTAC. Durante a entrevista, outro familiar também esteve presente e teve liberdade para conversar, porém, devido à ausência do Termo de Consentimento, suas falas não foram analisadas no texto, embora contribuam para o contexto das declarações do entrevistado.

Há uma análise sobre a percepção do entrevistado sobre o turismo na região do Caparaó e como a falta de conhecimento sobre o potencial turístico local é um obstáculo para atrair visitantes. Ele menciona a necessidade de melhor organização e representação da comunidade para o turismo; artesanato e produtos locais não estão disponíveis e o fornecimento de produtos típicos ainda é muito limitado. Essa conversa traz à tona a necessidade de cooperação entre os empresários, a administração do parque e a comunidade local para a promoção do turismo.

A resiliência e a adaptabilidade de um empreendedor em tempos de crise como a pandemia são visíveis. Eles se esforçam para inovar e encontrar novas maneiras de atrair turistas e atender às suas necessidades. Há um sentimento de otimismo em relação ao futuro do turismo na região, especialmente após as dificuldades enfrentadas durante a pandemia. A conversa sugere que, com a organização e o fortalecimento da comunidade, há um grande potencial para o crescimento do turismo local.

Como aconteceu na entrevista com o setor público e falas na reunião em que a pesquisadora esteve presente, o empresário também destaca sobre a problemática da separação entre Caparaó Capixaba e o Caparaó Mineiro:

O problema do Caparaó é o seguinte, hoje virou o Caparaó Capixaba, não existe Caparaó Mineiro. O mineiro não conhece, o mineiro não divulga. Na realidade eu não estou preocupado se o cara é mineiro ou se é do Rio de Janeiro, daqui em volta, do Espírito Santo, onde é uma região conhecida. A nossa estrutura ainda é maior do que a da Pedra Menina (ES), e é um turismo diferente. Lá você tem muita gente que vai passear um dia, até porque você não tem muita opção de hospedagem ainda, que espero que venha a ter (Entrevistado 2).

O entrevistado fala sobre um caminho de um plano de expansão e critica a falta de atitude entre os empresários locais para impulsionar o turismo. Também, os baixos números de ocupação foram um grande problema para o turismo na área do Alto Caparaó apontando uma procura não expressa ou oferta que não parece coincidir com os desejos dos clientes. Isso significaria, portanto, horários limitados de operação apenas de quinta a domingo, exceto em feriados e férias, o que indica claramente espaço disponível para um modelo de negócios ainda mais forte e flexível. Não se trata apenas de mais atrações, mas de como a comunidade, juntamente com os empreendedores locais, podem se unir para atrair os visitantes.

É importante notar, no entanto, que o empresário destacou o uso das mídias sociais para promover o turismo local. Ele dá ênfase extra ao calendário de eventos, que promoverá a visibilidade da região. Ao mesmo tempo, ele expressa que a publicidade não é muito boa até agora, o que implica que deve haver coletividade e colaboração na formação de estratégias de marketing. O envolvimento e o posicionamento das mídias sociais, além, a hashtag “Venha para o Caparaó”, são bons passos, mas ele vê a necessidade de um planejamento mais sólido e constante.

A ênfase está na forma do trabalho conjunto em parceria com pousadas, restaurantes e atrações da região. Ele diz que as lojas não devem olhá-los como rivais, mas como parceiros para um ambiente turístico. A ideia de circular entre várias atrações é muito importante para aumentar o tempo que as pessoas ficam e o que elas gastam. O diálogo mostra uma iniciativa em fazer eventos que tragam turistas, como festas ou competições esportivas. Esta é potencialmente uma estratégia eficaz para criar um calendário turístico, que, além de dar um impulso na ocupação, também atrai o visitante de volta.

Apresenta-se uma preocupação com a forma como a região é percebida tanto interna quanto externamente. É importante mencionar que Alto Caparaó não é um ponto turístico muito conhecido em Minas Gerais. Portanto, há uma grande necessidade de mudar a situação que as pessoas agora têm sobre ele. A questão de como se revelar ao mercado externo é fundamental. Portanto, é necessário identificar aqueles pontos em que ele pode ser apresentado e que será possível explorar ao máximo no futuro. O entrevistado reflete sobre a necessidade de um turismo que seja inclusivo e que traga benefícios diretos à comunidade local.

4.4 Discussão dos resultados

Ao realizarmos uma análise detalhada dos resultados do questionário aplicado ao trade do setor de turismo de Alto Caparaó e à gestão do Parque Nacional do Caparaó, buscou-se entender as interações entre a gestão do parque e os prestadores de serviços turísticos registrados no Cadastur. Portanto, é importante que a atenção seja dada à introdução de melhor qualidade de entendimento mútuo entre as partes. Um diálogo construtivo só pode desenvolver práticas adequadas que funcionem para a conservação do meio ambiente, o que, por sua vez, ajuda as economias locais a crescer. Os dados da pesquisa provaram que o Parque Nacional do Caparaó é significativamente sustentável em relação ao desenvolvimento do turismo local. Isso também revela grandes desafios: as pessoas estão bastante descontentes com a comunicação e a gestão do parque até agora, entretanto justificou-se pela falta de funcionários para determinadas ações do PNC.

Os dados mostram que as mídias sociais e o site oficial são os principais canais de comunicação, com o e-mail ficando em segundo plano para ambos. Essa percepção justifica ainda mais o fortalecimento dos canais de comunicação e a transparência na gestão do parque. Os resultados da pesquisa provam que sim, há de fato uma percepção majoritária de pertencimento e engajamento entre os empreendedores, onde a maioria de alguma forma reconhece a importância de sua participação na conservação ambiental.

As respostas dadas nos questionários apontam para o lugar do Parque Nacional do Caparaó em relação à economia e ao meio ambiente no nível local “É o pilar do turismo regional, uma fonte de desenvolvimento social e cultural” observou um dos participantes da pesquisa. Eles têm sentimentos profundos em relação ao parque, atordoados de frustrações sobre a má administração, e exigindo por atenção e investimento para fazer uso do potencial que existe dentro do parque. Embora um dos entrevistados tenha

observado o quão dilapidado o Parque está, culpando o governo por negligenciar o lugar e a falta de fundos e embora vários participantes do setor de turismo local tentem fazer uma contribuição, a maior fraqueza na administração do parque inclui a falta de pessoal suficiente e a ausência de corpo de bombeiros. Esses dois fatores restringem a iniciativa por parte da nova administração de fazer as melhorias necessárias. O trade reconhece a existência do Conselho, e mostra que alguns já receberam convites para participação de reuniões, entretanto, não sabem quando acontecem as reuniões. Mesmo que o canal de comunicação online seja o site oficial, falta clareza nas divulgações de reuniões do conselho, e ademais projetos e ações que a PNC está desenvolvendo.

O questionário aplicado a gestão do Parque Nacional do Caparaó, tem uma base detalhada de interação com o setor de turismo e mostra percepções sobre a importância da comunidade para a UC. Os dados sugerem que, para a gestão, existe um nível satisfatório de troca de informações que ajuda a cooperação mútua entre os gestores do parque e os empresários do turismo. Essa troca é feita por meio das reuniões, fóruns ou conselhos que permitem a troca de informações e o debate de assuntos importantes para o desenvolvimento do turismo e a preservação do meio ambiente.

Além disso, a participação da comunidade de Alto Caparaó nas atividades comerciais dentro do parque é vista de forma positiva, pois proporciona benefícios econômicos e contribui para a missão do parque de promover o lazer em contato com a natureza. A continuidade da representação dos empreendedores no Conselho Consultivo e o contato direto com as associações são estratégias da gestão para fortalecer a parceria com o trade turístico local. Os resultados sugerem uma indicação das primeiras rotas para um futuro colégio de parceria mais dinâmico, criando práticas viáveis que preservem a transferência ambiental e promovam a economia em Alto Caparaó.

A comunicação com os empreendedores “boa” sugere que a gestão se envolve com a comunidade, mas os desafios gerados por visitas são consideravelmente elevados, desde amenizar seu impacto até fixar limites a respeito do número de visitantes presentes nos atrativos do parque.

O entrevistado gestor público municipal de Alto Caparaó teve como objetivo entender a percepção desse profissional sobre o fenômeno do turismo na região, os desafios e oportunidades afim ao desenvolvimento da atividade, a interlocução em relação a gestão pública municipal e o Parque Nacional do Caparaó. O gestor enfatiza algumas ações da gestão pública, tais como as ações com o objetivo de: não é possível construir um turismo de sucesso sem uma cooperação de agentes que, sejam eles públicos ou

privados. Ele disse que o turismo é sempre uma grande atividade em Alto Caparaó, mas que por ocasião dos anos recentes, começa a ser conhecida sob um alcance objetivamente maior porque a popularidade do Alto Caparaó e do interesse pelos assuntos do Parque Nacional vem aumentando.

O entrevistado destacou a necessidade de trabalhar com uma visão a longo prazo, investindo em projetos que favoreçam a população em geral, empresários e moradores da cidade. Esse entendimento indicava que o turismo sustentável, para ele, não é apenas proteger o meio ambiente, mas uma emanção para a economia, mais empregos, mais oportunidade para a comunidade. O desenvolvimento do turismo rural, do café e das tradições culturais foi, segundo ele, um exemplo de como pode-se aproximar de um público interessado no Parque Nacional do Caparaó e em diferenças e características distintas da cidade.

Já o empreendedor do ramo da hotelaria apresentou uma visão dos desafios e oportunidades do turismo na localidade. A beleza da memória histórica e do compromisso da comunidade é, sob um ponto de vista, a visão profunda do turismo local – especialmente em relação os habitantes do Parque Nacional do Caparaó. O entrevistado, no entanto, enfatizou sobre a importância de reforçar a imagem de Alto Caparaó como destino turístico, recomendando eventos capazes de atrair o turista, além disso, criar um calendário para o turismo que seja coletivo e dinâmico. A discussão sobre as mudanças na economia, como o impacto da agricultura, e as dificuldades enfrentadas pelos empresários locais durante a pandemia, ajudam a contextualizar o cenário atual.

Apesar da baixa taxa de ocupação e da falta de divulgação, o empresário vê um potencial significativo para o crescimento do turismo, desde que haja uma cooperação mais forte entre os empresários locais e a administração pública. Dessa forma, a percepção externa e a desinformação sobre o potencial da região são outra barreira a ser ultrapassada, então acredita-se que um esforço coletivo de promoção é um ponto que deve ser seriamente considerado como problema.

Além disso, em termos do entrevistado, a fala sobre as histórias de vida do parque, bem como a interação da própria população local com o processo de conservação ambiental, sobre recarga local dos recursos naturais e uma nova relação mais justa entre o uso do Parque o turismo pretendido. As iniciativas para integrar o turismo ao cultivo do café, que é uma base econômica da região, e a necessidade de conscientizar os jovens sobre a importância do Parque e do turismo são pontos importantes levantados.

A problemática da separação entre o Caparaó Capixaba e o Caparaó Mineiro é um tema importante nas falas tanto do gestor público entrevistado quanto do empresário. O gestor público destacou que a divisão geográfica e a falta de divulgação do potencial turístico da região mineira têm gerado um desinteresse por parte dos turistas mineiros, que muitas vezes não conhecem as belezas e atrações que o Caparaó mineiro pode oferecer. Essa falta de reconhecimento é prejudicial ao desenvolvimento econômico e turístico da área, já que os mineiros são um público significativo que poderia impulsionar o setor.

O termo Caparaó Mineiro falado muitas vezes em reuniões e eventos do município expressa que esta comunidade precisa da nomenclatura para indicar algo perante aos demais municípios do estado do Espírito Santo. O Caparaó Capixaba surgiu antes do nomeado atualmente Caparaó Mineiro, incomodados com essa separação, depois de tanto expressar que não poderia existir, os municípios do lado mineiro decidiram buscar sua identificação no desenvolvimento do turismo. Para esclarecer, o Caparaó Mineiro constitui-se das cidades de Alto Caparaó, Caparaó, Alto Jequitibá e Espera Feliz. Já o Caparaó Capixaba constitui-se dos municípios de Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire, São José do Calçado e Jerônimo Monteiro.

Da mesma forma, o empresário entrevistado reforçou essa ideia ao afirmar que a Serra do Caparaó é mais conhecida e é visitada por turistas do Espírito Santo, enquanto os mineiros não exploram nem divulgam suas próprias opções turísticas. Ele se preocupou com a falta de uma identidade compartilhada entre as duas regiões, alegando que isso quebra a dificuldade no processo de promoção do turismo de forma unificada e integrada. O argumento feito pelos empresários, para “impor-se” no mercado de turismo, reflete explicitamente a urgência de unir forças e desenvolver uma região como um destino turístico único, em vez de permitir que separações geográficas e culturais impeçam esse desenvolvimento potencial. Assim, essa divisão não é apenas uma diferença na mente do mercado-alvo em relação à Serra do Caparaó, mas também se coloca como um enorme desafio para incentivo ao turismo e a economia local para aumentar a necessidade de iniciar um processo unido que possa integrar os dois lados da região e desenvolver seu potencial.

Fica evidente, a partir dos dados da entrevista de análise de conteúdo do gestor público municipal e do representante do setor hoteleiro, que o turismo no Alto Caparaó pressupõe um arranjo integral de fatores que combinam eficiência não só na gestão

pública, mas também no setor do comércio turístico e na comunidade local. A promoção do turismo deve ser aliada à preservação ambiental do PNC, ao fortalecimento da identidade cultural e ao desenvolvimento econômico, com foco na inclusão e no engajamento de todos os segmentos da sociedade.

Este trabalho tem o potencial de oferecer uma visão clara sobre as relações entre os atores envolvidos, fornecendo dados que podem contribuir para os esclarecimentos e orientar futuras ações colaborativas e sustentáveis na região. Sabe-se da importância fundamental dessa Unidade de Conservação para a população local, que tem no turismo sua principal fonte de renda, com o Parque Nacional do Caparaó sendo o principal atrativo para os turistas que frequentam a região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa passou por mudanças de recorte ao longo de sua construção. Os desafios enfrentados pela pesquisadora na delimitação dos objetivos ocorreram à medida que o estudo do fenômeno avançava, evidenciando a amplitude da atividade turística quando analisada em diferentes contextos. Diversas discussões emergiram nesse processo, incluindo turismo sustentável, decolonialismo, conflitos em unidades de conservação, além das relações entre comunidade e trade.

Inicialmente, a proposta da pesquisa, formulada a partir da inserção da pesquisadora no programa de mestrado, centrava-se na problemática da diferenciação do desenvolvimento turístico entre o Caparaó Mineiro e o Caparaó Capixaba. Posteriormente, a análise se voltou para os impactos da criação do Parque Nacional do Caparaó sobre a comunidade local. No entanto, visando concretizar o estudo, o recorte foi ajustado para focalizar o trade turístico e suas relações com a gestão do PNC. Esse direcionamento foi fundamentado nas leituras essenciais do referencial teórico, nas disciplinas do programa, na qualificação e na orientação recebida, delimitando-se, assim, a compreensão das interações entre o trade e a administração da Unidade de Conservação.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa apresentaram aspectos positivos e limitações que influenciaram o desenvolvimento do estudo. A utilização de abordagem qualitativa e quantitativa proporcionou uma visão abrangente sobre as relações entre o trade turístico e a gestão do Parque Nacional do Caparaó. Ademais, a aplicação de questionários também fornece informações diretas de empresários do setor e gestão do parque, que linha de pesquisa também basear-se em análises justificadas. Outro aspecto positivo foi flexibilidade metodológica com a possibilidade de alterar a abordagem do estudo com tempo para atender fielmente aos objetivos.

No entanto, várias dificuldades também surgiram. Alguns dos entrevistados tinham dificuldades de comunicação, logo essa foi um fator para a representatividade da amostra sofrer interferência. Mais que isso, a ausência de uma documentação muito detalhada do começo do trade turístico limitou a contextualização e análise sobre o crescimento daquele setor. A questão do tempo e dos recursos acabaram limitando a amplitude e profundidade das análises da amostragem. Soma-se a isso o desafio de sistematizar as respostas coletadas, considerando a diversidade de percepções e a subjetividade de algumas informações fornecidas. Dessa forma, embora algumas limitações tenham sido observadas, os procedimentos metodológicos adotados

permitiram alcançar os objetivos do estudo, possibilitando reflexões relevantes sobre a interação entre o trade turístico e a gestão do Parque Nacional do Caparaó.

O percurso formativo no Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, forneceu os aportes teóricos e metodológicos necessários para a construção e aprimoramento do estudo. As disciplinas cursadas ofereceram uma base conceitual sólida sobre turismo, ecoturismo, unidades de conservação e gestão ambiental, permitindo um embasamento acadêmico consistente para a análise das relações entre o trade turístico e a administração do Parque Nacional do Caparaó. Foi, no entanto, o programa que possibilitou o contato com diferentes perspectivas e abordagens de pesquisa que definem o escopo e a metodologia adotada. Discussões em sala de aula e os diálogos com os professores do curso e colegas foram essenciais para poder guiar o foco da pesquisa e ter as análises direcionadas. O processo de qualificação e a orientação que se obteve ao longo do curso, no entanto, foram decisivos também na estruturação do trabalho, ajudando a definir o tema e a interpretação dos dados encontrados.

A análise dos questionários aplicados ao trade turístico de Alto Caparaó e à gestão do Parque Nacional do Caparaó revelou a complexidade das interações entre esses atores e destacou a importância de um diálogo mais estruturado. Os resultados sugerem que, apesar de o Parque ser o agente de economia local, identificam riscos no que tange à comunicação e gestão, gerando instabilidade para os empreendedores. O estudo aponta que a maioria dos empresários percebe o Parque como um elemento fundamental para o desenvolvimento turístico e econômico da cidade e que conhece os meios de comunicação da UC, mas também expressa preocupações com a falta de envolvimento e participação ativa nas decisões da gestão. A comunicação, majoritariamente realizada por meio de redes sociais e do site oficial, não tem sido suficiente para atender às expectativas do setor. Além disso, muitos entrevistados consideram que os mecanismos formais de diálogo existentes são pouco claros ou ineficazes. Os empresários enfatizam a diminuição da promoção e divulgação do turismo local na região, e a necessidade de inovações que interliguem turismo com criatividade cultural e comércio, como o café.

A divisão do Caparaó Mineiro e o Caparaó Capixaba mostra um agente que interveio no corpo de identidade turística naquela região e nas situações difíceis na promoção integral do destino. Propomos que defender a identidade do Caparaó Mineiro equivale, por si só, a uma das possibilidades de criar condições para legitimar e ajustar esse turismo. A separação entre Caparaó Capixaba e Caparaó Mineiro representa um dos

principais desafios para a organização e promoção do turismo na região. Embora essa divisão não seja formalmente estabelecida pela gestão do Parque Nacional do Caparaó, ela é reforçada pelos representantes municipais e trade, que se estruturam de maneira independente, promovendo seus territórios de forma separada. Essa fragmentação não é administrativa dentro da unidade de conservação, mas sim turística.

O fenômeno turístico em Alto Caparaó se intensificou após a criação do Parque Nacional do Caparaó, momento em que a comunidade local precisou ressignificar suas atividades para modelos que não explorassem nem degradassem o meio ambiente protegido. Esse processo de adaptação foi fundamental para a consolidação do turismo como alternativa econômica sustentável na região.

Pode-se perceber que a comunidade presente na criação do PNC foi diretamente afetada, pois sua subsistência estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas dentro da área protegida, recorte analisado pela Produção Técnica dessa dissertação, item obrigatório do Programa. Contudo, essa população precisou ressignificar suas práticas para garantir sua sobrevivência, inicialmente por meio da produção de café. Embora a visitação já existisse na UC, conforme apontado nas referências, foi com o desenvolvimento do turismo que essa comunidade também passou a empreender no setor. Isso impulsionou a estruturação do município, com o surgimento de equipamentos e infraestruturas voltados ao atendimento das demandas dos visitantes.

O estudo sobre os impactos da inserção da Unidade de Conservação na comunidade de Alto Caparaó foi direcionado para a Produção Técnica elaborado separadamente desta pesquisa, como parte dos produtos obrigatórios da dissertação. Ao analisar esse contexto, considera-se essencial evidenciar as relações da comunidade com a criação do Parque Nacional do Caparaó, uma vez que esse aspecto se demonstrou relevante ao longo do estudo. Contudo, dado o recorte adotado nesta pesquisa, o foco principal recaiu sobre as relações entre o trade turístico e a gestão do PNC. Isso não significa que a dinâmica comunitária tenha sido desconsiderada, mas sim que a abordagem se voltou prioritariamente para compreender a interação do setor turístico com a administração da UC. Ainda assim, reconhece a importância de manter esse contexto em perspectiva, pois ele permanece fundamental para a compreensão mais ampla do desenvolvimento da atividade turística na região.

Nesse contexto, é possível evidenciar que o trade turístico se qualificou e se desenvolveu em decorrência da criação do Parque. A falta de diálogo entre a comunidade e a gestão do PNC remonta ao momento de sua criação, mas essa relação foi mantida pelo

trade, que busca compreender e acompanhar as regras de visitação estabelecidas, como as descritas no plano de manejo. Um aspecto positivo identificado é a resposta da gestão do PNC em reconhecer o trade como um elemento relevante para a preservação da UC. Esse reconhecimento demonstra que a construção de um canal de comunicação mais efetivo entre as partes não é uma possibilidade distante ou utópica, mas sim uma necessidade real e viável para a gestão sustentável do Parque.

Apesar dos esforços da gestão para se estruturar como UC, a carência de funcionários é um fator recorrente apontado nas referências e nas respostas dos atores envolvidos. A existência do conselho gestor, bem como a participação de representantes de Alto Caparaó, demonstra a intenção de incluir o trade nos processos de planejamento e tomada de decisão. No entanto, o trade ainda percebe lacunas nesse diálogo e acredita que ele pode ser aprimorado.

Sugere-se que para fortalecer essa comunicação é necessário a realização de encontros periódicos entre a gestão do Parque e o trade turístico, com pautas bem definidas e mecanismos de acompanhamento das demandas apresentadas. Essas reuniões poderiam incluir o Grupo de Operadores de Turismo de Alto Caparaó (GTAC) que são partes específicas da organização do trade na região. Adicionalmente, é necessário que possamos adotar estratégias que assegurem a transparência e a acessibilidade das reuniões como fatores para um diálogo mais efetivo. A divulgação antecipada da pauta, a prerrogativa da tomada de atas em domínio público e identificar quem está participando daria ainda mais visibilidade ao trabalho da UC no trade. Pode-se ainda supor a existência de outras formas de agregar comunicação, como o uso inteligente das redes sociais para acesso mais acessível, disseminando algumas informações e preenchendo com o site da UC. Nesse sentido, a divulgação de ações poderia ser feita não apenas pelo turismo, mas também de proteção e conservação do Parque, criando algo mais visual afim de comunicar toda a comunidade.

Estudos futuros podem aprofundar a análise sobre a percepção dos diferentes atores envolvidos no turismo da região, investigando, por exemplo, como a participação comunitária pode ser fortalecida na gestão do turismo. Além disso, a criação de projetos de extensão voltados para a capacitação dos empreendedores locais, a valorização da cultura regional e a promoção de práticas sustentáveis no turismo pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

O recorte analisado apresenta tanto aproximações quanto distanciamentos em relação ao debate teórico sobre ecoturismo e turismo sustentável. De acordo com a

literatura, o ecoturismo deve ser uma atividade que integra a conservação ambiental, a educação ambiental e o benefício socioeconômico das comunidades locais. No contexto do Parque Nacional do Caparaó e do trade turístico de Alto Caparaó, é possível identificar convergências com esses princípios, mas também desafios que dificultam a consolidação de um modelo plenamente sustentável. A proximidade com o debate teórico ocorre no reconhecimento da importância do Parque como um atrativo central para o turismo na região e na busca por estratégias de gestão que minimizem impactos ambientais. No entanto, o estudo também evidencia distanciamentos, sobretudo no que se refere à comunicação e à participação efetiva dos atores locais na gestão do turismo. Além disso, a ausência de um planejamento integrado entre os setores envolvidos pode dificultar a implementação de práticas ecoturísticas alinhadas aos princípios teóricos. Assim, enquanto o turismo na região do Caparaó demonstra potencial para seguir diretrizes sustentáveis e ecoturísticas, ainda há desafios estruturais que precisam ser superados para que as práticas locais estejam plenamente alinhadas ao que é preconizado no debate acadêmico sobre o tema.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, MJP de; PINHEIRO, M. R. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação. Gestão de unidades de conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: **WWF Brasil/IPÊ–Instituto de Pesquisas Ecológicas**. WWF-Brasil, Brasília, p. 251-263, 2012.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 37-52, 2005.

AMARANTE, Fahrenheit Barbosa. A influência da criação do Parque Nacional do Caparaó (1961-2014) sobre a mudança da paisagem em Alto Caparaó-MG: sob a perspectiva do turismo. **Dissertação de mestrado**, 2016.

AMORIM, Ericka; FIGUEIRA, Luís Mota; SOARES, Cláudia. Planejamento e organização do turismo. 1. ed. **Curitiba: Intersaberes**, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ANTUNES, DMM; RABINOVICI, A. Ética e ecoturismo. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, p. 304-323, 2010.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, **Centro de Ciências Humanas e Naturais**, Vitória, 2014.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Identidades territoriais em sítios patrimonializados: comunidade de quilombolas, os Kalunga de Goiás.

ALMEIDA, Fabiana Andrade Bernardes. Turismo, produção do espaço, ruralidade e gestão social. In: **CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M; ARNDT, J. R. L (Coords.). Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências** Belo Horizonte: Autêntica, p. 49-71, 2009.

ALVES FILHO, Eloy; SALCIDES, Arlete Salcides; ALVES, Gillian Del Puppo. Saberes Tradicionais Utilizados Pelos Trabalhadores Rurais Assentados em Minas Gerais. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)**.

ANASTASSAKIS, Zoy. Design como ciência social? As outras vertentes de Lina Bo Bardi e Aloisio Magalhães”. *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: **Associação Brasileira de Antropologia**, p. 129-154, 2012.

APPADURAI, A. A vida social das coisas. **Niterói: EdUFF**, 2008.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. **Editora Vozes**, 2022.

ARRUDA, Rinaldo SV. ‘Populações tradicionais. E a Proteção dos Recursos em Unidades de Conservação. In: Diegues, AC (Org.), *Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos*. **Hucitec, Sao Paulo**, p. 273-290, 2000.

ASHTON, Mary Sandra Guerra; DE OLIVEIRA GARCIA, Roslaine Kovalczuk. O Fenômeno Turismo: reflexões sobre a complexidade da cadeia produtiva do turismo e do desenvolvimento regional endógeno. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 5, n. 1, 2008.

ASHTON, Sandra Mary. O planejamento do turismo: investigação para o desenvolvimento sustentável. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 2, n. 1, p. 105-112, 2005.

ASSIS, Wendell Ficher; ZHOURI, Andréa. Representar territórios e des-figurar conflitos ambientais: o discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, 2011.

BASTOS, Gisele Mendonça Furtado. Rede de cooperação interorganizacional no trade turístico dos lençóis maranhenses–Barreirinhas (MA). 2013.

BATISTA, Donzília Figueiredo. Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas. 2010. Dissertação de Mestrado. **Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)**.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, 2005.

BARBOSA, Izolda Kelly Pereira; CRISPIM, Maria Cristina. Potencialidades para o ecoturismo e etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, APA da Barra do Rio Mamanguape (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 8, n. 1, 2015.

BENATTI, José Heder. A criação de unidades de conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais. **Novos cadernos NAEA**, v. 1, n. 2, 2008.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: 1998.

_____. Como certificar o turismo sustentável?. **Revista Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.

_____; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo: Visão e Ação*, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.

_____. Sistema de Turismo-SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas. **Revista turismo em análise**, v. 1, n. 1, p. 15-34, 1990.

BINFARA, Paula Webner et al. Planejamento turístico: Aspectos Teóricos e Conceituais e suas relações com o conceito de Turismo. 2016.

BORN, Rubens Harry. Turismo e a "ECO 92". **Revista Turismo em Análise**, v. 3, n. 1, p. 7-11, 1992

BRADFORD, Renata; FIGUEIREDO, Carlos Augusto Assumpção de; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; SIMÕES, Bruno Francisco Teixeira. A intrínseca relação entre visitação e parques no Brasil. **Revista Ecoturismo & Conservação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2020.

BRASIL. **Decreto 50.646, de 24 de maio de 1961**. Cria o Parque Nacional de Caparaó e dá outras providências. Brasília, em 24 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

_____. **Decreto S/Nº, de 20 de novembro de 1997.** Dispõe sobre a definição dos limites do Parque Nacional do Caparaó, criado pelo Decreto nº 50.646, de 24 de maio de 1961, e das outras providências. Brasília, 20 de novembro de 1997; 176 da independência e 109º da República.

_____. **Decreto 19 de dezembro de 2000.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis particulares incluídos nos limites do Parque Nacional do Caparaó, localizado nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

_____. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. **Brasília: Embratur**, 1994.

_____. **Portaria nº 128, de 4 de dezembro de 2014.** Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Caparaó no estado de Minas Gerais e Espírito Santo (Processo no 02070.001940/2014-21).

_____. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Ministério do Meio Ambiente. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, DF: **EMBRATUR/IBAMA**, 1994.

_____. Prefeitura Municipal de Alto Caparaó. História do Município. Disponível em: <https://www.altocaparao.mg.gov.br/alto-caparao/historia.html> Acesso em: 03 de agosto de 2023.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**; Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. Conflitos em unidades de conservação. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 1, n. 1, 2008.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. Sociedade, meio ambiente e (eco)turismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia** 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE) GT 27 - Sociologia do Esporte e do Lazer.

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; ROZENDO, Cimone. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, p. e-2119, 2021.

BURNS, Peter M. Turismo e antropologia: uma introdução. São Paulo: **Chronos**, p. 54, 2002.

CABUGUEIRA, Artur. A importância econômica do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 97-104, 2005.

CAMPOS, Luana Carla Martins Campos; SILVA, Kenia Caroline Vieira da. Registros das memórias de comunidades tradicionais: diálogos em processos de licenciamento ambiental. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia** 26 a 29 de julho de 2011 – Curitiba/PR GT11 – Memória e Sociedade.

CAMPOS, Flávia Sena; MACHADO, Deusana Maria da Costa. Valorizações e musealização do patrimônio mundial no Brasil: estudo de caso do plano piloto de Brasília e do complexo de conservação da Amazônia central. **3º Seminário Brasileiro de Museologia**, 2021.

CANTO-SILVA, Celson Roberto; SILVA, Jordana Santos da. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de pesquisa em Turismo**, v. 11, p. 365-386, 2017.

CENTRO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (CNPT). **Celebração do 30º do Aniversário do Escritório no Brasil**. Junho/92. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/02D00010.pdf> Acesso em 05 de nov. de 2021.

CERQUEIRA, Liz Rodrigues et al. Políticas públicas em turismo no Brasil: cronologia dos 70 anos da legislação turística e das instituições oficiais de turismo. **Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, n. 13/14, p. 977-978, 2010.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.

COOPER, Chris. Turismo: princípios e prática. Bookman, 2007.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian et al. Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil. 2011.

CORBARI, Sandra Dalila; FERREIRA, Marina Rossi. Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. **Revista Turismo em Análise**, v. 30, n. 3, p. 423-439, 2019.

CORIOLO, LNMT; LEITÃO, Cláudia S.; VASCONCELOS, Fábio P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: **CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L (Coords.). Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORIOLO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS-Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Novos dédalos da modernidade tardia: investimentos na sociotécnica da cultura, do patrimônio e dos museus. TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: **Associação Brasileira de Antropologia**, p. 75-109, 2012.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências. **Belo Horizonte: Autêntica**, 2009.

CUNHA, Daniela Martins. Atuação das instituições governamentais e não-governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais. 2006.

DANTAS, Andrea Sousa; DE WENDEN, Catherine Wihtol; FERREIRA, Lissa Fernandes. Os imperativos mundiais do turismo: dos porta-vozes e impactos. **Interface**, v. 10, n. 1, p. 98-127, 2013.

DA ROCHA, Leonardo GM; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 205-226, 2010.

DA SILVA MARANHÃO, Christiano Henrique. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 2, 2017.

DA SILVA FLORES, Luiz Carlos; DA COSTA MENDES, Júlio. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 222-237, 2014.

DA SILVEIRA SANTOS, Lúcia Oliveira; CROTTI, Maria Stela Reis. Construção do conhecimento em turismo: Um estudo preliminar com especialistas da área. *Revista de turismo contemporâneo*, v. 11, n. 1, 2023.

DE ARAUJO, Raniery Silva Guedes; GODOY, Karla Estelita. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. 2016.

DE CARVALHO, Alan Francisco. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1-2, p. 97-109, 2000.

DE JESUS SANTOS, Cristiane Alcântara. Turismo sob a ótica da sustentabilidade. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 20-27, 2004.

DE SOUZA, Leandro Ricarte Castro; MILANEZ, Bruno. Comunidades e unidades de conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, v. 20, n. 69, p. 403-420, 2019.

DE OLIVEIRA, Cínthia Soares. A "insustentabilidade" do conceito de desenvolvimento sustentável. In: **CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M; ARNDT, J. R. L (Coords.). Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte, Autêntica, p. 73, 2009.

DE RESENDE, Maria Antônia Botelho; FRAZÃO, Quênia. A tutela do patrimônio cultural na legislação brasileira: instrumentos de proteção do patrimônio material e imaterial. **Revista Jurídica**, v. 21, 2024.

DE VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa. Conceitos e Modelos em Turismo: uma evolução do reducionismo aos sistemas turísticos. **Turismo: Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 155-171, 2005.

DIAS, Reinaldo. Introdução ao turismo. Editora Atlas SA, 2000.

_____. Turismo sustentável e meio ambiente. **Editora Atlas**, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I **Encontro Internacional: Governança da Água**. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

_____. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedade Sustentáveis. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, v. 6. 1992.

DINIS, Sandrina Marques. **O ecoturismo: um instrumento para o desenvolvimento sustentável?**. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa (Portugal).

DO CARMO, Ana Carolina Moraes. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ–MG. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2020.

DODEBEI, Vera; FARIAS Francisco R. de; GONDAR, Jô (Org.). 1. ed. — Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. 379 p.: il.; 23 cm. — **(Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, ISSN 1676-2924; v. 9, n. 15).**

DOMELAS, Henrique Lopes; ANDRADE, Cristiano Lopes; VENDRAMINI, Sylvia Maria Machado. O direito ambiental e o ecoturismo no parque nacional do Caparaó. 2011.

DOS SANTOS FILHO, João. Espelho da história: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. **Número patrocinado** por, v. 5, p. 69, 2007.

_____. Thomas Cook: Marco da Historiografia Dominante no Turismo. **TURYDES Turismo y Desarrollo Local Sostenible**, v. 1, n. 2, 2008.

DOS SANTOS PIRES, Paulo; RUGINE, Vitoria Muñoz Trujillano. Reconhecimento do Uso Público nos Parques Estaduais no Brasil com ênfase na visitação turística. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 1, 2018.

DURAND, José Carlos Garcia et al. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. Turismo: **Visão e Ação**, v. 9, n. 2, p. 185-198, 2007.

FACO, Regiane Avena; NEIMAN, Zysman. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri, SP: **Manole**, p. 43-62, 2010.

FARIA, Ivani Ferreira de. Ecoturismo indígena. Território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. 2008. **Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.**

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. Territórios-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e região metropolitana do Rio de Janeiro. **38º Encontro Anual da Anpocs GT07** Conflitos ambientais, estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos. 2014.

_____. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 2014.

_____. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 24, p. 141-161, 2011.

_____. O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, p. 129-148, 2016.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 1, 2014.

_____; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Memória, identidade e gastronomia: turismo como alternativa de desenvolvimento local para “populações tradicionais” em unidades de conservação. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, p. 170-190, 2019.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro-Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 361-379, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. **Brasília, DF: Iphan**, 2014.

FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, v. 2, n. 4, p. 121-133, 2000.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. 2015.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, 2014.

FREDERICO, I. B.; NEIMAN, Z. Infraestrutura sustentável para o Ecoturismo. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. SP: Manole, p. 149-166, 2010.

GAZONI, Jefferson Lorencini; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes; WIESINIESKI, Livia Barros (Ed.). **Pesquisa em turismo: colaboração, inovação e interdisciplinaridade**. Editora Espaço Acadêmico, 2020.

GEERDINK, Stefanie; NEIMAN, Zysman. A educação ambiental pelo turismo. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p. 63-83, 2010.f.

GIRALDELLA, Heloana; NEIMAN, Zysman. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. SP: Manole, p. 124-148, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. **Editora UFRJ**, 1996.

_____. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. TAMASO, I. e LIMA FILHO, M. Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos. **Brasília: ABA**, p. 59-73, 2012.

GRIPP, Ronald. Desafio e Dedicação: a saga de um casal visionário e a implementação do turismo em Alto Caparaó – MG. Edição do autor, 1º ed. 2022.

GUEDES, Paula Macedo Kreimer; OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Identidade, Resistência e Turismo: o caso dos agricultores familiares do Rio da Prata de Campo Grande (RJ).

GUEDES, P. M. K. Memória, identidade e turismo em contexto de ruralidade: o caso dos agricultores do Rio da Prata/RJ. 2019. Dissertação (Mestrado) - **Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar–a Guerrilha de Caparaó. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora. **Instituto de Ciências Humanas**. 2006.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados. Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. **Brasília/Goiânia: ABA**, p. 299-318, 2012.

GOBBO, S. A. A. Diagnóstico do uso e ocupação da terra e ocorrência de incêndios na face capixaba do Parque Nacional do Caparaó. **Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**, 2013.

_____; GARCIA, Ricardo.; ALVAREZ, Célio Ricardo; EUGENIO, Fernando; AMARAL, Atanásio. Caracterização sociocultural das propriedades rurais do entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Enciclopédia Biosfera**, v. 11, n. 22, 2015.

GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. **IPHAN**, 2007.

GOMES, Paula Oliveira; DE ALMEIDA CUNHA, André. A importância da visitação nos parques nacionais e a geração de recursos financeiros. Cenário: **Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 6, n. 10, p. 112-125, 2018.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2006.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: **Aeroplano**, 2000.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, v.79, p.1-1 - 8-50, 2019.

_____. Alto Caparaó (Cidades e estados). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/alto-caparao.html> Acesso em: 03 de agosto de 2023.

ICMBIO. Estudo de Viabilidade Econômica Financeira do Parque Nacional do Caparaó. Março – 2017.

_____. Plano de Manejo: Parque Nacional do Caparaó. **Coordenação Técnica e Supervisão:** Lourdes M. Ferreira. 2015. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/plano-de-manejo> Acesso em: 13 de julho de 2021.

IGNARRA, Luiz. Fundamentos do Turismo. 3a. **Reimp. da**, v. 1, 2013.

IPHAN. Patrimônio Natural no Brasil. **Rio de Janeiro**, 20 de janeiro de 2004.

_____. PATRIMÔNIO, CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL. Paris, 16 de novembro de 1972. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JÚNIOR, Euler Sandeville; SUGUIMOTO, Flávia Tiemi. Ecoturismo e (Des) educação ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 3, n. 1, 2010.

KARPINSKI, Cezar. Informação, memória e patrimônio natural. **Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação**, v. 17, 2016.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. Fundamentos do turismo. 1. ed. **Curitiba: Intersaberes**, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LEAL, Pedro Fonseca. Construção o do agricultor “orgânico”: os sitiantes do rio da prata, município do Rio de Janeiro (RJ). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 30, n. 2, p. 68-83, 2010.

LEITE, Samara Alves Lima; MADEIRA, Pollylian Assis; LOUBACH, Milena Beatriz Silva. Um estudo sobre a inserção de opções vegetarianas na gastronomia de alguns estabelecimentos de Alto Caparaó-MG e de Pedra Menina, distrito de Dores do Rio Preto-ES. 2020.

LIMA, Isadora Arruda. A GESTÃO DO TURISMO CULTURAL NAS PEQUENAS CIDADES HISTÓRICAS: ALTO JEQUITIBÁ-MG. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, 2022.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio cultural. Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: **ABA**, p. 111-129, 2012.

LIMA, C. R. R. Ruralidade: o debate sobre o velho e o novo no meio rural. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2007.

MALTA, Eder. Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 521-531, 2017.

MARTINS Filho, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). **São Carlos, Editora da UFSCar**, 1995. Resenha de Adriano Nervo Codato, 2017.

MARTINS, Patrícia Cristina; DA SILVA, Charlei Aparecido. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise**, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2018.

MASSINI, Victor Silveira; BEDIM, Bruno Pereira; FONSECA-FILHO, Ricardo Eustáquio. O turismo em Patrimônio da Penha (ES) e suas interfaces com o Parque Nacional do Caparaó. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 7, n. 4, 2014.

_____; DO VALE, Cláudia Câmara; FONSECA FILHO, Ricardo Eustáquio. Uma visão da gestão da oferta do Turismo de Natureza no Parque Nacional do Caparaó (ES/MG). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 3, p. 17-32, 2021.

MATHEUS, Fabrício Scarpeta; RAIMUNDO, Sidnei. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 11, p. 454-479, 2017.

MARUJO, Maria Noémi. A pesquisa em turismo: reflexões sobre as abordagens qualitativa e quantitativa. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 6, n. 14, p. 5, 2013.

_____; CARVALHO, Paulo. Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. 2010.

_____. O estudo de caso na pesquisa em turismo: uma abordagem metodológica. 2016.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p. 41-64, 2006.

MENEGUEL, Cinthia Albuquerque; ETCHEBEHERE, Mário Lincoln de Carlos. Parques Nacionais no Brasil e a prática do turismo sustentável. **Revista Hospitalidade**, v. 8, n. 1, p. 78-94, 2011.

MENESES, José Newton Coelho. História e turismo cultural. 1. ed. **São Paulo: Autêntica**, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MERCADANTE, Paulo. Crônica de uma comunidade cafeeira. Carangola: o vale e o rio. **Zahar Editores**, 1990.

_____. Os sertões do leste: estudo de uma região: a mata mineira. **Zahar Editores**, 1973.

MESQUITA, Westerlei Sousa. Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 3, p. 81-89, 2006.

- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda. **Encontro anual da ANPOCS**, v. 37, p. 1-30, 2013.
- MIRANDA, Neide Baptista Gonçalves. Instrumentos para participação comunitária. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.
- MORENO, Derliz Hong Hung; DE OLIVEIRA, Gilson Batista. Os impactos dos planos de desenvolvimento sobre o meio ambiente no período da ditadura. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 4, out./dez., p. 53-73, 2022.
- MOESCH, Marutschka; BENI, Mário Carlos. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo. Recuperado jan, v. 2, p. 2020, 2015.
- MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. *Animus*. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 14, n. 27, 2015.
- MÜLLER, Dalila et al. O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970. **Tourism & Management Studies**, n. 1, p. 692-700, 2011.
- NAKASHIMA, Sérgio Kaoru; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. A História do Turismo: epítome das mudanças. **Turismo e Sociedade**, v. 9, n. 2, 2016.
- NEIMAN, Zyzman. Meio ambiente, educação e ecoturismo. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. SP: Manole, 2002. p. 181-181.
- _____; PATRICIO, Raquel Formaggio. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p. 84-104.
- _____; RABINOVICI, Andréa (Ed.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Manole, 2010.
- _____; RABINOVICI, Andréa; MARTINS, Mayara Roberta. A questão da qualidade na formação dos profissionais para o turismo sustentável. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p. 1-24, 2010.
- NELSON, Sherre Prince; PEREIRA, E. M. Uso público nas Unidades de Conservação. IN: **WWF Brasil**, 2012.
- OLIVEIRA, Ermelinda; MANSO, José. Turismo sustentável: utopia ou realidade?. 2010.
- OLIVEIRA, Carmen Irene C. et al. Pedra do Sal e samba na fonte: samba de raiz em um espaço fundador na perspectiva das paisagens culturais. In: Tamaso, MI e Filho, MFL (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, **Associação Brasileira de Antropologia**, 2012.
- OLIVEIRA, Fernando Soares de et al. Identificação de conflito de uso da terra em áreas de preservação permanente no entorno do Parque Nacional do Caparaó, estado de Minas Gerais. **Revista Árvore**, v. 32, p. 899-908, 2008.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; DA CUNHA, Gabriela Elis. Desdobramentos do Processo de Patrimonialização da Paisagem Carioca na Alimentação: o caso dos foods trucks. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 2, p. 123-137, 2020.

_____. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ-Brasil). **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

_____; PENA, Ingrid Almeida de Barros. A construção do patrimônio e identidades emergentes no Maciço da Pedra Branca (RJ). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 521-550, 2011.

Organização Mundial de Turismo (OMT). Introdução ao Turismo. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes. TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM EXERCÍCIO DE IMERSÃO NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ, MG/ES. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 3, n. 6, p. 4-48, 2015.

PADUA, Claudio Valladares; CHIARAVALLOTI, Rafael Moraes. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.

PADUA, Suzana Machado. Educação ambiental em unidades de conservação. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.

PANAZZOLO, Flavia De Brito. TURISMO DE MASSA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL. 2002.

PANOSSO NETTO, Alexandre; CASTILLO NECHAR, Marcelino. Turismo: perspectiva crítica textos reunidos. 2016.

PAULA, AT de; RABINOVICI, A. Políticas públicas para o ecoturismo no Brasil. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, p. 167-189, 2010.

PAULA, Oliveira et al. Projeto de levantamento e monitoramento da oferta e demanda turística no Circuito Pico da Bandeira. **7º Congresso de Extensão Universitária**, 07 a 09 de setembro de 2016.

PESSOA, Adriana Maria Seabra. A importância da comunicação entre o Trade turístico de São Sebastião: estudo de caso. 2011.

PESSOA, Mara Aristeu; RABINOVICI, Andréa. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p. 106-123, 2010.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 22, 2010.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 34-59, 2018.

PEREIRO, Xerardo; FERNANDES, Filipa. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e praxis. **Colección PASOS edita**, nº 20, 2018.

PIMENTA, M. A.; CEZAR, L. de A. A sustentabilidade econômica e a preservação ambiental: as (im) possibilidades dos parques nacionais brasileiros. In: **CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M; ARNDT, J. R. L (Coords.). Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PIVOTO, Altair Sancho et al. Serviços Ecosistêmicos Culturais em Áreas Protegidas: uma revisão da literatura. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 16, n. 1, 2022.

POLES, Gabriela; RABINOVICI, Andréa. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: **Manole**, p. 1-24, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTAL CAPARAÓ. Parque do Caparaó recebeu quase 6.000 visitantes no Carnaval 2024. Disponível em: <https://www.portalcaparao.com.br/noticias/visualizar/43215/parque-do-caparao-recebeu-quase-6000-visitantes-no-carnaval-2024>. Acesso em: 18/02/2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012.

PORTO, Walter Costa. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 4). **Editora Elefante**, 2020.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles MM. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa: **Editora Universitária Da UFPB**, 2012.

POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; PELLACANI, Elaine Böhme. O turismo em Terras Indígenas (TIs): contribuição sobre a superioridade hierárquica da Convenção nº 169 da OIT em relação às normas legais brasileiras. **Cogitare**, v. 4, n. 2, p. 68-87, 2021.

PROVINCIALI, Vera Lúcia Novaes; SARAIVA, Luiz Alex Silva. O uso da zona costeira de Aracaju é sustentável? Olhares de empresários e frequentadores do setor de alimentos e bebidas. In: **CORREA, M. L.; PIMENTA, S. M; ARNDT, J. R. L. Turismo**,

sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

QUEVEDO, Mariana. Os impactos das tecnologias de informação e comunicação no turismo. Turismo na Era do Conhecimento, **Pandion, Florianópolis**, p. 17-29, 2007.

RAMALHO, Aline Lopes; SILVA, Poliana Bassi; RABINOVICI, Andréa. O turismo no contexto da sustentabilidade. Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, p. 25-42, 2010. RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 19, 2009.

RAMOS, Silvana Pirillo. Turismo sustentável e Cidadania – Entrelinhas de um discurso. GT27: Sociologia do Esporte e do Lazer. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007**, UFPE, Recife (PE).

RICCO, Adriana Sartório. O turismo como fenômeno social e antropológico. **Destarte**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 2011.

RITCHIE, JR BRENT; GOELDNER, CHARLES R.; MCINTOSH, Robert W. **Turismo Principios, Práticas E Filosofia.** Bookman, 2002.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.

RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. **Papirus editora**, 4ª ed. 1999.

SÁ E SILVA, Simone Aparecida Rodrigues de. RABINOVICI, Andréa. Empresas e responsabilidade social no planejamento de atividades turísticas. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri: Manole, p. 190-209, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. Resenha da obra "Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura". **Perseu: História, Memória e Política**, n. 1, 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FORTES, Simone Calistro. Turismo Sob A Perspectiva Histórica, Sócio-Política, Econômica-Administrativa E Ambiental. **Sociologia do turismo: implicações da atividade turística como fenômeno humano.** Florianópolis, 2003.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, 2007.

SANCHO, Altair; ALVES, Alexandre Fonseca. O estado da arte das pesquisas sobre impactos do turismo em parques: uma aproximação das experiências brasileiras. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2017.

_____. Áreas Protegidas e Ambientes Urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. **Revista Sociedade & Natureza**. v. 27, n. 2. 2015.

_____. Des-ordenamento territorial e unidades de Conservação. **Belo Horizonte: UFMG/PPGG. Tese (Doutorado em Geografia), 2016.**

_____. Turismo no entorno de parques: um olhar territorial. **Revista Geografias**, v. 13, n. 1, p. 25-45, 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, p. 151-165, 1998.

_____. Memória coletiva e identidade nacional. **Annablume**, 2013.

_____. Fundamentos de turismo e hospitalidade. 2016.

SANTOS, Luciano dos. As identidades culturais: proposições conceituais e teóricas. **Revista Rascunhos Culturais**, v. 2, n. 2, p. 141-157, 2011.

SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. História Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) **Revista De La Solcha**, v. 3, n. 1, p. 117-143, 2013.

SANTOS, Elisângela Maria Barbosa et al. Parques por decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó. 2004.

SANTOS, Leonardo Bis dos. A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. **Vitória, UFES**, 2016. 347 f. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas—Universidade Federal do Espírito Santo.

SANTOS, Joana da Silva Castro; CARVALHO, MCMH. Turismo em Parques Nacionais Brasileiros: conhecer para conservar. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 3, n. 5, 2015.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: **Hucitc**, 2000. p. 257-272.

SECAD, CADERNOS. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)** Brasília—DF, p. 20, 2007.

SILVA, Lucia Silva. Trajetória de um Conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 36-42, 2010.

STÉDILE, João Pedro; MENDONÇA, Sonia Regina de. Questão agrária no Brasil v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990. In: **Questão agrária no Brasil v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990**. 2006. p. 200-200.

STEFANI, C. de; OLIVEIRA, L. C. F. M. de. Compreendendo o turismo: um panorama da atividade. 1. ed. Curitiba: **Intersaberes**, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2025.

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: **RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim; VIANNA, Andyara. Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

SOUZA, Almir de et al. 1964-O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural. 2024.

SOUZA, Solange Batista de; DOULA, Sheila Maria; CARMO, Pollyanna Maria. Jovens Rurais da Zona da Mata Mineira e projetos de vida profissional. 2014.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Ed.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. ABA Publicações, 2012.

TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (Ed.). Memória e novos patrimônios. **OpenEdition Press**, 2015.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. Processo de elaboração das concepções de patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 24, 2007.

TEIXEIRA, Joana Diafilos; DE ALMEIDA RANGEL, Luana; CORREA, Mayara; Laura Sinay. Percepção dos visitantes sobre a sinalização da pista Cláudio Coutinho e indicação de risco da trilha do costão no Monumento Natural pão de Açúcar e Morro da Urca. **Revista Ecoturismo & Conservação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2020.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 1-13, 2020.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

TOMAZZONI, Edegar Luis. O ENSINO DO PLANEJAMENTO EM TURISMO. 2007.

TORRES, Reynaud; COSENZA, Braz. Avaliação da gestão e sustentabilidade do Parque Nacional do Caparaó (Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), **Brasil. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 8, p. 395-419, 2017.

VANÇO, Vanessa. Percepção Ambiental dos moradores e turistas em relação ao Parque Nacional Do Caparaó. 2018. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2018.

VERNALHA, M. C. R.; NEIMAN, Z. Potencial turístico no Brasil. In: **NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, p. 280-, 2010.

VIEIRA, Ana Carolina Maciel. Memória e paisagem: olhar (es) sobre o patrimônio cultural turístico-Parque Nacional da Tijuca (RJ). 2013. Dissertação de Mestrado

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, **Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação**.

VILANI, Rodrigo Machado *et al.* Pós-extrativismo e devastação socioambiental na Bacia do Rio Doce: ecoturismo como alternativa econômica. **O Social em Questão**, v. 23, n. 48, p. 143-164, 2020.

VILANI, Rodrigo Machado. Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Projetos de Investimento (GPIs) no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 4, 2018.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. **Anais do 32º Encontro Anual Anpocs, Caxambu**, 2008.

ZHOURI, Andréa. A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. **Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, 2010.

APÊNDICE I - Roteiro para entrevista com representante do poder público municipal

Objetivo: conhecer sua trajetória até assumir o cargo; projetos já desenvolvidos e planejados; momento atual.

1. Quem é você? (memórias, infância, relações com a cidade, estudos).
2. Por que assumiu o cargo?
3. Qual a sua meta? (projetos desenvolvidos, futuros, eventos...).
4. Porquê da ideia do estudo de demanda?
5. Como funcionam as reuniões do GTAC? (demanda de reuniões).
6. O que é turismo para você?
7. Descreva como é a comunidade de Alto Caparaó. A renda principal é o café ou o turismo?
8. Como é a relação entre prefeitura, comunidade e gestão do PNC?

APÊNDICE II - Roteiro para entrevista com o representante do setor hoteleiro

Objetivo: conhecer sua história e sua relação com a cidade; identificar se existe algum conflito com o PNC.

1. Me fale sobre você. Quanto tempo reside em Alto Caparaó?
2. Com que costuma trabalhar?
3. Todos seus familiares moram em Alto Caparaó?
4. Como você vê o turismo na sua cidade?
5. Como era antes da criação do PNC? Existem moradores nessa área? Houve deslocamento/mudança da comunidade?
6. Como é a relação da comunidade com os gestores públicos? (prefeitura e ICMBIO).
7. Já foi chamado para reuniões/eventos?
8. Existe alguma lenda/estória de Alto Caparaó?
9. Qual é o maior período de fluxo de visitação? Em eventos na cidade, aumento na visitação do PNC...

APÊNDICE III - Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) e Termo de Consentimento para uso de imagem e voz (TCUISV)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV)

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS: UM ESTUDO NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ, sob a responsabilidade do/a pesquisador/a MILENA BEATRIZ SILVA LOUBACH, a qual pretende identificar se existem atividades ecoturísticas realizadas dentro do Parque Nacional do Caparaó e a participação da comunidade local. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002). Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a pelo telefone (32) 99969-8076 e pelo e-mail milenabeatriz1698@gmail.com, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Avenida Pasteur, 458 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-250, no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br

Eu _____, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do participante da pesquisa

Nome e assinatura do pesquisador responsável

ANEXO I - Autorização para atividades com finalidade científica



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86818-1	Data da Emissão: 16/01/2023 09:04:42	Data da Revalidação*: 16/01/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MILENA BEATRIZ SILVA LOUBACH	CPF: 132.988.486-89
Título do Projeto: PESQUISA MESTRADO PROFISSIONAL ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO. TÍTULO PROVISÓRIO DA DISSERTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS: UM ESTUDO NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa com a comunidade local de Alto Caparaó	04/2023	02/2024

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0868180120230116

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86818-1	Data da Emissão: 16/01/2023 09:04:42	Data da Revalidação*: 16/01/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MILENA BEATRIZ SILVA LOUBACH	CPF: 132.988.486-89
Título do Projeto: PESQUISA MESTRADO PROFISSIONAL ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO. TÍTULO PROVISÓRIO DA DISSERTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS: UM ESTUDO NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Outras ressalvas

1	1. Entrevistas presenciais ou remotas com membros da equipe de gestão devem ser previamente agendadas. 2. A divulgação de atividades e resultados deverá citar expressamente o nome do PARNA Caparaó - ICMBio e, pelo menos um exemplar de cada tipo de impresso que venha a ser produzido, deverá ser doado ao acervo da UC.	PARNA do Caparaó
---	--	------------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Parque Nacional do Caparaó	MG	Mata Atlântica	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0868180120230116

Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 86818-1	Data da Emissão: 16/01/2023 09:04:42	Data da Revalidação*: 16/01/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MILENA BEATRIZ SILVA LOUBACH	CPF: 132.988.486-89
Título do Projeto: PESQUISA MESTRADO PROFISSIONAL ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO. TÍTULO PROVISÓRIO DA DISSERTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS: UM ESTUDO NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0868180120230116

Página 3/3

ANEXO II - Programação do 1º Seminário de Turismo e Cultura de Alto Caparaó

